

STEFANY RETTORE GARBIN

DOS SUJEITOS QUE SE MATAM DE TRABALHAR PARA VIVER

Trabalho e labor sob a ótica da Análise de Discurso

Porto Alegre

2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
ANÁLISES TEXTUAIS, DISCURSIVAS E ENUNCIATIVAS

DOS SUJEITOS QUE SE MATAM DE TRABALHAR PARA VIVER

Trabalho e labor sob a ótica da Análise de Discurso

STEFANY RETTORE GARBIN

ORIENTADORA: PROFA. DRA. MARIA CRISTINA LEANDRO FERREIRA

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do título de Mestre em Análises Textuais, Discursivas e Enunciativas pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Porto Alegre

2017

CIP - Catalogação na Publicação

Garbin, Stefany Rettore

Dos sujeitos que se matam de trabalhar para viver: trabalho e labor sob a ótica da Análise de Discurso / Stefany Rettore Garbin. -- 2017.
115 f.

Orientadora: Maria Cristina Leandro Ferreira.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras, Porto Alegre, BR-RS, 2017.

1. Trabalho. 2. Labor. 3. Discurso. 4. Ideologia.
5. Sujeito. I. Ferreira, Maria Cristina Leandro, orient. II. Título.

STEFANY RETTORE GARBIN

DOS SUJEITOS QUE SE MATAM DE TRABALHAR PARA VIVER

Trabalho e labor sob a ótica da Análise de Discurso

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do título de Mestre em Análises Textuais, Discursivas e Enunciativas pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Aprovado em: ____ de _____ de _____

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Maria Cristina Leandro Ferreira – orientadora

Profa. Dra. Andréia da Silva Daltoé – UNISUL

Prof. Dr. Antonio David Cattani – UFRGS

Profa. Dra. Luciene Jung de Campos – UCS

Dedico o meu trabalho aos trabalhadores que concederam seu tempo e suas experiências, a quem eu fiz perguntas e quero, de algum modo, dar respostas.

AGRADECIMENTOS

Só posso descrever a intensidade de alguns sentidos quando penso no que sinto por algumas pessoas que fizeram parte da minha vida: família, amigos, professores.

Agradeço à orientadora Maria Cristina Leandro Ferreira – a amiga Kitty: educadora que com uma mão nos segura e com a outra nos sacode!

À professora Luciene Jung de Campos pelos tempos felizes em seu grupo de pesquisa durante a graduação.

À Natália Pietra Méndez, exemplo de professora e pesquisadora, pelo incentivo na iniciação científica.

À minha prima e amiga Bruna, pelos 24 anos de carinho e amizade.

Às amigas Bruna, Érica, Francine, Caroline pelo apoio e paciência.

Aos amigos e amigas da sala de pesquisa em turismo, principalmente a Mônica, Mateus e Maicon pelas trocas e amparos.

À amiga e colega de pesquisa, e de escrita, e de leituras, e de prova, e de mestrado e de casa Raquel Alquatti.

A todos os professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pela excelência e pela assistência.

Aos colegas e amigos do mestrado e doutorado no grupo de pesquisa Oficinas em AD.

A todos os envolvidos no Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Porto Alegre (Stimepa), agradeço sinceramente o retorno e o espaço que tornou possível a realização das entrevistas.

Ao meu cunhado Mateus, por me acolher em sua casa no final desse percurso em Porto Alegre.

E por fim, agradeço sobretudo aos meus pais, Antônio e Neusa, e a minha irmã, Ketlyn, por serem o sentido de família e amor em minha vida.

*Escrever é se vingar da perda.
Embora o material tenha se derretido todo,
igual queijo fundido.
Escrever é se vingar?
Da perda?
Perda?
Embora? Em boa hora.*

Waly Salomão, Poesia Total, 1993

RESUMO

Este estudo procura estabelecer uma relação entre discurso e trabalho. Com base na Análise de Discurso francesa, tal como foi elaborada por Michel Pêcheux, busca ressignificar, desde Karl Marx, passando por Louis Althusser e Hannah Arendt o lugar teórico do trabalho no interior de uma teoria materialista dos sentidos. O que é o *trabalho*? Pergunta feita a vinte e um trabalhadores metalúrgicos da região metropolitana de Porto Alegre que sofreram acidente de trabalho. Os testemunhos narram, para além do acidente, as trajetórias profissionais. Na análise as definições apontam para a afirmação do óbvio. Determinações que rompem a linearidade do discurso, marcas da elipse e incisa, que levam o sentido ao limite da falta e do excesso. Nada é trabalho, tudo é trabalho. Efeitos de sentido designados *discurso de labor*, que interpelam o sujeito por um funcionamento verborrágico. O sujeito se desdobra como função e goza do alívio de ser meio do meio de funcionamento. O que no social é demanda de reprodução é para o sujeito demanda de consumo. A interpelação é do/no ato de produção. A *comada social* produz o sujeito como efeito entre o *fato vazio*, contingente do consumo e a *falta objetiva*, que o sujeito produz e que deve necessariamente reproduzir. Injunção na história, dispersão do sujeito. Algo escapa, acontece, transborda. O que se repete materialmente deixa marcas na ordem do discurso. A ambiguidade é o modo de acesso à ambivalência entre vida e morte: viver trabalhando para não morrer. Laço metafórico que confronta no sujeito um discurso que o consolida e que o esvazia. Causa de um gesto de realização impossível, o trabalhador se desloca na cadeia metonímica. Repetir, reiterar, reproduzir e resistir. O trabalhador existe entre ser e fazer, ter e estar, viver e trabalhar. No batimento da reprodução a vida resiste, mas não se resolve, permanece ambígua.

Palavras-chave: Trabalho; Labor; Discurso; Ideologia; Sujeito.

ABSTRACT

This study aims to set a relation between the concepts of discourse and work. Based on the french line of thought of Discourse Analyses, as theorized by Michel Pêcheux, the concept of work is defined based on ideas from Karl Marx, Louis Althusser and Hannah Arendt, as a way to resignify it within a materialist theory of meaning. What is work? This was the question asked to twenty one metal workers from the metropolitan area of Porto Alegre, who had a work accident. Their testimonies go beyond the accident and tell us about their entire professional life. It analyzes points to the obvious. Determinations that break the linearity of discourse, marks of ellipses and incises, all of those taking the meaning to the limit of the lack and the excess. Nothing is work, everything is work. Effects of meaning, designated as labor discourse, which interpellates the subject by a verbose operation. The subject unfolds as a function and as a jouissance of being a work medium. The interpellation comes from the act of production and in itself is present. The social command brings forth the subject as an effect between the empty fact – a consumption contingency – and the objective lack – which the subject himself creates and must reiterate. Injunction in history, dispersion of the subject. Something escapes, happens, overflows. What is materially repeated leaves traces in the discourse. The ambiguity is the door to the ambivalence of life and death: a life of work in order not to die. It is a metaphorical bond that sets at the subject a discourse that both consolidates and empties him. As a cause of a gesture of impossible realization, the worker moves himself in the metonymic chain. Repeat, reiterate, reproduce and resist. The worker exists between being and doing, having and being, living and working. At the beat of the reproduction, life resists, but does not answer itself: remains ambiguous.

Keywords: Work; Labor; Discourse; Ideology; Subject.

Sumário

Prólogo	10
Capítulo 1 - Trabalho é processo, História é processo	12
1.1 - O arquivo como testemunho	12
1.2 - Os Manuscritos de 44 e a Ideologia Alemã.....	20
1.3 - Alienação do trabalho em <i>O Capital</i>	29
1.4 - A leitura sintomática de Louis Althusser	35
Capítulo 2 – <i>Questa vita! Questa funzione!</i>	39
2.1 - O maio de 1968: a esteira de montagem da AD.....	41
2.2 - Herbert: a comanda social e o novo objeto das ciências sociais	46
2.3 - Hannah Arendt: trabalho e labor como condição humana	56
Capítulo 3 – Trabalho é: trabalhar	61
3.1 - O trabalho mata?	63
3.2 - Trabalho é aquilo que... é tudo!.....	68
3.3 - Ambiguidade: disjunção da estrutura, injunção do sujeito	73
Capítulo 4 – A vida é algo que acontece.	85
4.1 - O Capitalista ri	90
4.2 - Trabalho, objeto paradoxal.....	96
4.3 - Eu, a promessa e a satisfação: três relações com o trabalho	100
4.3.1 – ‘Eu sou deus’: a fabricação.....	100
4.3.2 – ‘Deus vai fazer’: o labor	102
4.3.3 – ‘Eu vou fazer o que eu não vou poder fazer’: a satisfação?	103
Repetir. Reiterar. Reproduzir. Resistir: o deslocamento do sujeito	106
Referencias	111
APÊNDICE A – Perguntas norteadoras da entrevista.....	114
ANEXO I – La Palice.....	115

Prólogo

A exploração que devastou minha infância foi feita de amor. Não é fácil abandonar um lugar assim. Lá onde tudo será certo, o futuro é seguro, é maravilhoso. A promessa está ao alcance das mãos: você só precisa fazer mais um pouco. Parece quase justo, talvez você não esteja mesmo fazendo tudo o que deveria. Mais ainda. Só que o futuro nunca chega, e deixar de lado o investimento – seja ele profissional ou emocional – que consumiu seus pedaços é insuportável.

Há momentos em que, infelizmente, permanecer na trilha da vida só é possível através de uma verdadeira devoção ou de uma brusca resistência. Lembro que o suicídio tinha a face do amor próprio. Era só eu me abraçar e tudo desapareceria.

Evidentemente, não morri porque estou viva. Com oito anos, coloquei tudo em Deus e sai do sofrimento pela porta da fé. Por isso, quando ouvi de uma trabalhadora a mesma experiência, eu chorei. Não porque eu acredite em milagres. Chorei porque estava escutando, porque sabia e saber foi sentir a mesma e velha dor em mim através dela.

Embora o material tenha se derretido todo, ainda assim, aqui está toda essa dissertação. Dia após dia, a perda e a devoção ainda procuravam em mim o que fazer juntas. O sentimento constante de que eu precisava dizer algo, porque alguma coisa estava muito errada. Por isso escolhi a graduação em História. Eu precisava que o mundo me desse uma explicação, que me ajudasse a ver qual era o problema. No terceiro semestre, ingressei em uma pesquisa de feminismo e trabalho. Desde então persigo o patriarcado e o capitalismo através da teoria.

Como está na epigrafe, escrever foi me vingar da perda. Nas páginas que seguem, bati no capitalismo tanto quanto pude. Em boa hora! Hora de vingar os 13 milhões de brasileiros que ainda procuram o laço do emprego. Hora de vingar meu pai, que, um ano antes de se aposentar, foi demitido sem receber nem um centavo da rescisão. Não recebeu o que é seu por direito. Roubaram-lhe a vida! Ele me dizia indignado: eles não podem fazer isso. Eu pensava: sim, podem e fazem. Como disse um dos trabalhadores entrevistados: eles não querem saber. Ninguém quer saber.

A face monstruosa do capitalismo é fantasmática, é de homens desencarnados: que não sabem e não querem saber. E não é óbvio? Quem vai querer saber da vida que explorou de

alguém? Quem iria querer sentir o peso de ser a causa da desigualdade? Qual trabalhador que vai querer sofrer entendendo o sofrimento no trabalho?

Sofri muito para escrever. Mas fui me virando: virei unhas roídas, virei cerveja, virei vinho, virei cigarro, virei tosse alérgica, virei gripe, virei asma, virei dor no braço, virei pé quebrado, virei dor no peito, virei palpitação.... Cada conceito, cada recorte de entrevista é estranhamente familiar. Escrever não foi como começar um esforço analítico, quando vamos apontando com prazer as falhas da ideologia e do sujeito. Para mim, a contradição faz todo o sentido.

A partir daí é com certo horror que nos deparamos com a falta e os laços (im)possíveis aos sujeitos. Não é qualquer grilhão econômico que subjuga a humanidade no processo de acumulação capitalista, mas o antigo, belo e trágico laço social da existência.

Capítulo 1 - Trabalho é processo, História é processo

1.1 - O arquivo como testemunho

Entrei no mestrado com um projeto sobre o problema da valorização do trabalho das mulheres. Como toda perspectiva que se espera desse tema, o referencial teórico sobre o trabalho era a crítica marxista. Começaram assim, meus embaraços de pesquisa. O aparecimento da Análise de Discurso (AD) na França, tal como foi elaborada por Michel Pêcheux tem por base o Materialismo Histórico. Entretanto, o trabalho não integra o quadro de conceitos teóricos ou as categorias de análise em AD.

Lá estava a questão que, dada a relação constitutiva entre a AD e o Materialismo Histórico, era, aparentemente, simples de responder: o que é trabalho? À formulação da resposta para essa questão dediquei os dois últimos anos. Chegar até ela nos levará por um longo percurso teórico e analítico. Afinal, trabalho é discurso.

Discurso, que não é o mesmo que fala ou palavra, mas sim o sentido remetido ao seu processo de produção. Há um discurso *de trabalho*? Se me faço tal questão, é por entender que o trabalho é o lugar prático do sujeito na formação social, na medida em que também compreenderemos a ideologia como uma prática, um ritual, uma realização constante na língua e no sujeito.

Tratar trabalho como um tema e escrever sobre o processo discursivo de suas definições seria 1) fugir de noções que tocam as bases do Materialismo Histórico, onde a AD fundamenta categorias de análise, principalmente, a interpelação; 2) e supor que os sujeitos continuam a trabalhar por serem interpelados em uma formação discursiva. Acabaríamos então, surpreendidos por enunciados como:

E9.1 - A gente precisa trabalhar né, muitas pessoas hoje não trabalham naquilo que querem né, a gente se sujeita, muitas vezes a trabalhar né.

Como sustentar uma concepção prepotente de que o trabalhador é alienado, que a ideologia encobre a verdade e que cabe aos movimentos sociais dissipar o estado geral de ignorância? Quem seria capaz de dizer que os trabalhadores não sabem qual é sua realidade? Como então, explicaríamos o fato de que eles continuam trabalhando? Dizer que *trabalho é*

discurso é deixar claro que as pessoas não continuam trabalhando, porque ignoram a causa da própria dor ou, simplesmente, porque estão filiados aos sentidos da ideologia dominante

Outros estudos se dedicaram ao tema, e não há novidade em constatar que existe um discurso *sobre o trabalho*. Não é dele que tratarei aqui, pois acredito que fazer um recorte de análise dos sentidos que circulam na mídia ou em espaços institucionais, por exemplo, seria pressupor o trabalho como lugar de posições de classe e de formações discursivas.

Além disso, a análise de materialidades institucionais não alcança a relação do sujeito com o próprio trabalho. Trago como exemplo a primeira tentativa que fiz da construção do arquivo para a dissertação. Comecei procurando no acervo permanente do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, processos judiciais que possibilitassem tratar as narrativas da relação entre trabalhadores, empregadores, estado e sindicatos. Passei um verão lendo processos de acidente de trabalho e escrevi um artigo¹ sobre as ‘observações’ de primeira página dos autos de entrada de cinco processos. As ‘observações’ são pequenas narrativas, que justificam e resumem os motivos da reclamação trabalhista.

Embora a sensação é de que essa descrição corresponde ao relato do trabalhador sobre o acidente, ela é uma tradução. Na organização do pedido quem se dirige à justiça é o sujeito responsável pela sua fala e por seus atos, o sujeito de direito. Machucou-se, fraturou, caiu, bateu. Os verbos no passado apagam o agente da ação e induzem a um efeito de retorno. O trabalhador *se machucou*, ou o trabalho machucou o sujeito? O trabalho machuca? O trabalho mata? Nos processos a contradição ocorre na cadeia lógica do discurso judicial que traduz o acidente como uma série de ações que o trabalhador realiza sozinho, mas que interessa imputar ao empregador.

Analisar os documentos do Arquivo Público sob o viés discursivo me ajudou a abandonar definitivamente as materialidades institucionais. Por que não há registro oficial para as circulações cotidianas do trabalho, tomadas no ordinário do sentido (PÊCHEUX [1988] 2012). Se é possível observar a contradição é especificamente porque o trabalhador ali não diz, ele é dito. A partir daí, levei a sério a instrução de voltar o olhar para o que se passa ‘em baixo’ e me empenhei em estabelecer um espaço de escuta dos trabalhadores.

¹ O artigo intitulado *A máquina no corpo do trabalhador: os autômatos do discurso*, foi publicado na revista do Programa de Pós-Graduação em Letras – Cadernos do IL, n.52, p. 199-210.

Procurei diversas instituições - patronais, públicas e sindicatos – solicitando a viabilidade de realizar entrevistas com os trabalhadores que frequentam tais espaços. No Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Porto Alegre (Stimepa) fui convidada a participar do Fórum de Saúde do Trabalhador (FSST), onde apresentei meu projeto e ouvi considerações sobre os principais problemas enfrentados pelos sindicatos na defesa dos direitos de diferentes classes profissionais.

Sob o risco de parecer pouco metódica na escolha, prefiro dizer honestamente que o critério de escolha do Stimepa para realizar as entrevistas deveu-se, basicamente, ao retorno e apoio que tive, tanto dos funcionários quanto da diretoria. Não era e não é do meu interesse caracterizar os dizeres a partir da categoria profissional, ou pressupor uma perspectiva por eles serem ou não sindicalizados. O sindicato foi onde pude estabelecer um lugar que permitisse aos entrevistados contar sua trajetória profissional, com confiança suficiente para que eles se sentissem à vontade e, afinal, me contassem o que quisessem sobre seu trabalho e sobre o que pensam sobre o trabalho. Diferente das outras instituições, o sindicato é um espaço de confiança.

O resultado foram vinte e uma entrevistas, realizadas no segundo semestre de 2016. Foram quatro dias diferentes, ao longo de duas semanas, com todos os trabalhadores que, independentemente do motivo, tinham consulta marcada no sindicato com a médica ou o médico do trabalho. No primeiro dia, perguntei à secretária que organizou o modo como convidaríamos os trabalhadores para entrevista, se ela achava que as pessoas participariam. Prontamente ela respondeu: *Eles querem falar*. Realizei em duas semanas o número de entrevistas (e um pouco mais) que esperava demorar um mês para conseguir. As gravações têm cinco minutos, dez, vinte, trinta minutos, três trabalhadores até perderam a vez na consulta.

As entrevistas são, de um modo geral, relatos felizes de vidas inteiras de trabalho, de luta por subsistência e dor física. Talvez, antes de mais nada, seja importante dizer que os relatos foram direcionados a mim. Preciso explicar melhor o que isso significa, já que a transferência é o ponto determinante do processo teórico-analítico no arranjo do arquivo. Digo transferência, que é um termo freudiano², porque durante as entrevistas ocupei um lugar de escuta. Antes que

² No artigo *A dinâmica da transferência*, Freud [1912] 1969 explica que cada uma estabelece, a partir de instintos que satisfaz e nos objetivos que traça a si mesmo, um modo único de dirigir seu afeto. Processo que não está disponível em sua totalidade e que retorna de maneira mais ou menos estereotipada por antecipação. O sujeito inclui o médico em uma ‘série’ de cadeias psíquicas que já formou, supondo-o em um lugar simbólico. A

a alguém possa parecer que irei psicanalisar os entrevistados, também não é nada disso. Na materialidade recortada existem traços na língua que apontam para o modo como cada trabalhador explica e demanda uma compreensão. Não iremos interpretar o que os traços expressam do sujeito, mas o seu funcionamento. De qualquer modo, em nenhum momento estou neutra, aliás, nos momentos de maior dispersão do sujeito é onde eu apareço.

Duas marcas linguísticas recorrentes apontam a transferência no arquivo. Primeiro o uso da contração *né*, de ‘não é?’³, como forma de solicitar a adesão. Contração que faz da dúvida uma afirmação. Algumas vezes o *né* também é simples expletiva, facilmente eliminável do enunciado. Mais adiante nos perguntaremos sobre a necessidade de incidir um sintagma quando, idealmente, a linearidade do discurso daria conta de assegurar a completude e a determinação do sentido. Por enquanto, vamos nos perguntar somente porque, na narrativa das próprias experiências, o trabalhador busca a confirmação do sentido. Que saber eu poderia deter e confirmar?

Uma das poucas reflexões sobre o uso do *né* é a de Ortiz (1995), onde a autora contribui para o deslocamento da forma *né* do plano puramente sintático ou estilístico para o semântico. Segundo ela, do ponto de vista sintático o *né* pode ser eliminado sem alterar o sentido do enunciado como um todo. Porém, de uma perspectiva discursiva o *né* produz um efeito de encadeamento “é...é...é”, como no recorte recém citado:

E9.1 a) A gente precisa trabalhar *né*,

E9.1 b) muitas pessoas hoje não trabalham naquilo que querem *né*,

E9.1 c) a gente se sujeita, muitas vezes a trabalhar *né*.

Em cada recorte (a, b e c) há efeitos diferentes. Se em a) o trabalhador sublinha um suposto saber em comum, em (b) marca uma heterogeneidade, para em (c) enfatizar a ambiguidade em relação ao enunciado (a). O trabalhador não solicita apenas adesão, mas compreensão. Há nas entrevistas, marcas de uma expectativa sobre a escuta, sobre se fazer entender. Embora não adentremos a transferência sob o viés psicanalítico, irei me ocupar da influência de seu aspecto *linguageiro* - para usar a expressão de Pêcheux ([1982] 2014b) em

transferência é ao, mesmo tempo, o que alhures constitui o fator mais forte no sucesso do médico e o mais poderoso meio de resistência.

³ No *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* ‘né’ é a contração de ‘não é?’. Indica pedido de confirmação ou concordância ou é apenas um complemento que indica pausa.

Ler o arquivo hoje – na construção do arquivo. Isto é, o modo como o lugar de escuta e o gesto de leitura intervém no arquivo e na composição entre recortes e análises.

O arquivo é um testemunho, ou seja, uma escuta, transcrição e interpretação. Produzi, recortei e teorizei uma memória da posição de entendê-la e de levá-la à sério. Cabe ressaltar, que não se trata de qualquer interpretação, mas de uma reflexão fundamentada na língua como materialidade específica. O nó da escritura se dá entre o *acidente de trabalho*, como acontecimento que escapa à inscrição e à discursividade, “como inscrição de efeitos linguísticos materiais na história” (PÊCHEUX, [1982] 2014b) de onde teorizamos o indizível, o trabalho do sentido sobre o sentido do sujeito com o memorável de suas relações de produção. Espero que o enfoque se torne mais claro conforme formos especificando que ‘trabalho’ é esse.

O *acidente de trabalho* é, na história do sujeito o acontecimento. Mas, é um acontecimento no corpo e não um acontecimento histórico. Iremos tratar as entrevistas como testemunho do traumático: a discursivização de uma ruptura da regularidade e da repetição que inscrevia o corpo no gesto produtivo. Como suporte para a noção de testemunho busquei o trabalho de Andréia da Silva Daltoé (2016) sobre a Comissão Nacional da Verdade e a reflexão de Bethania Sampaio Corrêa Mariani (2016) sobre o relato do holocausto de Primo Levi.

Porém o testemunho dos trabalhadores não reclama uma memória social. Não se trata de um esforço de lembrar acontecimentos políticos, por exemplo. O fato que reclama sentidos no testemunho dos trabalhadores é histórico no sentido de que é o sintoma de algo estrutural, ou seja, que constitui a História como a história da luta de classes. Vamos nos debruçar sobre o que a ideologia nos faz esquecer todos os dias: a exploração da força de trabalho. Afinal, se o *acidente de trabalho* pode ser comparável às ditaduras na América Latina ou ao nazismo é porque estamos também na esfera de uma prática legitimada de violência, para a qual não existe espaço institucional de memória.

Mariani (2016) volta-se para aquilo que, do acontecimento, escapa à seriação histórica. A autora explica que, no sujeito, o trauma e a experiência do acontecimento é Real⁴. Ou seja, na história nem tudo é possível de contar. O Real será esse furo que posteriormente será bordejado por tentativas de simbolização. Mas Mariani (2016) está pensando o holocausto, um

⁴ Mais adiante daremos maior corpo à noção de Real que é originalmente um conceito psicanalítico. Aqui, estamos pensando em memória e história e importa saber que Real é o inapreensível da experiência, isto é, nenhuma descrição dá conta de simbolizar completamente um acontecimento.

grande acontecimento, terrível e extraordinário. Acontecimento onde, o testemunho é uma preocupação em dizer para não esquecer.

O testemunho dos trabalhadores não carrega essa característica. Se por um lado, iremos sim compreender o Real da história conforme Mariani (2016), por outro uma velha questão incomoda: “Há um impossível específico à história, marcando estruturalmente o que constituiria o real⁵?” (PÊCHEUX, [1983] 2012). Sim, por isso não estamos diante de ‘qualquer história’. A história ainda é a história da luta de classes e o Real que o trabalhador bordeja - para falar ao mesmo tempo em furo e em Infraestrutura - é um buraco um pouco mais embaixo.

O testemunho, conforme Mariani (2016, p. 52) é uma tentativa de inscrição na história de algo que só é apreensível no processo, por isso o testemunho é o que resta do que foi produzido. No testemunho está em jogo o esquecimento, mas não se trata de algo que em algum momento se soube. Justamente, situaremos a reflexão teórica e a análise entre o que os trabalhadores insistem em recordar de determinada maneira e o que não cessa de não se inscrever. Analisaremos o fracasso da linguagem. Fracasso em transmitir “como se o Outro, o destinatário, não conseguisse ouvir o que há para ser dito” (MARIANI, 2016, p. 56)

Talvez, nesse sentido, Daltoé (2016) é quem nos responde melhor sobre esse grito que faz eco, mas que, aparentemente, ninguém escuta. A ideologia regula o que pode e deve ser dito e também o que pode e deve ser escutado. O acontecimento no corpo rearranja os sentidos e o “*dizer da dor*” (DALTOÉ, 2016, p. 162) produz como efeito um estranhamento. Pausas com reticências, com vírgulas, colchetes em palavras e descompassos que marcam a dificuldade de falar. Trago abaixo, como reflexão sobre as marcas da dor e a dificuldade de nomear dos trabalhadores algumas das inúmeras trocas de *eu*, por *tu*:

E2.1: Olha foi bem complicado, bem complicado porque **tu** não pode fazer porque **tu** perdeu uma parte **de ti** ali né é muita dor que **tu** sente.

E3.1: Sim, **tu** perde a visão, **tu** perde tudo né. Então **tu**, **tu**...

E4.1: [...] uma hora pode vir me complica mais né, vai desgastando devagarzinho quando **tu** vê, **tu**... não consegue andar né.

E5.1: [...], aí tem que, **tu** tem que fazer, **tu** tem que entregar o trabalho porque o cara tem que...

E9.2: Então **tu** as[] quando **tu** saia daquela máquina parecia que **tu** tava com um peso nos braços, assim que, que era muita dor.

⁵ Como já estamos falando em Real, cabe destacar que esse ‘real’ corresponde à ‘realidade’ e não ao Real da psicanálise, de que falaremos mais adiante.

Tu tava com um peso nos braços... você. Tu perde a visão... eu Stefany. Só que em nenhum momento estávamos falando de você ou de mim. Tu, é tu que tem que entender. Quero chamar atenção para essa cadeia eu/tu em que se inscreve uma relação de demanda. Que demanda é essa? Sim, porque não interessa saber se tu refere-se a você ou a mim. O que está em cena é o fato de que há um outro lugar. Leia novamente. Tu tem que fazer... Tu tem que entregar. Tu, pode ser também aquele que se dirige ao trabalhador. Mas quem?

Demora para percebermos o que está em jogo. Afinal, vejo agora⁶ que a entrevista produz um choque. Começava perguntando sobre a trajetória profissional: “como você começou a trabalhar? ”. Ouvia toda uma memória regularizada da relação do sujeito com a função. Estruturada a memória, iamos para a atualidade: “o que aconteceu? ”. Seguindo a pista do que propõe Daltoé (2016), perceberemos que uma nova rede se constitui em torno do acontecimento, mas o que acontece não é uma tessitura, mas um esburacamento: “Uma espécie de repetição vertical, em que a própria memória esburaca-se, perfura-se antes de desdobrar-se em paráfrase. ” (PÊCHEUX [1983] 2015, p. 47). Como nomear o lapso do gesto?

No artigo *O trabalho e a Outra cena: indagações sobre o sofrimento no trabalho*, Luciene Jung de Campos (2016) afirma que o trabalho para o sujeito é uma estética, uma forma de se inscrever no mundo. Na passagem entre o *visível e o nomeado* (PÊCHEUX [1983] 2015) o trabalho é o que irá delinear uma estilística da existência (CAMPOS, 2014). Arrisco dizer que, o insuportável na significação do trabalho é, antes, o sintoma da estrutura social, do que uma dificuldade do sujeito em atribuir sentido ao gesto. Assim como nas reflexões que Pêcheux ([1983] 2015) faz sobre a imagem, no trabalho há todo um percurso escrito discursivamente em outro lugar, em outra cena. Por fim, quando trabalhadores respondem “o que é o trabalho” o efeito é uma repetição, um sentido saturado e corrosivo que faz do trabalho algo como a recitação de um mito (PÊCHEUX [1983] 2015, p. 45). Que rearranjo (im)possível é esse? É a questão que norteará *o meu trabalho*: de escuta e escritura de uma resposta analítica-teórica.

Será preciso começar a resposta por algum lado. De minha parte, prefiro o da história. Justamente, foi na articulação entre sujeito e trabalho que Marx encontrou a resposta para a

⁶ Faço essa nota para situar o leitor sobre a produção desse texto que é um grande remendo de pensamento. Se digo “agora” é porque escrevo esse primeiro pedaço por último, o que teci primeiro foi o corpo do texto. Aqui estou no arremate final, fazendo suspense. Quem já fez ou viu fazer, um blusão de tricot poderá entender que essa primeira parte é a hora em que juntei os pontos, para que o leitor se sinta vestindo o texto e tenha por onde passar a cabeça.

História: ela é a própria dialética da ideologia e o seu motor é a luta de classes. Iremos explicar tal motor e estudar a engenharia da máquina andando nas construções móveis⁷ de onde foi possível conceber tal instrumento científico. Olharemos as peças, estruturas e funcionamentos do Materialismo Histórico, até chegarmos ao ponto culminante da crítica teórica ao automatismo marxista: o maio de 1968 na França. Mais especificamente, na autocrítica de Louis Althusser e no aparecimento da Análise Automática de Discurso como uma máquina de leitura.

Quero destacar nessa primeira parte, que o trabalho é o objeto teórico que Karl Marx recorta do espaço ideológico alemão. Entender a diferença entre produto e processo é o cerne da filosofia marxista. Se vou sustentar no interior da Análise de Discurso que há um discurso de trabalho, terei de construir uma definição categórica fazendo um retorno à historicidade desse objeto.

Para trazer à cena a historicidade teórica e prática do trabalho divido o texto conforme três obras: os *Manuscritos Econômicos e Filosóficos de 1844* (MARX, [1844] 2010), *A Ideologia Alemã* (MARX; ENGELS, [1845-1846] 1998) e *O Capital: crítica da economia política* (MARX [1867], 1996). Percurso que faremos sublinhado pelos apontamentos de Louis Althusser (1979) em *A favor de Marx*. Obra em que Althusser faz uma releitura sintomática de Marx ao reclamar a necessidade de um processo de crítica materialista sobre o marxismo.

Apontando as diferenças entre os primeiros textos, ainda ideológicos, de Marx e o ponto de ruptura que inaugura a ciência da história, Althusser (1979) traça as condições de produção da obra marxista como um todo e nega qualquer versão original da teoria. Refazer o caminho com Althusser nos permitirá apreender o ponto em que este mesmo autor reformula a questão da alienação e propõe uma teoria da Ideologia em Geral.

Estudar o trabalho na obra marxista é uma tarefa complicada, pois a noção aparece por todos os lados. Se destaco que o trabalho tem historicidade em meio às publicações é para notarmos que conforme a teoria avança, a noção muda. É uma descrição? Um conceito? Uma categoria? Receio que por muito tempo tive uma ideia vaga sobre o assunto. Ora me apropriei da descrição da alienação nos *Manuscritos de 44*, onde eu acreditei poder ancorar livremente a

⁷ Parafraseando Pêcheux, que sob pseudônimo de Thomas Herbert, descreve a transformação que uma ciência em estado nascente opera sobre seu objeto, quando finalmente “[...] elimina as construções móveis provisórias sem as quais o caminho não teria podido ser percorrido pela primeira vez [...]” (HERBERT, [1966] 2014, p. 48)

Análise de Discurso. Ora me encontrei sem objeto, achando já não poder retomar um conceito que teria sido superado em Althusser.

Não tenho a menor pretensão de chegar a um “verdadeiro Marx”, que em *O Capital* confessa sua jovem filosofia da libertação humana em palavras econômicas. O que vou fazer é retomar minhas próprias voltas e tentar pensar um outro recorte. Um que nos ajude entender se no Materialismo Histórico trabalho é palavra ou conceito, se ele existe ou não como conceito e se sua existência se distingue de sua função no discurso teórico. Conforme a leitura sintomática que propôs Althusser (1979), olharemos as condições do problema através do seu movimento na história.

Isso tudo para dizer que não vamos simplesmente revirar os textos e decompor as obras até extrair de cada uma delas “o trabalho”, fazendo depois uma síntese que carregáramos para dentro da Análise de Discurso. O que ambiciono é trazer o trabalho como categoria de análise para o campo da AD. Para isso, teremos de teorizar e ressignificar seu lugar no sistema teórico. Então, antes de trazê-lo teremos de situá-lo bem.

1.2 - Os Manuscritos de 44 e a Ideologia Alemã

Quanto mais o trabalho que se lhe dá é longo, penoso, repugnante, tanto menos eles são pagos; veem-se alguns que, com 16 horas de trabalho por dia, sob esforço contínuo, mal compram o direito de não morrer. (BURET, 1840, p. 68-69, apud MARX, [1844], 2008, p. 38)

Nos *Manuscritos de 44*, Karl Marx ([1844] 2010) percorre os princípios da economia nacional, opondo à especulação teológica desta, a crítica positiva humanista e naturalista de Feuerbach⁸. Citando trechos de Adam Smith, Pierre-Joseph Proudhon, Jean-Baptiste Say e David Ricardo o autor vai questionando o sistema científico da economia política. Demonstra que o que estes economistas fazem, nada mais é do que uma filosofia espontânea do capitalismo, onde eles supõem o que deveriam desenvolver. Segundo Marx, a economia política

⁸ Mais especificamente nas Teses sobre Feuerbach, onde Marx afirma que a vida social é essencialmente prática e que, por isso, não se trata de opor de um lado o mundo de coisas e do outro a contemplação. Feuerbach resolve a essência religiosa na essência humana, sua base seria o mundo. Nas teses, posteriores aos Manuscritos de 44, Marx explica que Feuerbach não pode ver que a religião não é produto da essência humana e sim, um produto social, das relações humanas.

descreve as leis do processo material da propriedade privada, tal como ele passa na realidade, e faz dessas formulas gerais e abstratas as leis gerais de sua ciência.

Cabe ressaltar que esta obra é especificamente importante, por ser o encontro *filosófico* de Marx com a economia política. Sua reação crítica ao longo do texto é de que os fatos e a grande riqueza que o capitalismo celebra não tem fundamento. Isto é, não correspondem com a realidade dos trabalhadores! Como a história da razão, da liberdade e do progresso inevitável, pode ser a mesma história da exploração, da desrazão e da servidão do trabalhador? (ALTHUSSER, 1979)

Marx ([1844] 2010) irá resolver essa contradição a partir do conceito de trabalho alienado ou trabalho estranhado⁹. Partindo dos pressupostos da economia nacional, suas palavras e suas leis ele conclui que, afinal de contas, toda a sociedade deve dividir-se em duas classes: a dos proprietários e a dos trabalhadores. Diferente do que diz o capitalista e repete o economista nacional, o enriquecimento do capitalista não enriquece o trabalhador. A existência do trabalhador é reduzida à condição de existência de qualquer outra mercadoria. Assim, ele descreve que o trabalhador e capitalista não sofrem igualmente, pois onde o capitalista sofre no ganho do lucro, o trabalhador sofre em sua *existência*:

Diz-nos o economista nacional que tudo é comprado com trabalho, e que o capital nada mais é do que trabalho acumulado. Mas ele nos diz, simultaneamente, que o trabalhador, longe de poder comprar tudo, tem de vender-se a si próprio e a sua humanidade. (MARX, [1844], 2010, p. 28)

O problema da economia nacional estava em considerar o trabalho abstratamente, *como uma coisa*. O trabalho é sim uma mercadoria, explica Marx, mas não é uma coisa, ou seja, não é uma mercadoria qualquer. Nos *Manuscritos de 44* ele irá procurar responder o que significa, em termos de humanidade, a redução do trabalho a um trabalho abstrato: o dinheiro. Por que “a

⁹ Na tradução brasileira de Jesus Raniere, edição que utilizo aqui, a ‘alienação’ é traduzida também como ‘estranhamento’. O tradutor faz esta sugestão com base na utilização distinta que Marx faz dos termos, respectivamente, Entäusserung e Entfremdung. Observar essa diferença permite uma compreensão menos negativa do termo alienação. Nos *Manuscritos de 44*, alienação [Entäusserung] é a exteriorização do trabalho, no sentido de reificação, de objetivação individual por meio do produto do trabalho. Estranhamento [Entfremdung] seria o estado geral da sociedade determinada pela objetivação social de que a propriedade privada se apropria e opõe aos trabalhadores, como uma força exterior e estranha a eles. A sinonímia pode ser mantida no contexto da conclusão de Marx, de que ambos estão identificados com a apropriação do excedente de trabalho e, portanto, é a categoria que serve de crítica ao capitalismo. Entretanto, se quisermos avançar em torno dessa problemática, essa distinção é muito importante, pois ela toca o desdobramento de dois conceitos que abordaremos mais adiante: objetivação e reificação.

valorização do mundo das coisas, aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens”? (MARX, [1844], 2010, p. 80)

Por que os objetos, a produção objetiva das coisas, se opõem ao trabalhador como um poder independente. Para Marx, a natureza, por si só, já nos oferece *os meios de vida*. Ou seja, oferece os objetos de trabalho e os meios de subsistência. Independentemente do modo, o ser humano vive da natureza e é uma parte dela. Mas, através do trabalho, fazemos da vida social um meio de vida individual. Ou seja, fazemos da atividade produtiva *não a finalidade* da necessidade de manutenção física, mas sim *o meio*. Assim, a própria vida nos é objeto, na medida em que a vida produtiva é o que engendra a vida humana.

Nos *Manuscritos de 44*, o autor tomará a atividade vital *a essência humana* que o trabalho no capitalismo converte em *meio de existência*. Assim, ele conclui que a propriedade privada não é a causa do trabalho estranhado, da exteriorização da vida, mas sim seu efeito. Na elaboração do mundo objetivo é que o ser humano se confirma. A sua vida ele efetiva no objeto, mas no capitalismo sua própria objetivação é a perda do objeto. Então, o trabalho se torna externo, no sentido de que nele o sujeito se nega. O objeto não se torna apenas uma existência externa ao trabalhador, mas algo fora dele, contra ele e estranha a ele: “[...] a vida que ele concedeu ao objeto de lhe defronta hostil e estranha.” (MARX, [1844], 2010, p. 81).

Já não produzimos apenas conforme nossas necessidades vitais, quanto mais trabalhamos, mais criamos um mundo objetivo alheio a nós mesmo e que não nos pertence. Os termos são difíceis, mas é como fabricar uma mesa e colocá-la entre as pessoas sentadas. Quanto maior a mesa, maior a distância entre as pessoas. Existe um mundo de coisas que intermedeiam as nossas relações humanas. A única relação imediata é entre o trabalhador e a produção.

A análise do estranhamento entre trabalhador e produto do trabalho é reelaborada em *O Capital*. Nos *Manuscritos de 44*, Karl Marx desenvolve a relação de 1) alienação na atividade produtiva, no ato de produção, onde o sujeito 2) estranha o mundo e a si mesmo, porque sua atividade está voltada contra ele. Na perda do produto do trabalho, sujeito e natureza estão alienados. Esse gesto que torna o produto externo, onde o trabalhador se exterioriza é um gesto de *mortificação*.

Por fim, aponta que, como consequência do estranhamento do objeto e de si mesmo em relação ao mundo, o homem estranha o outro homem: “Na relação de trabalho estranhado cada homem considera, portanto, o outro segundo o critério e a relação na qual ele mesmo se encontra

como trabalhador. ” (MARX, [1844], 2010, p. 86). Portanto, alienado do produto do trabalho, de si e de seu gênero (o outro homem) o homem estranha sua própria natureza. Convertida a essência de sua vida em meio de existência, ele perde no objeto, sua verdade. O que Marx conclui é que a contradição aponta para a necessidade da libertação. O futuro é a emancipação dos trabalhadores e sua consequente humanização.

Destaco que, nos *Manuscritos de 44*, ainda é através da razão que é feita a crítica à desrazão, na oposição entre a situação histórica concreta alemã e o pensamento idealista. Em oposição aos preceitos filosóficos da economia política ele vem trazendo sua contradição na forma das desvantagens do trabalhador. Por enquanto, nos *Manuscritos de 44*, *trabalho alienado* ainda tem um sentido puramente *filosófico*. E filosófico é tudo o que Marx e Engels ([1845-1846] 1998) irão condenar posteriormente sob esse termo. Mas nessa obra, quando Marx afirma que o trabalho é o *fundamento originário*, devemos ler isso literalmente, por que o termo contém toda uma concepção essencial de homem marcada pela filosofia feuerbachiana.

No que Althusser (1979) irá chamar de *Obras da Juventude de Marx*¹⁰, o que temos de observar é que não só a terminologia, mas toda a problemática filosófica é feuerbachiana. Essa crítica do idealismo da economia nacional é feita por meio da filosofia feuerbachiana e é feita pelos princípios da dialética hegeliana. Nem por isso podemos compreender que Marx foi hegeliano. Justamente pelo que consideramos: ele não se baseou na esfera das ideias e reflexões filosóficas de seu tempo, seguindo através da teoria os passos da contemplação. Ele se baseou na contradição entre a economia política e a situação dos trabalhadores.

Se fiz esse percurso é porque nessa obra está o coração do problema. Aqui estão as primeiras formulações do conceito de trabalho que dão base à crítica que reencontraremos ao longo d’*O Capital*. Se adianto isso é para destacar que o termo pode ser o mesmo, *alienação do trabalho*, mas a problemática será outra e, portanto, os conceitos terão outro significado. Entender a amplitude dessa mudança é saber “de antemão que o texto da quase última noite é paradoxalmente o texto mais distanciado que há, teoricamente falando, do dia que ia nascer. ” (ALTHUSSER, 1979, p. 26).

¹⁰ As ‘Obras de Juventude de Marx’ seriam as que vão de 1840 a 1844, que Althusser (1979) divide em dois períodos: o primeiro de obras com problemáticas kantiano-fichtiano e feuerbachiano; seguido pela problemática hegeliana que Marx tenta inverter com o pseudo-materialismo de Feuerbach.

Iremos contrapor ao conceito de trabalho alienado uma ‘questão fundamental’, isto é, vamos pontuar a questão de suas questões e não *se* ou *como* Marx levou-as adiante em sua totalidade:

É o reconhecimento da problemática do pensamento individual considerado com as problemáticas dos pensamentos que pertencem ao campo ideológico que pode decidir qual é a diferença específica do seu autor, isto é, se surgiu um sentido novo. Bem entendido: a história real está presente a todo esse processo complexo. Mas não se pode dizer tudo ao mesmo tempo. (ALTHUSSER, 1979, p. 58)

Trabalho, nos *Manuscritos de 44*, é a problemática e o objeto teórico de reflexão, não um conceito ou o campo ideológico. Em *O Capital*, Marx irá desenvolver, nos termos da economia política, como o trabalho se converte em trabalho abstrato, nessa coisa que não é mundo. A juventude de Marx não pertence ao marxismo, mas nos conduz a ele. Dois pontos já levantado para mantermos em mente dos *Manuscritos de 44*: 1) *há uma relação imediata entre o trabalhador e a produção*; 2) *o trabalho como alienação, mobiliza uma questão de existência*.

Em *A Ideologia Alemã*, Marx e Engels ([1845-1846] 1998) vão mudar de elemento e romper com a filosofia de Feuerbach e com a dialética hegeliana. No que consiste essa mudança? Numa ‘volta para trás’ (ALTHUSSER, 1979), o exato oposto da superação ou síntese de Hegel que se dá a partir de uma continuidade de pensamento. A ruptura está em opor ao problema uma crítica que retorna à ideologia que o revestiu. Ao processo que produz o pensamento hegeliano, a ruptura é uma retomada como restituição da realidade e não de busca do pensamento que lhe deu origem.

Nessa obra é que encontraremos a função teórica de conceitos que nos interessam, especialmente, a *divisão do trabalho* que comanda toda a teoria da ideologia e da ciência. A *alienação* também aparece, mas sobre outra perspectiva. O trabalho já não é a *essência*, mas sim a *contingência*: “Ao produzirem seus meios de existência, os homens produzem indiretamente sua própria vida material.” (MARX; ENGELS, [1845-1846] 1998) p. 11)

Produzir depende dos meios de existência encontrados, da natureza na forma que ela foi encontrada e que deve ser reproduzida. A forma já é determinada quando nascemos, não importa se foi há mil anos ou ontem, há um modo de vida determinado. Nesse modo, seja ele qual for, os sujeitos coincidem com sua produção, o que somos depende das condições materiais de produção e das relações de produção. Logo, somos determinados também pela divisão do

trabalho, no que toca a matéria, os instrumentos e os produtos do trabalho. Isso é o que determina a forma da propriedade e a organização política.

Portanto, o dilema estaria na ligação entre a estrutura social e política e a produção, não na representação que os indivíduos fazem de si mesmos – que é alienada, mas na forma como trabalham e produzem materialmente, na forma como “atuam em bases, condições e limites materiais determinados e independentes de sua vontade” (MARX; ENGELS, [1845-1846] 1998, p. 18) A realidade não é produto do pensamento, a consciência não determina a vida, somos o que podemos ser.

Considerando como se dá essa ligação, os autores começam apontando três aspectos da atividade social. O primeiro 1) *fato histórico*: a produção dos meios de satisfazer as necessidades de reprodução da própria vida, ou seja, toda a realidade implicando a atividade que a produziu. Satisfeitas essas necessidades, são produzidas novas necessidades, esse é o primeiro 2) *ato histórico*. No desenvolvimento histórico, cada dia essas relações produzem as condições de reprodução dos indivíduos, e são assim *reproduzidas*, gerando outras pessoas. Produzir vida é então, sempre uma dupla relação, 3) *necessariamente*, natural e social. Se destaco o *necessariamente* é porque ele não é um mero advérbio, pois a forma que dependência material entre os indivíduos assume na história é, para Marx e Engels ([1845-1846] 1998), a própria história.

Assim como no recorte apresentado no início do texto, os trabalhadores têm conhecimento sobre sua realidade. Há momentos em que os trabalhadores falam abertamente dessas condições. Parece até que nem precisamos de toda essa explicação abstrata para explicar a realidade:

E17.1: O trabalho acho que, é, tipo pra mim, é um meio de, até hoje, é um meio de sobrevivência. Para a pessoa hoje em dia né, pra viver tá caro né. Se não trabalha [risos] se tu não trabalhar, é a verdade né, se tu não trabalha tu não tem como ...pagar as contas do dia a dia e tal.

O trabalho é um meio de sobrevivência, de satisfazer as necessidades, de pagar as contas do dia a dia. Meio de sobrevivência que não depende de uma decisão voluntária, mas se apresenta como contingência para o sujeito. Por que *viver tá caro*, isso é um *fato*. O sujeito deve *necessariamente* produzir um *ato*, porque *se tu não trabalhar, é a verdade né, se tu não trabalha tu não tem como...*

O trabalhador descreve a força dessa relação. Força externa, estranha, que desperta o riso. No recorte acima podemos começar a suspeitar o que é a ideologia. Mas adiante ao leitor que, para Marx e Engels ([1845-1846] 1998) a ideologia é o mesmo que idealismo. Pois, para os autores, o idealismo é a filosofia espontânea da divisão do trabalho.

Interessante é que para chegar nessa conclusão eles buscam uma explicação na linguagem. Sua hipótese é que, produto social, a linguagem aparece apenas quando há a necessidade de estar em relação aos outros indivíduos na relação com a natureza. Somente através da divisão do trabalho a linguagem é possível - na divisão entre trabalho manual e intelectual - onde há a possibilidade de *representar realmente algo que não faz parte da prática* e da realidade física. O desenvolvimento da linguagem só ocorre porque as relações sociais existentes entram em contradição com as forças produtivas existentes.

Disso resulta a divisão idealista: “[...] pela divisão do trabalho, torna-se possível, ou melhor, acontece definitivamente que a atividade intelectual e a atividade mental – o gozo e o trabalho, a produção e o consumo – acabam sendo destinados a indivíduos diferentes [...]” (MARX; ENGELS, [1845-1846] 1998, p. 27). Por isso a divisão do trabalho (produção) e a propriedade privada (produto) são representadas como expressões idênticas, que ganham uma *representação universal*. Ou seja, uma forma ilusória da coletividade. A naturalização dessa divisão não voluntária faz de cada *ato histórico* uma força estranha ao transformar o produto do trabalho em uma força objetiva de dominação. Força que é produzida no interior da sociedade e se apresenta aos indivíduos como interesse universal, situado fora deles e independente deles.

Assim, o palco da história, a *formação social* está nas relações sociais e materiais entre os indivíduos em um determinado estados das forças produtivas. No entanto, sua organização deve existir representada: de forma externa, como nacionalidade; e de forma interna, como Estado. Dependência material e estrutura social que não será rompida com uma nova ideia – como supunham os idealistas – a prática não é modificada pela ideia. A prática material explica a formação das ideias, faz surgir da dependência natural a *representação universal*, ela é a força motriz da história: “Esta soma de forças produtivas, de capitais, de formas de relações sociais, que cada indivíduo encontra como dados existentes, constitui a base concreta da representação dos filósofos [...]” (MARX; ENGELS, [1845-1846] 1998, p. 33).

Os autores entendem que as relações entre homem e natureza, da produção material da vida, são excluídas da história, porque até agora a filosofia engendra uma oposição entre

natureza e história. As formas imaginárias de compartilhar coletivamente as práticas sociais, se transformam então nas forças dominantes que determinam as práticas. Logo, a ação não é voluntarista, os homens fazem a história nas condições que a história lhes permite. Os sujeitos são atravessados pela história *na medida em que produzem*. Ninguém pode estar fora, disso depende a própria vida dos sujeitos.

Por isso, para Marx e Engels ([1845-1846] 1998) essa “construção nas nuvens” da história surge do estado de coisas reais, da necessidade social de substituir na imaginação a produção real dos meios de vida por ‘coisas imaginárias’. Feuerbach apenas teria trazido à consciência um fato existente, sem ir além da constatação. Ao definir a natureza humana ele não distingue homem e natureza, portanto, não distingue história e materialismo e “[...] nunca chega aos homens que existem e agem realmente; fica numa abstração.” (MARX; ENGELS, [1845-1846] 1998, p. 46)

Se existe história é porque a materialidade se passa na relação dos homens com a natureza através das forças produtivas que engendram a vida, e não em uma relação direta com a natureza. Ainda, tornar a história recente a finalidade da história anterior é tomar como materialidade as abstrações universais. Justamente tais abstrações, e tal história, só pode existir por que a história é a história da luta de classes: das forças produtivas e das relações sociais que se dão através delas.

A universalidade dos pensamentos dominantes, tampouco são dominantes por providência divina, são dominantes porque existe uma classe que domina materialmente uma sociedade “são expressão ideal das relações materiais dominantes” (MARX; ENGELS, [1845-1846] 1998, p. 48). Cada nova classe que assumir o lugar dominante irá representar seus interesses sob a forma universal. O que o idealismo faz, ao concluir que ‘as ideias dominam a história’, ou que ‘o espírito é soberano na história’ só é possível ignorando quem são os indivíduos dominantes.

Compreender o que é a base real da ideologia, para Marx e Engels é compreender que *o trabalho* no capitalismo, conforme o desenvolvimento das forças produtivas, não é somente ideia – *um conceito* – nem uma simples necessidade orgânica, mas sim *uma contingência*. “A diferença entre o indivíduo pessoal e o indivíduo contingente não é uma simples distinção de conceito, mas sim um fato histórico”. (MARX; ENGELS, [1845-1846] 1998, p. 88) Fato que é a produção, porque a realidade implica a atividade que a produziu e um ato que deve, necessariamente, ser reproduzido.

A realidade da alienação decorre de condições determinadas e correspondem a sua limitação efetiva, à sua existência limitada, que só pode aparecer através das contradições entre o pensamento dominante de uma época e a realidade das forças produtivas: “[...] primeiro como condições de si, e mais tarde como entraves desta [...]” (MARX; ENGELS, [1845-1846] 1998, p. 89). Ora, o capitalismo não é a face do progresso. Há sempre uma relação necessária pela divisão do trabalho, que se dá entre os trabalhadores como indivíduos em condições de produção determinadas e que é tratada pelo idealismo, como liberdade de escolha.

De fato, os indivíduos sempre partem de si mesmo, mas não como origem de si. Então não se pode partir do voluntarismo, mas do engendramento nas condições materiais. Ou seja, *o modo de produção e a união contingente que a divisão do trabalho estabelece* tornam-se um laço estranho ao indivíduo e um poder objetivo sobre ele, na medida em que se dá nas condições reais de existência.

Esse poder objetivo é causal do próprio modo de produção. Por isso, o Materialismo Histórico é fundamental. Em *A Ideologia Alemã*, Marx e Engels ([1845-1846] 1998) colocam a Infraestrutura como a base de toda a história. Nela está a realidade da luta de classes e do modo como ela se dá, emerge a história. Factual e contingente, pelo desenvolvimento das forças produtivas e não o contrário, progressiva e fatal, pela realização das ideias.

Antes de partir para a categoria trabalho em *O Capital*, vamos sublinhar as conclusões até aqui. Há entre as duas obras que vimos, uma diferença básica no que concerne o trabalho. Nos *Manuscritos de 44*, a alienação do trabalho se dá entre o homem e a produção, onde o trabalho faz parte da natureza e da essência humana. Na perda do produto e na atividade de exteriorização do trabalho, o homem aliena-se de si e do seu gênero, isto é, de sua natureza humana.

Em *A Ideologia Alemã*, essa concepção de alienação é deslocada profundamente. Ainda há uma relação entre natureza e trabalho, mas essa relação é de produção que constitui o mundo e o social como contingência. A base é dupla: natural - de produção vital - e social. Não mais de natureza como essência. A história é, portanto, a forma que a dependência material assume.

A divisão do trabalho, ao tornar o produto do trabalho externo ao sujeito, torna-o uma força objetiva de dominação. Aqui, o trabalho é o processo necessário que é a base objetiva da história e das relações. A alienação vai ser a consequência dessa representação da relação do sujeito em contradição com as condições reais de existência, produto da ideologia.

1.3 - Alienação do trabalho em *O Capital*

Até agora teríamos uma filosofia do homem que, em sua atividade funda a história que “[...] só se realiza teoricamente (ciência) e praticamente (política) nas relações humanas universais, tanto com os homens como com seus objetos (a natureza exterior “humanizada” pelo trabalho). ” (ALTHUSSER, 1979, p. 199). A história seria a produção do “verdadeiro homem”, alienado. Só que essa perda do homem no produto ainda pressupõe uma essência. É *n’O Capital* que Marx rompe definitivamente com essa concepção e essa ruptura é sua descoberta científica. Se a história é a história da luta de classes, então não pode existir essência nos indivíduos isolados. Assim, ele rejeita todas as concepções teóricas de ideologia e reconhece sua *função prática*.

Consequentemente, a ideologia não pode ser dissipada pelo conhecimento da relação social que funda sua causa, o conhecimento não destrói a sua forma de existência e nem corresponde a sua realidade. Esse é seu caráter dialético e material. O anti-humanismo de Marx vai além da pura abstração filosófica e traz como base a contingência. Em outras palavras, quer dizer que o conhecimento do que é humano é fundamentalmente o reconhecimento do ideológico, do sujeito-já-sujeito. A prática humana que articula a unidade social é a divisão do trabalho, mas o próprio conhecimento das condições de necessidade é um sistema de representações: a ideologia.

A ideologia tem uma função prático-social anterior a seu conhecimento e é no seu complexo que se constitui a totalidade social. O modo de produção não pode dispensar uma organização social da produção e suas formas ideológicas. Na inadequação do homem ao mundo, o que chega mais perto de um conceito de homem é o conjunto das relações sociais. Por isso não pode haver definição, porque não é uma relação definida, é uma prática [práxis]: “[...] para encontrar e reencontrar a realidade à que faz alusão ao procurar não mais o homem abstrato, mas o homem real, é preciso passar à sociedade, e pôr-se a analisar o conjunto das relações sociais. ” (ALTHUSSER, 1979, p. 216)

Abandonar a *essência* é voltar ao problema da alienação do trabalho. Na linha do que trouxemos acima – que o conhecimento de algo não corresponde com sua forma de existência nem com a realidade -, em *O Capital*, Marx ([1867] 1996) desmonta a suposta relação de correspondência entre trabalho e salário. Ambos são valor e o valor não pode ser anterior a ele mesmo, isto é, não pode ser *inerente às coisas*. O valor não é o correspondente abstrato para as

coisas reais, não se trata de uma tradução de *coisa* em *preço*. Bem, então o que define um preço ou um valor? Não é simplesmente a matéria física, natural.

Antes de seguir com explicações vindas do Materialismo Histórico, cabe lembrar que a lógica do valor não é estranha aos estudos linguísticos. Ferdinand de Saussure chegou ao mesmo impasse epistemológico que Karl Marx e o resolveu usando a lógica do valor. Como explica Claudine Normand (2009), antes de Saussure, a Linguística era um conjunto de regras feitas a partir de relações entre descrições de diferentes línguas. Estruturas que eram algo *a priori*, pois se entendia que a origem de uma palavra correspondia a um objeto na realidade.

Para Marx ([1867] 1996), o valor não corresponde às coisas e para Saussure ([1916] 2002) as palavras não correspondem às coisas. Isto é, não há relação entre uma palavra e um referente preexistente. Saussure ([1916] 2002, p. 106) rompe com a nomenclatura e designa de *signo* linguístico o que une um conceito e uma imagem acústica, respectivamente, significado e significante.

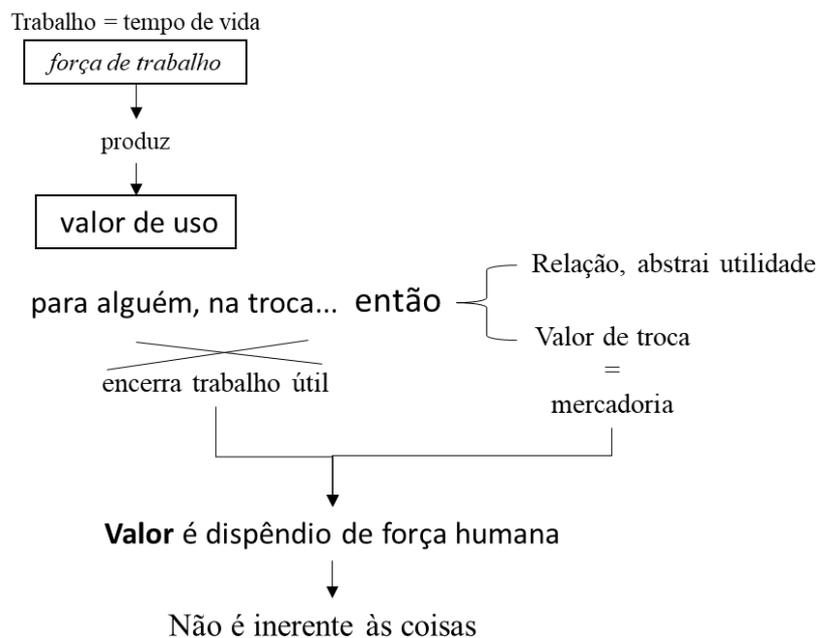
Marx e Saussure pensam sua unidade como um *sistema*, respectivamente: a língua e o social. Ambas confrontadas com uma ‘dualidade radical’ (SAUSSURE, [1916] 2002, p. 121), ou ‘natureza dupla’ (MARX, ([1867] 1996, p. 171). Como afirma Saussure, em um exemplo esclarecedor buscado na economia política, essa dualidade é interior aos sistemas que se colocam diante da noção de valor: “Trata-se de *um sistema de equivalência entre coisas de ordens diferentes*: numa, um trabalho e um salário; na outra um significado e um significante.” (SAUSSURE [1916] 2002, p. 121, grifo meu)

Como se equivalem coisas de ordens diferentes? Usando o exemplo de Marx ([1867] 1996), o valor de 10 gramas de trigo não pode ser medido em 10 gramas de trigo. Simplesmente porque não é possível medir trigo em trigo. Tampouco é possível entender o sentido de uma palavra por si só, ou seja, será preciso outro signo. Na língua, o sistema de equivalência entre significado e significante, parte de uma relação de *valores entre signos*. No caso do trigo o sistema de equivalência é a troca, que parte de uma relação entre valores de uso na troca.

Então, o trigo ganha valor de uso na troca, tendo antes disso sido tornado valor de uso pelo trabalho de alguém que despendeu sua força de trabalho, sua vida, pelo tempo necessário para que se tornasse uma mercadoria. Tudo isso constitui seu valor, mas a equação ainda se complica, porque o trabalho também é mercadoria.

Satisfazer as próprias necessidades com o produto do trabalho é criar valor de uso, no sentido de realizar uma atividade orientada a um fim. Mas, um objeto com valor de uso, não é, necessariamente, uma mercadoria. O valor de uso materializa-se no uso ou no consumo e difere em qualidade não podendo exceder em quantidade. Um par de sapatos tem valor de uso, 30 pares de sapato não têm valor de uso, pois não posso calçar 30 sapatos ao mesmo tempo. Abstraindo sua utilidade material, eles têm valor de troca, porque tem valor de uso para outros. Só que os valores de uso só se trocam, reduzidos a algo comum que eles representam mais ou menos: uma grandeza.

Como vimos não é possível medir o valor pela matéria física, natural. Sua forma material será então o tempo despendido na produção, tempo pago em dinheiro. Há uma unidade abstrata que delimita a forma do valor, no caso das mercadorias, o dinheiro. Sendo o trabalho entendido como a condição de existência do homem – condição de produzir algo necessário para a manutenção da própria vida em sua relação com a natureza - o valor de uso é o que encerra o trabalho útil. No valor de troca, abstraído¹¹ o valor de uso da atividade produtiva, resta apenas que a mercadoria é um gasto de força humana. Assim, o valor da mercadoria, sua forma material, representa dispêndio de trabalho humano:



Esquema 1: Forma material da mercadoria

¹¹ Quando o valor de uso é abstraído, que dizer que a utilidade da mercadoria não interessa mais no momento da troca. No exemplo do sapato, não é seu valor de calçar os pés que interessa na troca, mas seu valor como objeto de troca.

A forma do valor das mercadorias é dupla: como objeto de uso, o que seria sua ‘forma natural’ [interna]; e como objeto de troca, ‘forma de valor’, no social [externa]. Porém a relação de troca caracteriza-se pela abstração do valor de uso e

Ao desaparecer o caráter útil dos produtos do trabalho, desaparece o caráter útil dos trabalhadores neles representados, e desaparecem também, portanto, as diferentes formas concretas desses trabalhos, que deixam de diferenciar-se um do outro para reduzir-se em sua totalidade a igual trabalho humano, a trabalho humano abstrato. (MARX, [1867] 1996, p. 168, grifo meu)

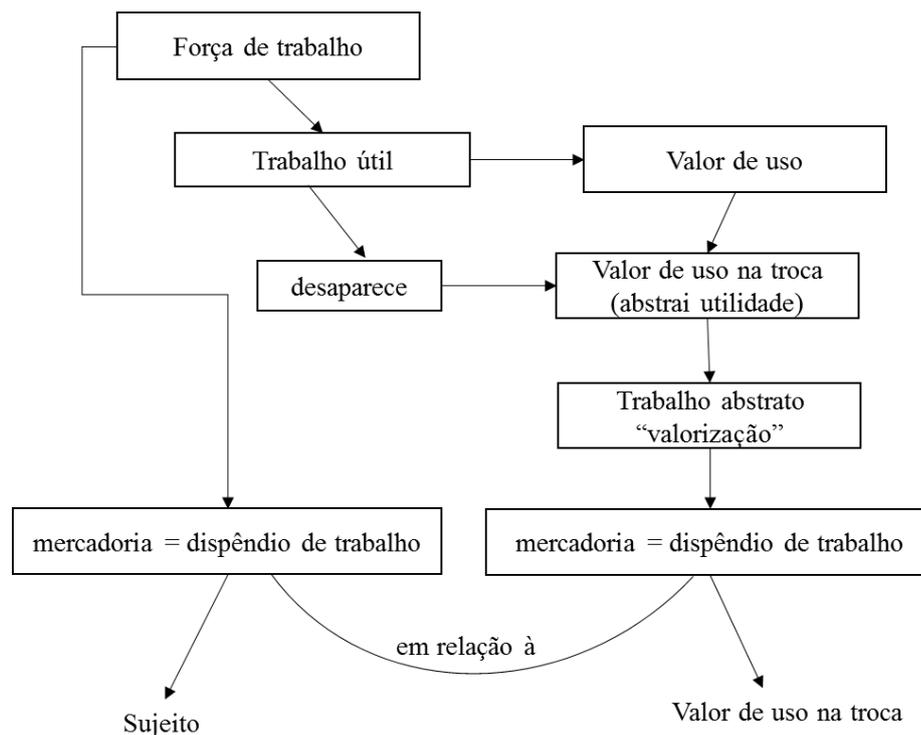
Não é o valor de uso que constitui o valor de uma mercadoria, mas o trabalho humano abstrato nela materializado como valor de troca. A redução da unidade, entre valor de uso e valor de troca, para um valor em geral e, portanto, social, possibilita sua *objetividade*. Na troca o valor só pode ser *uma forma*. Tal como na língua, o valor é que faz o vínculo entre interno e externo, porque ele não é social e sim intrinsecamente social, a dimensão social lhe é interna, pois ele só pode se realizar no social. O signo e o trabalho têm em si um valor, que lhes é interno, mas não é essencial. Ou seja, só se realiza na troca. Assim como Marx, Saussure estava interessado em entender o que, no sistema, faz o vínculo entre indivíduo e coletividade.

Não há espaço para nos aprofundarmos mais em Saussure. O que quero destacar é que há algo semelhante no modo de estruturação função/funcionamento das unidades que dão, em Marx a base para a História e em Saussure a base para a Linguística. Em ambos, a dualidade externa e interna é o que constitui o objeto e o caráter negativo do valor é o que lhe confere ‘positividade’ enquanto sistema. Sistema, baseado interna e externamente na coletividade, onde é o social e não o sujeito, o suporte do valor. Para Marx, através do trabalho e para Saussure, através do signo: o valor sustenta o objeto e não a realidade.

Se como vimos, o valor de uma mercadoria é uma forma que só o trabalho pode criar então o que acontece no capitalismo, em que o trabalho também é uma mercadoria? Vimos no esquema acima que força de trabalho é a ‘forma interna’ de uma mercadoria. Como qualquer outro produto, seu valor depende das outras diversas mercadorias relacionadas entre si. O valor é expresso em dois polos inseparáveis: valor relativo e valor equivalente. Isto é, só se pode se expressar um valor relativamente, por meio de outra mercadoria que se oponha a ela de forma equivalente. Mais uma vez, não é a oposição entre a materialidade física que está em jogo, mas a oposição entre o dispêndio de trabalho contido nas mercadorias.

Por que temos de reduzir os diversos trabalhos (trabalho útil) necessários para produzir diferentes mercadorias (valores de uso) a algo comum, trabalho humano geral, para que seja possível perceber o trabalho como gerador de valor? **Por que a força de trabalho cria valor, mas não é um valor.** O valor materializa-se na mercadoria em relação a uma outra mercadoria. A força de trabalho é a única coisa na forma da mercadoria que pode ser igualada e mensurada (trabalho humano geral e tempo de trabalho) e é a única coisa que lhe dá sentido como valor de uso, por dispêndio de força de trabalho.

O valor de troca de uma mercadoria não é natural, ela depende do trabalho. Mas, esse valor de uso gerado pela força de trabalho só se realiza na troca, ou seja, depende do social. O que o sujeito vende, não é trabalho, ou trabalho útil. Ele vende a si mesmo, sua força de trabalho e não o valor de uso, produto de seu trabalho. O trabalhador vende a si mesmo como mercadoria, e uma mercadoria muito específica, que cria e acumula valor.



Esquema 2: Força de trabalho

A força de trabalho é mercadoria, o valor de uso dessa mercadoria é a própria vida daquele que vende sua força, logo o produto do trabalho não é valor, é gerar valor. O que é isso para o sujeito? O valor - preço, salário – se constitui como produto social, mas não corresponde a nada do “mundo das coisas”.

Ao retornar aos meios de produção, os produtos não retornam como produtos, eles funcionam como fatores objetivos que determinam a vida social. Os produtos existentes são o resultado e a condição de existência do processo de trabalho. A força de trabalho é o único meio de conservar (consumir) e realizar valores de uso.

Marx está interessado nas condições em que esse processo se realiza. Segundo ele, limitar a relação entre o sujeito e o trabalho como processo não diz nada de seu funcionamento. Para trabalhar produtivamente o sujeito não pode estar fora desse sistema coletivo:

O processo de trabalho, como o apresentamos em seus elementos simples e abstratos, é a atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer as necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre o homem e a Natureza, condição natural eterna da vida humana e, portanto, independente de qualquer forma dessa vida, sendo antes igualmente comum a todas as suas formas sociais. (MARX, [1867] 1996, p. 303)

Em *O Capital*, Marx separa definitivamente o que é produto e o que é natureza. Não há essência como nos *Manuscritos de 44*. Tampouco o processo natural vai ser entendido como a relação objetiva concreta entre condições de produção e objetivação, com base na história. Por quê? Porque no capitalismo o trabalhador produz valor, mas no modo de produção tal como ele se dá, não há objetivação efetiva do sujeito. Ele mesmo não é um valor! O trabalhador faz dos meios de existência (força de trabalho, a própria vida!), meio de existência e está atrelado a ela de forma contingente. Não pode não vender sua força de trabalho.

A partir de *O Capital* nada é natural. O trabalho instaura o que designaremos como **falta objetiva**, através da *mais-valia* que é constitutiva do sujeito no social. Tendo em vista o percurso que fizemos até agora, a lógica da mais-valia fica fácil de entender. Retomando: um objeto para ter valor, deve ter valor de uso. Toda a produção, todo o mundo de coisas ao nosso redor, foi tornado valor de uso pelo trabalho de alguém. Se cada trabalhador recebesse o equivalente ao valor de uso correspondente ao valor de troca do objeto produzido, não existiria capital. O capital é trabalho acumulado.

Acumular trabalho significa trocar objetos em relação ao valor, não de uso, mas de uso na troca. Ou seja, um valor abstrato. Isso faz, como vimos acima, de um objeto uma mercadoria. Acontece que os trabalhadores não trocam o produto do trabalho (um objeto) por mercadorias. Não trocam trabalho por trabalho. Trocam força de trabalho – a única mercadoria que produz valor de uso – por valor de troca. O excedente dessa troca é a mais-valia, o lucro.

Não vamos falar de qualquer História, mas da forma que a dependência material assume: o capitalismo. O sujeito engendra o processo contingente da História através do trabalho. Temos um paradoxo: por um lado o sujeito depende da produção e reprodução no social. Mas como, se acabamos de dizer que ele nada produz para si mesmo, ele nem ao menos é um valor?! Se o valor é, necessariamente, social, o que resta para o sujeito?

No sujeito, o trabalho instaura uma **falta objetiva**. O social existe como um *fato vazio* que constitui o sujeito *do/no ato de produção*. Adianto a hipótese que sustentarei mais adiante, de que o processo de trabalho não gera apenas a História como contingência, *reificação*, mas constitui o sujeito enquanto prática subjetiva. Quando o sujeito constrói o mundo de coisas, lá estão as coisas entre ele e o mundo. Ao reproduzir a própria vida, instaura uma falta que é o lugar (im)possível da *objetividade* do Eu (moi)¹².

A contradição ideológica que interpela o indivíduo em sujeito no ato produtivo - de si, da vida e, portanto, da sua realidade - faz ressoar uma tautologia que escutamos nas entrevistas tal como um mantra. Na mesma e eterna cena, o sujeito se repete, se reproduz, resiste e vive. Ou seja, existe. Por ora, isso são só palavras, vamos tratar de expor tais afirmações teórica e analiticamente.

1.4 - A leitura sintomática de Louis Althusser

Na França dos anos de 1960 as descrições econômicas e mecanicistas esgotavam o marxismo. Trago uma citação que descreve bem, o já antigo, sintoma mecânico do Materialismo Histórico:

¹² Jaques Lacan diferencia o sujeito do inconsciente (je) e a identificação imaginária, ou seja, o sujeito que diz 'Eu' (moi). A identificação imaginária é a forma especular em que o impulso interno precipita-se da insuficiência, do Real como falta constitutiva, para a antecipação e instaura o *Eu* (moi) numa linha de ficção. Linha que sustenta a matriz simbólica, e ao mesmo tempo faz isso na ordem do devir, são "correspondências que unem o *Eu* à estátua em que o homem se projeta e aos fantasmas que o dominam, ao autômato, enfim, no qual tende a se rematar, numa relação ambígua, o mundo de sua fabricação." (LACAN, [1966] 1998, p. 98)

É conhecida a lenda do autômato capaz de responder, numa partida de xadrez, a cada lance do seu adversário e de assegurar a vitória na partida. Um fantoche em trajes turcos, narguilé na boca, está sentado diante do tabuleiro assente numa vasta mesa. Um sistema de espelhos cria a ilusão de que o olhar pode atravessar esta mesa de lés a lés. Na verdade, um anão corcunda, mestre na arte do xadrez, ocultou-se aí e através de cordelinhos dirige a mão do fantoche. É possível representar na Filosofia uma réplica deste aparelho. O fantoche chamado <materialismo histórico> ganhará sempre. Ele pode audaciosamente desafiar quem quer que seja se tomar a seu serviço a Teologia que, como se sabe, hoje é pequena e feia e além disso não ousa mostrar-se. (BENJAMIN, 2012, p. 131)

A descrição desse esgotamento e o que ele representa é feita por Benjamin (2012) de forma poética. O Materialismo Histórico não é um autômato. Mas, ele desafia e vence qualquer realidade se ocultar em si a estrutura ilusória da Teologia. Estrutura que explica qualquer ideia pela determinação social com seus sistemas mecânicos de causa – a exploração do trabalho – e efeito – o capitalismo. Marx e Engels ([1845-1846] 1998) são muito claros nesse sentido: se pudéssemos fazer as representações, o imaginário, os conteúdos e significados coincidir com algo concreto no mundo, da mesma maneira a História poderia encontrar seu fim ou espírito. O mesmo se aplica a esse Materialismo Histórico fatalista, onde a realidade está por ser transformada pela tomada de consciência do proletariado de sua exploração e tomada de poder através do processo revolucionário.

O funcionamento perfeito da maquinaria descrita por Benjamin (2012) se deve ao modo como a ideologia será pensada na divisão da estrutura social, conforme prevê a tópica marxista, em duas ordens: Superestrutura e Infraestrutura. Para pensar a Superestrutura – o poder de Estado – Marx ([1867] 1996) encerra a questão da *alienação do sujeito* ao problema da *alienação no trabalho* e exploração da *mais-valia*, que *fetichiza* as relações sociais. Vender a si mesmo como mercadoria e fazer das trocas de mercadoria a base das relações sociais é reificar a relação entre pessoas e viver sob o fantasma das relações sociais entre coisas.

Na Infraestrutura – base econômica e das forças sociais – os sujeitos são alienados no trabalho. A alienação é a forma com que os sujeitos se relacionam na ideologia com as condições de produção. A alienação é o que garante a reprodução da Superestrutura. Porém, o socialismo real não culminou no fim do trabalho e na sociedade comunista e os excessos do stalinismo colocavam em dúvida essa premissa.

Afinal, a máquina teórica funcionava bem demais e acabava por reproduzir as estruturas com as quais deveria romper. No início dos anos 1960, é Louis Althusser quem fará uma

verdadeira “revisão mecânica” no marxismo. No livro *Lênin e a Filosofia*, Althusser (1989) explica que a ideologia é a tentativa de coincidência entre o vivido e o simbolizado, ou seja, é o que pretende coincidir as ideias com as coisas e apagar as diferenças entre pensar e dizer. A ideologia não é apenas uma discrepância entre essência e aparência. Vimos isso até agora, o que Marx ([1867] 1996) fez foi romper definitivamente com qualquer essência, colocando a dialética na ordem da infraestrutura. O que quero dizer com isso: a ideologia é o lugar de existência.

Não há uma realidade, uma verdade material para além das ideias, nem há ideias e pensamentos para além da prática material. Em *Sobre a reprodução*, Althusser (1999) retoma essa premissa e irá se questionar como, na ideologia, a reprodução do modo de produção acontece. Conseqüentemente, retoma a descrição marxista da Superestrutura e Infraestrutura.

Althusser (1999) vai propor uma forma teórica que pense o Estado em função do poder de Estado, ou seja, uma teoria das práticas onde ocorre a luta política. Estamos diante do grande problema da esquerda frente ao stalinismo: se o Aparelho de Estado é o lugar de onde se exerce a posse do poder, como ele pôde permanecer intacto depois da revolução social? Afinal de contas, *como* as Superestruturas garantem a produção da alienação dos sujeitos?

Respondendo aos problemas da prática política, Althusser (1999) acrescenta que o Poder de Estado envolve *uma realidade mais complexa* que não se confunde com seu aparelho. O Poder de Estado, como um todo se mantém através do Aparelho Repressor e dessa “realidade complexa” é o que ele chamará de Aparelhos Ideológicos de Estado (AIEs): um todo de organizações e instituições que formam um sistema complexo, onde a ideologia se realiza nas práticas materiais.

A diferença entre o Aparelho Repressor e os AIEs é que os últimos não dependem da violência física. Mesmo porque, não é só pela coerção física que se mantém um sistema. Nos AIEs, que estão a serviço da classe detentora do modo de produção, é ‘livremente’ que se cumpre as leis, ou seja, eles funcionam por meio da ideologia. Os AIEs são a realização de diferentes sistemas, as *formações ideológicas*, que o dominam. Do mesmo modo que não se trata de fazer corresponder uma instituição e um aparelho ideológico, também não há correspondência entre um AIE e uma formação ideológica. Nos Aparelhos Ideológicos de Estado se materializam diferentes formações ideológicas.

O objetivo de tal sistema complexo é garantir a reprodução das relações de produção, que são as condições de exploração da formação social; objetivo que repousa sob a manutenção

das relações de produção que se passam na Infraestrutura. O que Althusser (1999, p. 119) faz é colocar a ideologia em primeiro plano, não como determinante, mas como base da formação social, como base da exploração que é o que mantém, efetivamente, a Infraestrutura.

Desse modo, ele dará novamente um status concreto à ideologia, mas sem separá-la da prática política. Os AIEs são o palco da contradição, o lugar da luta de classes: “Todos os Aparelhos Ideológicos de Estado, sejam eles quais forem, concorrem para o mesmo resultado: a reprodução das relações de produção, isto é, das relações de exploração capitalistas [...]” (ALTHUSSER, 1999, p. 167). Com base nessa definição, o autor vai reelaborar a engrenagem central do mecanismo ideológico: a alienação.

Na versão clássica da tópica Infraestrutura/Superestrutura de Marx e Engels ([1845-1846] 1998), a divisão do trabalho é o que funda a ideologia e, conseqüentemente, a submissão da classe dominada. Porém, Althusser (1999) aponta que a reprodução das relações de produção não se estabelece na *realidade* da alienação do trabalho. Em um resumo grosseiro: os sujeitos não são alienados porque produzem, mas o exato oposto, os sujeitos produzem porque são alienados.

Mas então *o que* aliena o sujeito? Para Althusser ([1970] 1996) a *interpelação ideológica* é o que produz o sujeito pleno do registro imaginário. O sujeito é sempre-já-sujeito e a ideologia é a relação imaginária do sujeito com suas condições reais de existência. A garantia da formação social capitalista depende, não só da reprodução das condições de produção e dos meios de produção (base econômica), mas da reprodução *da força de trabalho e das relações de produção*. Há uma demanda em Althusser (1996, p. 127) de que não devemos ler Marx ao pé da letra:

[...] o que os ‘homens’ ‘representam para si’ na ideologia não são suas situações reais de existência, seu mundo real; acima de tudo, é sua relação com essas condições de existência que se representa para eles na ideologia. É essa relação que está no centro de toda representação ideológica, portanto imaginária, do mundo real.

Deslocando a base material da realidade empírica, Althusser ([1970] 1996) retoma o sujeito não como produto social, mas sendo produzido como efeito. A condição necessária para ser sujeito é estar no mundo e assujeitar-se, injunção que é uma forma histórica. Ninguém nasce fora da história, conseqüentemente, ninguém nasce fora da ideologia. Mas, e agora, onde fica o trabalho?

Se não quisermos perder de vista o que a Ideologia tem a ver com o modo de produção capitalista é ao trabalho que temos de retornar. Se o sujeito é sempre-já sujeito é porque a produção é, *necessariamente*, um *fato vazio* para ele. Assim, a ideologia é uma função prática, um *ato* que deve ser reproduzido, pois não se pode estar fora da contingência do mundo que a produção fundou. A ideologia é um fato que se atua(liza).

A interpelação ideológica não teria substituído a alienação do trabalho. A questão é que *a alienação é do e no trabalho*. Assim, é o trabalho também uma prática na ideologia que interpela o sujeito no *ato de produção*. Os sujeitos são ativos no processo de produção e de reprodução, *isso é um fato* (ALTHUSSER, 1978).

Se a História é um processo sem Sujeito nem Fim(s)¹³ é porque ninguém pode ser sujeito fora dessa *forma de existência* histórica definida pelo modo de produção. Forma que não é uma determinação *da história*: material, externa e única. Nesse sentido, é que entenderemos a interpelação como o que produz o sujeito como efeito *na história*, isto é, constituído no processo de reprodução das forças produtivas e nas relações sociais que se estabelecem através dela.

Capítulo 2 – *Questa vita! Questa funzione!*

Existe uma expressão italiana que escutei muito durante minha infância sempre quando alguém queria reclamar da vida. No dialeto Vêneto ela fica assim: *Sempre la medesima funzione!* Traduzindo em paráfrases: Sempre a mesma função! Ou, sempre a mesma coisa! Ou, é sempre assim! Por exemplo, meu pai conta que meu avô, praticamente todos os dias de manhã, derrubava a xícara de café na toalha limpa. A história do meu pai termina com uma imitação da minha avó bestemando e dizendo: *sempre la medesima funzione!*

Destaco que o uso dessa expressão é bem diferente de dizer, também em dialeto, *Ancora questo!* Que seria como dizer: de novo isso! A diferença está em uma particularidade no uso, falar em *una funzione* é falar sobre uma cena que se repete, um ritual. *Questa vita! Questa funzione!* Quando entrevistei os trabalhadores, por vezes minha pergunta deslizou e, na intenção

¹³ Em referência ao texto de Althusser (1978) sobre como não há Sujeito *da* história, no singular, que age e faz de acordo com sua vontade. Mas, sujeitos, no plural, que são necessariamente sujeitos *na história*.

de perguntar sobre a função na empresa, eu simplesmente perguntei: “E como que é a tua função? Se pudesse me descrever, o que tu faz num dia, assim”. Prontamente o entrevistado respondeu:

E9.3: Meu dia a dia. Hoje eu já sou um pouco mais impossibilitado pelo acidente de trabalho que eu tive, mas no decorrer da vida é voltada aos filhos né [...] a gente passa mais tempo do dia a dia no trabalho hoje em dia né, do que na própria casa, então o pouco tempo que nos surge, nos resta, a gente tenta retifica a família né. [...] eu estudava na parte da manhã [...] entrava no serviço uma e pouco e ia até meia noite [...] não tinha ônibus [...] já deitava e já tinha que levanta de novo. Então é uma vida que a gente mal...

Eu perguntei função e ele respondeu vida. Há algo de óbvio nessa relação, além da dor, que o entrevistado destaca: a repetição. Aqui o enunciado não é só um exemplo. Quero introduzir as circunstâncias em que, na língua, relacionamos a repetição da vida com as ‘funções’ que se repetem diariamente.

Vimos até agora que a ideologia é a contingência da história. Não há existência se não em relação à história. Nada pode constituir-se em sujeito fora da contingência que a produção fundou. *Mas onde se constitui um sujeito que, na produção, para si mesmo só produz falta?! A ideologia é a peça na máquina que engata a reprodução da força de trabalho, ao mesmo tempo que reproduz as relações de produção. Mas como? Onde o sujeito é pego?*

O trabalho entra na obra de Karl Marx, como objeto, como instrumento. O materialismo histórico dialético pôde traduzir-se através do trabalho, nas interpretações teóricas que dão consistência à crítica do sistema capitalista. No início, afirmei que trabalho é discurso. Até aqui falamos da relação constitutiva entre o Materialismo Histórico e o trabalho. Tendo em mente que o trabalho engendra ideologia e sujeito no modo de produção, vamos agora pensar o trabalho como categoria na relação constitutiva entre o Materialismo Histórico e o discurso.

Dissemos que Louis Althusser fez uma revisão no mecanicismo materialista. Michel Pêcheux era fascinado pelas máquinas e nos anos 1960 ele começa a engendar uma nova maquinaria. Sob influência das reflexões sobre a história da ciência de Canguilhem¹⁴, da teoria da ideologia althusseriana e da releitura lacaniana de Freud, é que Pêcheux elabora seu projeto. Surge um dispositivo em duas partes: a máquina discursiva, instrumento técnico que tiraria a

¹⁴ Georges Canguilhem é quem orienta Michel Pêcheux pela história das ciência e epistemologia. Com seu apoio Pêcheux entra no laboratório de Psicologia Social do CNRS em 1966.

leitura da subjetividade; e a teoria do discurso e sua relação com a política na crítica das ciências sociais.

De um lado, a Linguística e o surgimento de um novo objeto a partir do corte epistemológico de Saussure¹⁵. De outro, o Materialismo Histórico e a Psicanálise dando suporte a um conceito de discurso como prática política que rompe a continuidade ideológica e que “[...] não se confunde nem com o discurso empírico sustentado por um sujeito nem com o texto, um conceito que estoura qualquer concepção comunicacional da linguagem.” (MALDIDIER, 2003, p. 21)

Na oficina do mecânico-teórico (Maldidier, 2003), o que parecia ser uma máquina de montar mecanismos universais acabará se tornando instrumento de desconstrução. Mas como qualquer teórico, Pêcheux foi também um homem de seu tempo. Filiado ao Partido Comunista Francês (PCF) fez parte do sonho de Revolução, bem como de seus efeitos contraditórios. Viveu o auge do estruturalismo e a montagem de seu mecanismo traz as marcas da agitação intelectual do maio de 1968 na França.

2.1 - O maio de 1968: a esteira de montagem da AD

Estamos na França dos anos 1960. Mais especificamente, na conjuntura teórica e política que marca o aparecimento da Análise de Discurso: o movimento revolucionário de maio de 1968. Por que o que nos interessa saber o que foi o maio de 1968? Trago abaixo um dos cartazes produzidos pelos estudantes, que nos ajudará a pensar as ‘duas pontas’ da conjuntura francesa:



Figura 1: Litografia produzida no Atelier Populaire, Escola de Belas Artes da Sorbonne.
Fonte: <http://lire-ecouter-voir.blogspot.com.br/2008/02/atelier-populaire-et-les-affiches-de.html>

¹⁵ O que é conhecido como *corte saussuriano* é separação entre a língua, que enquanto sistema possui um funcionamento próprio, de sua função, a fala e as questões de sentido que a acompanham.

Uma caneta, instrumento universitário, e uma chave inglesa, instrumento proletário. Como ilustra o cartaz, podemos entender a conjuntura de maio de 1968 como um momento em que os propósitos políticos e intelectuais pareciam formar um todo (MALDIDIER [1993] 2011). Manteremos os dois lados em mente, porém nosso ponto de partida é a caneta. O maio de 1968 foi um movimento revolucionário, encabeçado por estudantes. Revolucionário, pois não foi uma simples revolta interna ou um golpe, mas sim um ataque popular ao regime do General de Gaulle.

Como isso pôde acontecer em um país ocidental, em paz, industrialmente avançado e de aparente estabilidade política? Como explica Eric Hobsbawm (1982), a França, assim como outros países da Europa Ocidental, saía do que os economistas chamavam de Era de Ouro do capitalismo. Que situação foi essa em que um conjunto de facções universitárias poderia ter tomado o Estado?

Se começamos pela caneta, é porque as explicações teóricas podem dizer mais desse momento político do que a política do momento. Maio de 1968 começou na Universidade de Nanterre, em torno das reformas no setor educacional. No livro *História do Estruturalismo: o canto do cisne de 1967 aos nossos dias*, François Dosse (1994) explica o que foi o ‘pensamento de 68’ com base nas perspectivas de duas personalidades de Nanterre: o sociólogo Alain Touraine e o filósofo Henri Lefebvre.

Touraine fazia um paralelo entre os movimentos estudantis e os movimentos operários e entendia que a universidade deveria ser o lugar da ação e mudança da sociedade. Lefebvre, por sua vez, combatia o estruturalismo na teoria e na política, por ser uma negação do movimento dialético da história. Com base nessas posições teóricas podemos ver como o cenário do maio de 1968 vai se desenhando, até chegar à ilustração acima.

No meio universitário, os gritos de morte do estruturalismo. Nas ruas, cartazes e pichações expressam o desejo de alinhamento entre a luta de estudantes e operários. Em meio a inspiração maoísta de libertação cultural e o esgotamento do socialismo real stalinista, a luta contra o autoritarismo se aliava no plano teórico à crítica ao estruturalismo: pelo fim das ideologias.

Os estudantes clamavam por uma mudança na relação discente-docente e atacavam abertamente os mandarins¹⁶. Ocuparam as ruas, os seminários e a máxima era: “as estruturas não vão às ruas”. Contra elas e contra seus representantes, toda a epistemologia das Ciências Humanas e Sociais foi colocada em questão.

Entre os mandarins, o principal alvo será Louis Althusser. Lutar pelo fim das ideologias, criticar o estruturalismo com base na dialética da história e ser contra Althusser. Soa estranho? Por questionar a possibilidade de relacionar as questões da ideologia e da ciência com a prática e com a luta de classes, Althusser será chamado de teoricista. Segundo os estudantes, seus conceitos inaplicáveis teriam feito da ideologia um mecanismo abstrato e determinista (DOSSE, 1994), julgamento que sua obra carregará para além do maio de 1968.

Como descreve Roudinesco (1995) em *Genealogias*, Althusser e também Lacan, apesar de críticos, não estavam livres de certo teorismo. De fato, ela explica que foi o teorismo que permitiu as novas leituras de Karl Marx, longe do texto original, a relação com a psicanálise e a recusa da história da psiquiatria. Mesmo teorismo que impediu sua geração de captar a importância da obra de Hannah Arendt.

Não só pela postura teórica Althusser será atacado, mas também por ter permanecido no Partido Comunista Francês (PCF), crítico frente a onda maoísta. Os estudantes acreditavam que o movimento era a síntese da crítica à alienação da humanidade presente nos estudos do jovem Marx¹⁷ (DOSSE, 1994). Já os althusserianos se fragmentaram em duas tendências: uma teoricista e cientista, que permaneceu principalmente nas dependências do PCF; outra que se relacionava mais de perto com a psicanálise e privilegiava a noção de ruptura, dando atenção aos acontecimentos.

Chegamos até a outra ponta da ilustração: o movimento se estendeu às províncias e aos operários. Então sim, De Gaulle vai forçar a repressão ao movimento. Ou seja, quando a situação já era bem diferente daquela do início das agitações estudantis. Contra um movimento estudantil o regime não estava em risco. Ao recuar perante jovens desarmados na rua, De Gaulle

¹⁶ Na China a Revolução Cultural extinguiu os mandarins, isto é, doutores titulares clássicos, que ocupavam cargos públicos. O termo passou a ser empregado na França pela influência maoísta e os estudantes chamavam de mandarins os professores clássicos que teriam a pretensão de exercer um monopólio do saber.

¹⁷ Desse ponto podemos ver como tudo vai acontecendo ao mesmo tempo. Pois, vimos no capítulo anterior que Althusser (1979) critica essa ‘busca das origens’ marxistas feitas nesse período.

acabou criando a situação que evitava. As manifestações se espalharam e levaram à mobilização operária.

O que era um movimento estudantil de subúrbio se tornou uma greve geral espontânea. Os grevistas rejeitaram o acordo negociado em seu nome entre sindicatos e governo. Daí a reação de De Gaulle ser diferente, é nesse momento que ele coloca o exército na rua.

Fez isso, não porque os estudantes, e menos ainda os operários, tentariam de fato tomar o poder. O descrédito do governo frente ao movimento deixava um vazio político que somente o PCF teria força para ocupar (HOBSBAWM, 1982). Mas o PCF não tinha mobilizado as massas que o empurraram para o centro do poder e nem soube utilizar essa força para unir os grupos de oposição. A esquerda francesa não estava preparada para ocupar o lugar deixado vazio da desintegração do gaullismo. Logo, o general teve apenas de jogar com o medo da revolução.

Para Hobsbawm (1982), Alain Touraine é quem escreve a análise mais lúcida ao dizer que, além de um inimigo abstrato (o sistema), havia um aliado abstrato sobre o qual quase nada se produziu. Ninguém compreendia nada sobre as fábricas e escritórios que produziram dez milhões de grevistas e pouco se escreveu sobre a greve geral. O caráter do movimento não era político, apenas usava uma fraseologia política. Não havia uma situação ou um objeto unificador, somente um ideal revolucionário.

Aos poucos, o movimento vai arrefecendo e as centrais sindicais fragmentam as negociações para o fim da greve. Um ano depois, De Gaulle renuncia e faz eleições legislativas em que seus aliados vencem. O fracasso político do movimento foi sentido como a expressão do peso das estruturas (DOSSE, 1994). Após o arrefecimento do movimento, temos a História de volta ao centro das interrogações. O efeito teórico do fracasso revolucionário será uma tentativa de dinamizar as estruturas a partir da crítica ao modelo empirista.

Acontece que pensar as estruturas dos processos já abarcava, há muito tempo, uma crítica ao modelo empirista. O auge do estruturalismo é esse retorno sobre o paradigma empirista, ou melhor, sobre a falta dele: “[...] para a questão de saber em que condições se pode construir um objeto científico no domínio das ciências humanas.” (DOSSE, 1994, p. 143). Se um ano depois Lacan retorquirá, “Se há algo que os acontecimentos de maio demonstram é

precisamente a saída para a rua das estruturas”¹⁸, é porque o maio de 1968 não mudou a estrutura política e na teoria não avançou, mas acentuou a crítica estruturalista das humanidades clássicas.

Departamentos de Linguística são criados em praticamente todas as universidades. Na busca pelo rigor científico os *retornos a...* Saussure, Marx e Freud são o eixo das discussões intelectuais. A crítica histórica pode ter levantado as barricadas da maior greve da história da França, mas o auge acabou sendo do estruturalismo e não do operariado. No maio de 1968 tudo começa como um esforço em unir a prática política e a prática teórica, e acaba como um retorno da teoria sobre a prática.

Traços desse mesmo ideal moveram os primeiros estudos de Michel Pêcheux, prática teórica (caneta) e prática política (chave inglesa), formariam as partes de uma única ferramenta de transformação social. Em suas primeiras formulações, as bases teóricas são publicadas separadamente das bases analíticas. Trago outro cartaz do maio de 1968 para pensarmos essa divisão. A imagem do sujeito fragmentado nos remete a uma unicidade em contradição:

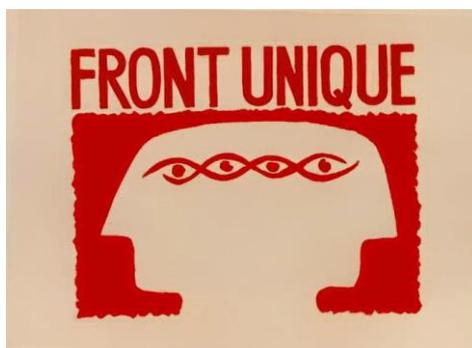


Figura 2: Litografia produzida no Atelier Populaire, Escola de Belas Artes da Sorbonne. Fonte:

De um lado, o pseudônimo Thomas Herbert, que em 1966 publicou *Reflexões sobre a situação teórica das ciências sociais e, especialmente, da psicologia social* e, em 1967, publicou *Observações para uma teoria geral das ideologias*. Artigos onde afirma que a Psicologia, a Sociologia e Psicologia Social não são ciências, pois sem ter um objeto capaz de romper com a continuidade ideológica da técnica, não fazem mais do que uma reprodução das práticas sociais.

¹⁸ Resposta de Jaques Lacan a Lucien Goldman. (DOSSE, 1994, p. 149)

Do outro, um Michel Pêcheux que, durante o período das publicações de Herbert, estava no CNRS, aparentemente, estudando balelas (MALDIDIER, 2003, p.17). Em 1968 ele defende sua tese, um dispositivo informático de leitura: *Analyse automatique du discours (AAD)*¹⁹. Diferente dos textos sob pseudônimo seus questionamentos sobre a Psicologia Social e Sociolinguística partem da Linguística.

Frente única, olhos no mesmo foco e um sujeito dividido. Vejo na imagem do maio de 1968 as palavras de Maria Cristina Leandro Ferreira (2016, p. 30), sobre um teórico que “soube, como ninguém, construir uma unidade dos contrários em torno de si, mobilizando os valores dialéticos que sempre sustentaram seu olhar teórico e político. ”

Esse é o Herbert/Pêcheux que quero destacar, pois antes do homem no “Cavalo de Tróia” descrito por Paul Henry (2014) há algo além da ambição em produzir uma mudança no interior das ciências sociais. Acredito que a aventura teórica pode ter começado como um projeto de dois lados em uma fantasia de totalidade, mas o comprometimento político de Michel Pêcheux com a luta de classe não sofreu revisão teórica. O olhar junta os lados, pois o foco é a dialética.

2.2 - Herbert: a comanda social e o novo objeto das ciências sociais

Interessa para nós analisar melhor uma das faces. Não se trata aqui de fazer um apanhado histórico dos dois textos. Junto de Thomas Herbert – e já dadas as bases da reviravolta essencial que vimos em Marx - iremos apreender as possíveis articulações teóricas e não teóricas entre trabalho e discurso no conjunto complexo das práticas sociais. Herbert é o Pêcheux que nos ajudará a fazer diferenciações importantes, para não confundirmos o discurso com o trabalho (prática empírica) ou o trabalho (objeto teórico).

Ao mesmo tempo, veremos como Herbert/Pêcheux fez uma análise filosófica e epistêmica das ciências sociais e propôs o *discurso* como o novo objeto que faz o corte na continuidade ideológica entre a prática empírica e a prática política. Começo acrescentando ao

¹⁹ Análise Automática de Discurso é publicada na França no ano seguinte, por isso vamos nos referir a tese daqui em diante como AAD-69.

[...] as práticas técnicas são determinadas uma vez que elas recebem de algum lugar uma demanda, e determinantes de vez que é o leque das respostas possíveis por elas propostas que torna possível a existência da demanda. (HERBERT, ([1966] 2014, p. 34)

Ora, se a prática política tem por objeto as relações sociais então ela se dá no sempre-já-lá da prática técnica, onde a demanda social existe e funciona. Por isso, não basta que as ciências sociais façam uma ruptura teórica, os lugares na estrutura social são ocupados *de fato*. Temos dois pontos problemáticos aí: 1) na prática técnica, onde a demanda social existe e funciona, há um logro: a mais-valia; 2) as relações de troca, são relações sociais entre coisas, ou seja, há algo de político no lugar onde essa demanda técnica é formulada.

Por hora, vamos suspender o primeiro problema e compreender o que é esse ‘algo político’. Para Herbert ([1966], 2014) há uma outra face na demanda social. Face que construímos e com que já devemos estar familiarizados: produzir é, *necessariamente*, produzir algo para alguém. Nesse sentido, a demanda nas relações sociais “determina *de uma só vez*, não somente a produção do objeto, mas também a maneira pelo qual ele será consumido, de tal forma que podemos dizer: as condições de existência do produto técnico são também o seu destino.” (HERBERT, ([1966] 2014, p. 35, grifo do autor)

Ao duplo sentido da demanda social o autor chamará de *comanda social*. Se estou me fazendo entender, estará claro que queremos elaborar que essas *condições de existência* são a ideologia. Para Herbert, interessava dizer que se prática técnica e política se realizam ao mesmo tempo, logo, a função da prática política é transformar as relações sociais, reformulando a comanda social por meio do *discurso*.

Diferente de um processo de fabricação, na prática política a reformulação que consiste em fazer o que *existe naturalmente existir racionalmente* não transforma nada, é só uma retrodeterminação das práticas sociais. Para Herbert ([1966] 2014), o que as ciências sociais fazem é aderir à prática política, produzindo respostas para uma demanda que é formulada na continuidade ideológica, nas práticas sociais. Assim, a estrutura global das práticas sociais não se modifica, apenas se encaixa em categorias.

Não posso pensar o trabalho, se não sob este viés. Tanto a filosofia quanto as ciências da consciência têm a função ideológica de recalcar no sujeito a realização-irrealizável da *comanda social*. Sua função é anular a falha ao produzi-la. Dissimulam o sujeito como origem e fim absoluto de si mesmo, livre para reorganizar a comanda, mas em coexistência de outros

tantos sujeitos livres. As ciências sociais que aderem à prática política só fazem colocar a questão repetitiva da adequação bem-sucedida.

Processo que prende a todos na inércia infinita e leva cada um a ocupar o seu lugar determinado na prática social. Um sujeito que, aparentemente, teria consciência de seu fim, só não têm nenhum meio de realizá-lo. Ou o inverso, sujeito que faz escolhas entre todos os meios de realização possível, só não tem consciência de seu fim. A riqueza para todos do Capitalismo, a justiça do Direito, a salvação de Deus e a revelação da Moral, não passam de promessas irrealizáveis. Promessa que não está flutuando no ar como uma nuvem, mas consiste em um cimento que mantém o todo no lugar.

Transpondo para o discurso *sobre o trabalho*, onde estaria a reformulação da *comanda social*? Nos currículos universitários, esse é hoje o papel da Administração. Na retrodeterminação das práticas sociais os administradores fazem existir o progresso pela razão, corrigindo e adequando o processo de exploração do trabalho.

As ciências sociais são a aplicação de uma técnica a uma ideologia das relações sociais, respondem a uma demanda de adaptação-readaptação de uma *comanda social* a fim de cimentar e cumprir o hiato da prática ideológica. No modo de produção, a *comanda social* é o funcionamento duplo da demanda social. Funcionamento que define *o que pode ser produzido e como deve ser consumido*.

O que no social é demanda de reprodução é para o sujeito demanda de consumo. Há “aquilo que todo mundo sabe”, que não importa o que aconteça nas relações sociais que estabelecermos, as coisas, os preços, a produção, são contingentes. Mas há também a ilusão de que a demanda emana do indivíduo. Assim, a finalidade da *comanda social* nunca é colocada em questão. Ela só está lá! Ao longo de todo o arquivo de entrevistas podemos sentir a comanda como uma força que puxa o sujeito. Nos trechos que já trouxemos anteriormente:

E9.1: A gente precisa trabalhar né,

E9.3: já deitava e já tinha que levantá de novo

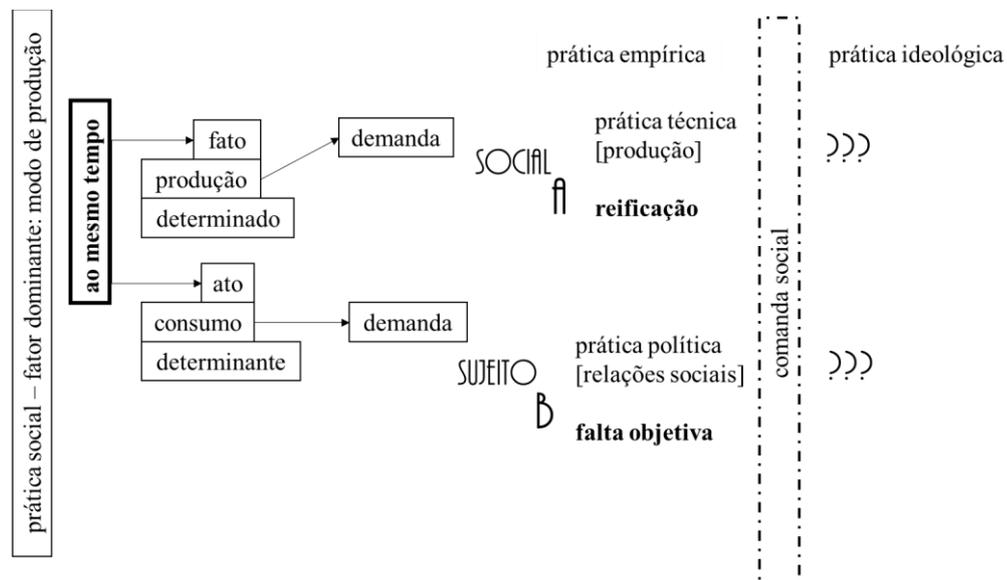
Por que a prática política não pode fazer *o que existe naturalmente existir racionalmente* sem aderir e reproduzir a prática ideológica? Afinal, o que impede as ciências sociais de romper com a ideologia? O que impede o trabalhador de ficar deitado? Por que ele precisa trabalhar? Aqui chegamos, outra vez, ao essencial. Ou melhor, temos que dizer que nada é natural ou essencial no modo de produção capitalista para que possa ser apreendido e racionalizado. Além

do mais, a exploração do trabalho *não deve* ser racionalizada e é fundamental que não seja. Chegaremos nisso.

Se a força de trabalho é o único meio de conservar, consumir e realizar valores de uso e o que o sujeito produz para si é uma *falta objetiva*, a injunção ideológica do sujeito na produção é um *fato vazio*. Somente de um fato vazio que determina o indivíduo, pode surgir um sujeito na sociedade de consumo, pois o consumo é que é determinante e engata novamente a força de trabalho no processo de produção. Isso não significa que a reificação não é importante, mas que ela é efeito. Efeito de um processo sem sujeito nem fins.

Se não podemos olhar para o processo completo, vamos ter de catar seus restos nos sujeitos. Através do conceito de *comanda social*, trabalharemos o funcionamento ideológico da *falta objetiva*. Em meio à *comanda social* o sujeito é o efeito entre a função social e a ‘realização da realidade’ como função do Eu (moi). Assim, compreendo que para o sujeito só há prática, não existe “não prática”²¹. Ou seja, até mesmo o *não* já é estabelecer uma posição em relação a prática.

Nesse sentido, seguiremos pensando o modo de produção sem tratar o que Herbert ([1966] 2014) chamou de *formas de existência histórica da individualidade* ou *condições de existência* como processos da prática empírica, mas sim como prática ideológica:



Esquema 4: Comanda Social – parte 1

²¹ A formulação de que ‘*não existe não prática*’ surgiu juntamente com minha colega de mestrado, Raquel Alquatti, com que conversei sobre cada meandro teórico por onde passei. Pensamos nisso juntas, por isso acredito que algo similar, se não idêntico, se encontra também nos estudos dela.

Ainda não respondemos como romper com o funcionamento ideológico. Como não fazer do trabalho um reconhecimento de tipo ideológico empirista do sujeito no ato? Se não há gênese do significante, como supor essa articulação do sujeito no processo de produção sem fixar um significado no objeto ou na perda do objeto? Se quisermos responder as questões acima, teremos de entender no que consiste o rasgo²² epistemológico feito por Herbert/Pêcheux ao propor *o discurso* com objeto teórico que, na prática política estabelece uma ruptura com a prática ideológica.

Para Herbert ([1966] 2014), toda a ciência é a ciência da ideologia da qual ela se destaca. Uma nova prática científica consiste num trabalho teórico que subverte a continuidade ideológica e, por instrumentos conceituais experimentais estabelece fenômenos que explica. As ciências sociais teriam encoberto esse trabalho teórico e não romperam com discurso ideológico, mas sim partiram dele como premissa reproduzindo-o em um efeito de realização da realidade.

Efeito que, como já vimos na crítica de Walter Benjamin (2012) não é privilégio dos historiadores positivistas, dos sociólogos economicistas ou dos psicólogos subjetivistas. O Materialismo Histórico produziu seus próprios mecanismo automáticos de realização da realidade. Porém, nesse momento Herbert ([1966] 2014) sustenta que as ciências sociais são o recalçamento de uma ciência das formações sociais. Que a reprodução metódica do objeto do Materialismo Histórico não aconteceu e ele foi aplicado como técnica para atender a comanda social e adaptar a prática política à prática social.

No texto *Observações para uma teoria geral das ideologias*, Herbert ([1967] 1995) irá propor que a ideologia assume uma dupla forma: A) a prática técnica - que é o mesmo que o processo de produção, ou o trabalho - que ajusta o discurso teórico a seus instrumentos como se fossem a realização da realidade; B) as relações sociais de produção que fazem com que cada um reconheça seu lugar no modo de produção, conservando e produzindo diferenciações, a principal delas: trabalhador/não trabalhador.

²² Diremos *rasgo* e não *corte*. Atribuo a diferenciação à Profa. Dra. Maria Cristina Leandro Ferreira, que propôs o termo durante uma aula em que explicava o objetivo de Michel Pêcheux ao fazer uma crítica das ciências sociais. Segundo ela, corte lembra um trato cirúrgico, simétrico e pontual, que opera uma divisão. Para ela o que Pêcheux faz é um furo na homogeneidade do objeto das ciências sociais que não poderá mais se definir por interno/externo, pois aquilo que está fora, aconstitui e faz parte de sua forma.

Interessante observamos que para o autor, a importância estava em considerar a diferença entre ‘relações naturais’ e ‘relações sociais’ e entender, especificamente, de que *natureza* o capitalismo se separa. O problema é que ele não desenvolve esse ponto. Quando ele propõe uma relação entre ‘efeito de sociedade’ e ‘efeito significativo’, está se perguntando que lugar social é esse, que é prático, mas não é empírico.

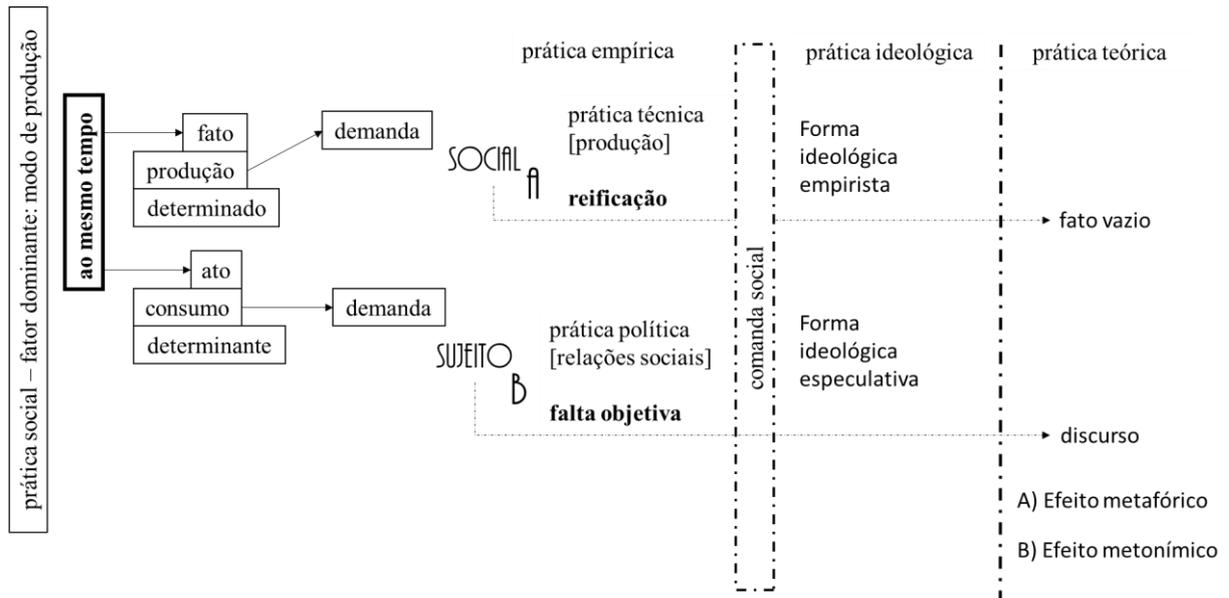
Pergunta que no texto *Observações para uma teoria geral das ideologias*, Herbert ([1967] 1995) responde dando continuidade ao ‘quadro I’ das práticas sociais. No processo de produção técnica, a prática empírica assegura o sentido do objeto produzido, ajustando a significação à realidade. O mesmo ajuste ocorre no plano das representações universais. À prática técnica corresponde à *forma ideológica empírica* (A). A *forma ideológica especulativa* (B) corresponde à prática política, que é a articulação das significações entre si, ou seja, o *discurso*. Isto é, nas relações de produção a ideologia opera uma continuidade do mesmo efeito, ajustando os sujeitos de um modo de produção determinado ao seu lugar no sistema de lugares.

Dupla ‘ilusão’ que é própria do funcionamento da formação social. Vimos que o deslocamento que começa a ser feito por Herbert ([1967] 1995) é *na forma ideológica*. Ora, já vimos em Althusser que o reconhecimento dos sujeitos não se dá nas situações reais, concretas. Não podemos localizar a interpelação ideológica nas práticas técnicas, na produção, na reificação, mas somente nas relações sociais e na forma como ela está representada para os sujeitos na ideologia. Mas que forma é essa? Qual a forma material da ideologia?

O discurso é o processo através do qual a forma especulativa-fraseológica articula as relações sociais de produção e mantém a transparência da comanda social.

Lembrando o que é importante para nós: a relação entre discurso e condições de produção. Relação em que a *formação ideológica* não é só uma região assinalável na formação social, pois “[...] é preciso atribuir à base da formação social uma função na estrutura da ideologia, sem que, no entanto, essa base seja o lugar em que se possa identificar uma causalidade produtora qualquer [...]” (HERBERT ([1967] 1995, p. 82, grifo meu).

Concluimos anteriormente, através da leitura de Louis Althusser, que uma dessas funções práticas na estrutura da ideologia que se dá na base da formação social é o trabalho. Prática que não podemos definir, já que o trabalho que não corresponde a nada na realidade, pois é um fato vazio e produz no sujeito, não uma causa, mas uma *falta objetiva*. Falta que é da ordem da ideologia. Se podemos, a partir de agora, ir além da descrição da prática empírica é porque a forma material da ideologia é o discurso:



Esquema 5: Comanda Social – parte 2

No esquema acima, inserimos o efeito metafórico e o efeito metonímico junto ao discurso. Não é assim que Herbert ([1967] 1995) corresponde estes funcionamentos, ele apenas relaciona os efeitos semânticos e sintáticos com as formas ideológicas A e B, respectivamente. Mas vamos deixá-los bem aí e em suspenso para retomá-los mais adiante quando tratarmos do funcionamento do *discurso do labor*.

Cabe ressaltar que até o momento fizemos o percurso a partir do ponto de vista que interessava para situar o trabalho nas bases teóricas da Análise de Discurso. O objetivo de Herbert/Pêcheux nunca foi pensar o lugar do trabalho na prática social. A problemática central é o objeto das ciências sociais.

Os dois textos assinados por Michel Pêcheux como Thomas Herbert contém traços específicos da conjuntura da França dos anos 1960. As três grandes regiões teóricas do momento – marxismo, psicanálise e linguística - são relacionadas no esforço epistemológico de dar corpo teórico a um *novo objeto*. Traços que acentuam a importância da história e da ideologia. Traços que privilegiam a noção de ruptura e dão atenção aos acontecimentos, sem retornar ao paradigma empirista do estruturalismo.

Se fiz toda essa volta é porque precisamos ter em mente que trabalho “não é o que é”, algo óbvio, um dado que as ciências sociais aplicadas insistem, até hoje, em tratar como um tipo de “fato empírico”. Como nos lembra a ironia de Hannah Arendt ([1958] 2001), se existe alguma coisa aproveitável na ‘mão invisível’ de Adam Smith é apenas o de dizer que as relações

de troca envolvem algo além da pura atividade econômica. Na leitura que fizemos de Herbert ([1966] 2014) situamos essa ‘mão invisível’ como o duplo funcionamento da ideologia através da *comanda social* e chegamos na sua base material, o discurso.

Só que não é o discurso que interpela o sujeito. Portanto, como já havíamos mencionado, não é um *discurso sobre* o trabalho que mantém a formação social. Há algo no sujeito fazendo o giro nessa máquina que parece sempre escapar por entre os dedos. A Ideologia não é somente tentativa de correspondência entre sujeito e objeto ou de palavra e coisa, mas da realização-irrealizável da comanda social. Vimos pensando como, através do trabalho, a Ideologia é o que garante o modo de produção capitalista.

Althusser pensou o funcionamento da Superestrutura e da Ideologia em Geral, mas sempre mantendo o objetivo da reprodução das condições de produção em manter o modo de produção. A questão é que: as condições mudam, o modo de produção pode mudar, mas a produção e a reprodução da vida se mantêm. A força de trabalho, que nada mais é do que carne e sangue²³, sustenta o processo. Mas se é só isso, como a humanidade ainda não entrou em colapso mental? Onde o sujeito é pego?

A interpelação é do/no ato de produção. Existe uma falta que é produzida e é a este processo que conhecemos como reprodução. A ideologia representa a comanda social como universal, representa a demanda produtiva como demanda de consumo do sujeito. Sujeito que é, nas relações de troca, também uma mercadoria, um produto e que acaba correspondendo a si mesmo com o processo de produção.

E17.2: [...] então eu trabalho com embalagem, com marcenaria, com plástico, com, tudo que é tipo de ferramenta assim, e é o, o bah, como é que eu vou te dizer assim, pra mim simplificar pra ti é montar as embalagem no geral né, toda, tudo o que a gente produz lá, é o que eu faço.

O recorte acima não é um mero exemplo de alienado. Por hora, o que podemos salientar é a dificuldade em explicar *a função, o fazer*. Mais uma vez, não se trata de desvelar a verdade na mentira ideológica. Parafraseando a última parte ‘*tudo o que a gente produz lá, é o que eu faço*’, poderíamos resumir o que tentamos abarcar com abstrações teóricas: *produzir é o que eu*

²³ “Portanto, salário á apenas um o nome especial dado ao preço da força de trabalho, a que se costuma chamar preço do trabalho; é apenas o nome dado ao preço dessa mercadoria particular que só existe na carne e no sangue do homem.” (MARX, [1844] 2010, p. 34)

faço. A relação na realidade, com o trabalho, com a ferramenta, com o plástico, não corresponde com a função e nem pode, porque *a função é produzir, a função é função*.

A contradição que interpela o sujeito do/no ato produtivo parece mais um tipo de motor eterno de onde o sujeito surge como efeito tautológico. A ideologia é a transparência entre o que somos e o que fazemos. Não vamos discutir outra vez a essência do ser, mas também não podemos encerrar o sujeito em seu produto como causa. Até por que isso é exatamente o que ele nos disse: *a causa é a causa!*

Já vimos como o social é produzido como efeito desse processo. Mas o que o sujeito engendra nessa prática? Sabemos que não é o produto, que para ele é falta objetiva. Sabemos que não é a necessidade biológica, pois o trabalho não é essencial. Herbert ([1967] 1995) também deixou em aberto o problema de saber de que *natureza* o capitalismo se separa. Ainda em Herbert ([1966] 2014) vimos que, se algo pode ser dito sobre a ideologia ser a representação de uma relação imaginária, é que esse Imaginário está atrelado ao sujeito por algo além da complexa fantasia.

Se interpelação ideológica é um ato, que ato é esse que se repete, marcando no sujeito o (im)possível da comanda social, furo onde o capitalismo engata esse mesmo sujeito no processo de reprodução? E ainda, se o produto de trabalho não é valor, mas apenas gerar valor, o que mantém o sujeito como combustível desse motor? Temos que retomar dois conceitos que, sem muita explicação, andaram separados até agora: *reificação* e *objetivação*.

Em *A condição humana*, Hannah Arendt ([1958] 2001) apresenta sua leitura da obra marxista e faz essa diferenciação. Deixada de lado pelo teorismo, cabe notar que no início dos anos 1960 Arendt, além de Althusser e Sartre, era uma das novas leituras dos textos de Karl Marx. A autora também parte dos problemas que o marxismo mecanicista enfrentava e busca uma terceira via de interpretação.

Embora sua linha seja a filosofia clássica, em nenhum momento ela abandona os preceitos básicos do materialismo histórico. Abrir espaço para essa discussão é crucial para nós. No arquivo há uma ‘mistura’ entre ser/fazer, trabalho/trabalhar, função/vida. Precisamos retornar ao que deixamos em suspenso dos *Manuscritos de 44*: 1) já vimos que a ideologia comanda a relação imediata entre o trabalhador e a produção; 2) mas se não vamos tratar essas ‘misturas’ como desvios linguísticos precisamos entender por que o trabalho como alienação, mobiliza uma questão de existência.

2.3 - Hannah Arendt: trabalho e labor como condição humana

*Se eu fosse um homem rico,
Daidle deedle daidle
Daidle daidle deedle daidle dumb
O dia todo eu iria biddy-biddy-bum
Se eu fosse um homem rico,
Eu não teria que trabalhar*

- Musical 'Um violinista no telhado'.

Na canção *Se eu fosse um homem rico*, Tyve o leiteiro está perguntando a Deus por que ele não poderia ser só um pouquinho rico. Afinal, que plano divino é esse que fez ele tão pobre... Cuidando dos animais no celeiro ele vai sonhando com a riqueza e no refrão, ápice de seu devaneio, diz com grande entusiasmo: se eu fosse um homem rico eu não teria que trabalhar! Trabalho que define *quem* somos conforme *o que* fazemos. Tyve, por exemplo, é aquele que produz leite: o leiteiro.

Tyve sonha em ser rico, ou sonha em se livrar da comanda social? Porque se fosse rico *não teria que trabalhar*... Hannah Arendt ([1958] 2001) questiona o que é *o fazer* em uma sociedade que vive voltada para a produtividade. Encontraremos em *A condição humana* uma distinção entre trabalho e labor²⁴ com base na sobreposição das características do *homo faber* e *animal laborans* na história do pensamento econômico e filosófico. Nesse sentido, vamos seguir o rastro da leitura que autora faz de Karl Marx. Infelizmente, não será possível dar conta de explicar aqui a totalidade da reflexão sobre a condição humana. Aos interessados, espero que o enfoque dado à força de trabalho sirva como indicativo das possíveis questões que podem advir dessa relação.

A primeira distinção levantada entre trabalho e labor é um problema linguístico. Existem duas palavras para designar o que é, aparentemente, a mesma atividade. Podemos tratar delas como sinônimas, mas daí vem outro problema: labor não forma um substantivo correspondente

²⁴ A 12ª edição brasileira revista de *A condição humana*, do Grupo Editorial Nacional e Forense Universitária, de 2014, propõe os termos trabalho/obra no lugar de labor/trabalho, respectivamente. Entretanto, discordo dessa opção de tradução, já que o termo labor carrega um peso que não é apenas conceitual, mas também linguístico, como destaca a própria autora. Assim, preferi a utilização da edição portuguesa onde se mantém os termos: labor, para trabalho como condição humana da vida; e trabalho, como obra e condição humana da mundanidade.

como trabalhar/trabalho. Labor não constitui nome ou coisa, não há uma palavra para o seu resultado. Temos no máximo laborar, que permanece um substantivo verbal.

Se não há uma única palavra para seu resultado é porque, justamente, o labor tem a ver com a luta para suprir as necessidades da vida, consumo do corpo, que é puro desejo. Um esforço de sobrevivência que não deixa vestígio ou obra. Arendt ([1958] 2001) sugere que, se as regras da linguagem não permitem que ‘labor’ produza algo tão sólido como um substantivo, existe a forte probabilidade de que nem sequer saberíamos o que é uma coisa se não tivéssemos diante de nós o trabalho de nossas mãos. Há dois recortes de arquivo muito fortes, de onde podemos pensar um pouco sobre o que é o labor. Neles o trabalhador compara a sua situação com a de um drogado:

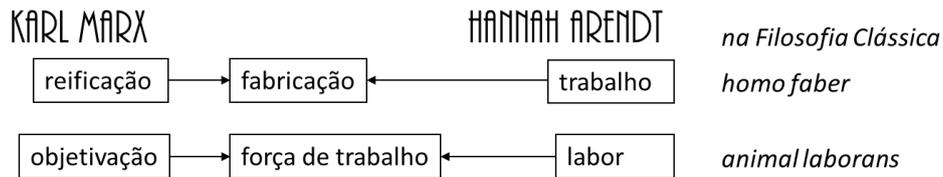
E1.1: [...] a gente não tá trab[]²⁵ não tá vivendo, a gente tá sobrevivendo porque é que nem eu disse pra eles nós tamo vi[] quem trabalha lá hoje tá que nem drogado. Drogado trabalha pela droga e tá bom, nós trabalhamos pela água e a luz e deu, a gente trabalha sem opção nenhuma por que a gente não tem opção.

E1.2: Tu sobrevive é que nem uma vida de drogado, drogado tu só ... {pausa}... {Eu: é só gastar} é só gasta, só vive aquele momento ali e é que nem nós tamo vivendo, sem ambição nenhuma.

A droga é um tipo de relação com objeto como único bem, completamente alienante em que o sujeito vive voltado para si mesmo e para a satisfação da necessidade de consumo. Quando o trabalhador se compara com um drogado, está explicando que sua energia é totalmente gasta em sobreviver e ele não consegue ter ambição além disso. Repetindo parte da frase da epígrafe do Capítulo 1, ele mal compra o direito de não morrer. Essa descrição é de labor e não de trabalho.

Trabalhar é diferente de laborar. Trabalhar é uma atividade onde o resultado tem uma durabilidade na realidade diferente da própria vida daquele que produz. Ao fabricar um objeto de uso que não serve ao consumo imediato do corpo, o trabalho rompe o ciclo da natureza. A reificação - ou artifício humano, ou mundo de coisas - é o produto do processo de fabricar, de trabalhar. Hannah Arendt ([1958] 2001) faz referências à filosofia clássica para explicar que as concepções de homem como *animal laborans* e *homo faber* não são provenientes do marxismo. Em paralelo ao que já apresentamos:

²⁵ Utilizei colchetes na transcrição quando o entrevistado (a) começa uma palavra e então corta, dizendo outra em seguida. No áudio o significante fica quase que um só ‘*nãotrab*’ e então ele repete ‘*não tá vivendo*’.



Esquema 6: Paralelo conceitual entre Hannah Arendt e Karl Marx.

O que torna o Materialismo Histórico original é uma concepção teleológica onde a base causal é o processo e não o produto. Ao ir contra as bases do idealismo e ir contra a concepção de realidade como aquilo que o pensamento julga captar (ideologia), Marx mantém o processo teleológico de realização, especificamente, mantém a história como processo de realização, como fabricação.

A grande contradição é que, para o sujeito, a alienação não é da ordem da reificação. O sujeito na fabricação não se engendra ao objeto. Por isso, no recorte acima, o trabalhador se sente um drogado. A intensidade da exploração é sentida na necessidade física. A dor é, para Arendt ([1958] 2001), a maior alienação possível do mundo. A dor física é a experiência menos comunicável, que nos priva do sentido de realidade e, ao mesmo tempo intensifica a existência. O que não é o mesmo que dizer que o Eu (moi), ou ego-sujeito que está alienado.

Na medida em que a força de trabalho produz apropriação, e não objetos, **o que está alienado é o processo!** Isso é muito importante: o sujeito engendra força de trabalho em um fato vazio, em um processo alienado. O processo de reprodução incessante sobrevive apenas como processo, erige o mundo enquanto possibilidade de existência aos sujeitos em contraposição à eternidade do ciclo biológico. A condição que nos separa da natureza é o mundo que fabricamos e que nos condiciona. Mas não estamos condicionados à própria coisa, aos objetos de uso, estamos condicionados à troca, já que a força de trabalho é mercadoria. Por isso o assujeitamento é ideológico: um ato na contingência histórica. Fato vazio, mas não nulo. A repetição no vazio deixa a marca de uma distância determinada, marca onde, necessariamente, o sujeito se constitui.

Na fabricação é fácil dizer “quem” é ‘aquele que’ se constitui no espaço ideológico, pois a marca da distância não é a *falta objetiva*, logo, falar do produto do processo não é mesmo que tentar colocar a vida em palavras. Esse é o exemplo de Tyve o leiteiro: aquele que produz leite. Quando dizemos ‘quem’ alguém é dizemos sempre ‘o que’ esse alguém é. Só que a reprodução é onde o sujeito reproduz a si mesmo, e não é possível descrever um processo cujo princípio é

a repetição do processo. Muitas vezes, quando perguntei aos entrevistados “o que é o trabalho” eles não entenderam:

E3.2: O que foi o trabalho então né?

E7.1: De trabalha bastante assim?

E9.4: O que que é trabalho?

E11.1: Como assim trabalho?

E14.1: Como assim?

Os trabalhadores não ficam em dúvida porque são ignorantes. Pelo contrário, ridículo era questionar o labor em termos de meios de fins, sendo que ele faz parte da necessidade do sujeito. A utilidade, quando promovida à significância, gera ausência de significado. Era como perguntar sobre a utilidade do útil: é evidente!

Vimos que no capitalismo um objeto de uso só pode ser um fim se voltar a ser um meio, na troca. Se não há fins em si mesmos, só pode haver fim se este for meio de outra coisa. Qualquer busca de significado na utilidade leva a uma circularidade viciosa porque, no labor, esse ideal de serventia não levanta um problema de utilidade, mas de sentido.

O labor é paradoxal já que o sentido não está na função, está no sujeito e não é uma coisa, mas uma prática. O labor e não o trabalho é a única força capaz de gerar valor, capaz de produzir – além dos meios de sobrevivência – um excedente. Só a força de trabalho possui uma produtividade própria que é, no final das contas, a única coisa que interessa na manutenção do modo de produção capitalista. Não é a instrumentalidade que rege a prática política, mas os meios de instrumentalização²⁶. Em outros termos, não é a produção, mas a reprodução.

Para Arendt ([1958] 2001), a era moderna glorifica o labor – e não o trabalho – como fonte de todos os valores no lugar do ‘homem da razão’, mas permanece incapaz de distinguir o trabalho de nosso corpo do trabalho de nossas mãos. Processo se tornou o conceito da era moderna, o labor tomou o lugar do trabalho e não fomos capazes de ver o que a reprodução tem a ver com a vida. O labor, a força de trabalho é interminável e não o trabalho.

²⁶ O capitalismo é o ‘novo nazismo’. Claro que mais sofisticado, pois já não é preciso promover genocídios para que a maior parte dos habitantes da terra possam gozar do alívio que é ser meio no meio de funcionamento. Podemos nos vender aos poucos e morrer pagando o preço da promessa que o capitalismo sustenta na paixão pela instrumentalidade. A promessa da automação era de um mundo de máquinas que fazem tudo, libertando a humanidade do labor. Mas como o capitalismo poderia chegar a tal progresso sem parar a acumulação de riqueza?

Desse modo, para a manutenção do processo, pouco importam as distinções entre trabalho manual e intelectual, especializado e não especializado. O que importa é a distinção entre trabalho produtivo/improdutivo – ou como apontou Herbert ([1967] 1995) trabalhador/não trabalhador -, porque o que interessa no capitalismo não é o produto, mas sim a produtividade e o consumo. Os instrumentos e ferramentas aumentaram a produtividade do labor, mas até a automação tem um limite e não pode (ainda) substituir o labor. Ao passo que no processo produtivo do labor, isto é, no corpo do sujeito o limite é a vida que pode ser reproduzida incessantemente.

Retomando, na relação do sujeito com o mundo, o objeto está constitutivamente perdido. Ao vender sua força de trabalho engendra o labor de seu corpo no processo, engendra na produção a reprodução de si. Isso é o que chamamos de falta objetiva. O lugar vazio da necessidade é o que vai lhe dar sentido de existência, só ali, no consumo pode emergir um sujeito no capitalismo. Existência que só é possível na contingência da história, ou seja, labor que só ganha consistência como produto, na troca. Portanto o protagonista é o processo.

Se por um lado a alienação do processo é a contingência que efetiva o sujeito no social e o libera para um novo processo de consumo, por outro é o que o mantém condicionado ao conjunto de objetos. Como vimos o sujeito claudica na palavra que designa a função, pois, ao tentar significar o que é meu e o que não é, estando o processo alienado, todas as coisas são expressão da subjetividade, mas, ao mesmo tempo nada é.

Diferente de trabalhar, o labor é uma atividade com fim em si, isto é, o sentido não é um resultado ou uma causa, já é a própria atribuição de sentido. O labor é pura efetividade, existe apenas na sua realização, onde o produto é apenas desempenho, não há meios e fins a serem realizados, então o produto do sujeito será a própria existência: um efeito. Nos testemunhos essa relação aparece na comparação do sujeito com o drogado. Além da descrição da produção como sobrevivência e consumo, há equívocos na linearidade das frases onde trabalho/vida se confundem:

E1.1 a): [...] a gente não tá trab[] não tá vivendo [...]

E1.1 b): [...] nós tamo vi[] quem trabalha [...]

Se o labor produz apenas reprodução, se o significado de trabalho aparece como repetição, como fim em si mesmo - objeto paradoxal – é porque o fim último é o sujeito e sua

sobrevivência. E é justamente à essa tautologia que os trabalhadores retornam: trabalhar para viver e viver para trabalhar. Esse funcionamento tautológico chamaremos de *discurso do labor*.

O funcionamento da comanda social define *o que pode ser produzido e como deve ser consumido* e produz o sujeito como efeito na ilusão de que a demanda emana dele mesmo, como ‘aquilo que todo mundo sabe’. O trabalho é um objeto dividido, paradoxal, que interpela o sujeito na reprodução ideológica como um fato no ato de reproduzir a si, a própria vida. Surge a forma-sujeito do capitalismo que é, nada mais do que um consumidor, um fim em si mesmo. *Sua função é produzir, a função é função de Eu (moi)*. Por isso os trabalhadores descrevem a si, a sua função, a vida como uma unidade e ao tentar determinar o gesto produtivo repete a repetição em um discurso tautológico. Nas entrevistas não há definições do tipo “o que eu faço é”, mas sim “eu faço o que eu faço”²⁷.

Estrutura significante que encontraremos nos recortes do arquivo. A resposta é uma evidência onde o sujeito parece se erguer no ar (e parece querer se erguer sempre um pouco mais) pelos próprios cabelos²⁸. Aliás, teremos ainda o privilégio de não só testemunhar tal efeito, mas também a ‘dor de cabeça’ que tal gesto produz.

Capítulo 3 – Trabalho é: trabalhar

“[...] aparece cada vez mais explicitamente a preocupação de se colocar em posição de entender esse discurso, a maior parte das vezes silencioso, da urgência às voltas com os mecanismos de sobrevivência [...] PÊCHEUX, [1988] 2012, p. 48”

Até aqui, a reprodução do modo de produção que produz o sujeito como efeito não passava de uma constatação. Parece que na pressa de estruturar os efeitos da causalidade ideológica da constituição do sentido e do sujeito estamos sempre tomando a reprodução como evidente e, conseqüentemente, apagamos o objetivo do assujeitamento: a reprodução das

²⁷ Estrutura semelhante à frase da tradição hebraica (Eyé acher eyé), “Eu sou aquilo que o eu é” com que Lacan (2008) explica a realidade da verdade como efeito significante.

²⁸ Efeito fantástico da interpelação, onde o sujeito é ‘causa de si’, a que Pêcheux ([1975] 2014, p. 144, grifo do autor) atribui o nome de “efeito Münchhausen” em memória à história do barão que “*se eleva nos ares puxando-se pelos próprios cabelos*”.

condições de produção. Que por sua vez tem o objetivo de **aumentar** (e não manter!) a produtividade. Como podemos teorizar apenas a manutenção do estado de coisas enquanto o capitalismo só acelera seus motores?

Nesse ponto é que a Análise de Discurso, como uma teoria materialista dos sentidos, pode retomar a questão do assujeitamento ideológico. Ao trazer o cartaz do maio de 1968, falávamos de uma separação inicial entre o dispositivo analítico (AAD-69) e as bases materialistas da teoria do discurso publicadas sob o pseudônimo de Thomas Herbert. A fim de aproximar o dispositivo teórico do analítico Michel Pêcheux propõe o discurso no interior de um quadro epistemológico que tem por base o Materialismo Histórico e a Linguística atravessados por uma teoria da subjetividade de natureza psicanalítica²⁹. Longe de uma relação ‘interdisciplinar’ trata-se de questionar as evidências fundadoras da semântica a partir da ciência das formações sociais. Na tensão entre os três campos de conhecimento Pêcheux busca explicar o funcionamento do sentido para além subjetivismo e do conteudismo.

Ao deslocar a base da ideologia das práticas concretas para a relação imaginária que o sujeito estabelece, Louis Althusser deixou em aberto a forma material. A máquina materialista volta a falhar em meio ao teorismo, pois situar a interpelação como causa, seja na Ideologia ou nos AIEs, seria como partir de uma sobredeterminação do sentido. Em *Las Verités de La Palice*³⁰, Pêcheux ([1975] 2014) define que, se a causa da determinação dos sentidos na língua não é o mundo e a ideologia é uma prática, então os sujeitos e os sentidos são efeitos que se constituem ao mesmo tempo na história.

Vimos falando da Ideologia como máquina que interpela, que ‘pega’ e estamos falando que ela pega na falta, no vazio que ela mesma produz. Pensando nas máquinas de combustão interna – as estrelas da automação – é interessante notar que em seus motores há uma relação entre aceleração e vácuo. De forma análoga, a Ideologia não é um motor de produção é um motor de aceleração e só a força de trabalho de um corpo vivo pode produzir sempre mais.

Agora estamos preparados para pensar que lugar é esse, que não é empírico. Agora podemos pensar o que resta para o sujeito na produção sem fixar um significado no objeto ou

²⁹ Para Malidier (2003, p 25), o período entre 1969 e 1975 é o tempo das grandes construções e essa aproximação faz parte de um longo trabalho sobre a tensão entre a teoria e a prática, momento em que Pêcheux repensa a ‘alma da máquina’ e também as ‘suas rodas’.

³⁰ O título do original em francês leva esse nome em função de uma canção de M. de La Palice que faz graça com as classificações dicotômicas e redundâncias semânticas (que alguém não é casado porque é solteiro, que poderá vos divertir contanto que vos alegre, etc.). Porém, a canção não é popular na cultura brasileira e na tradução para o português Eni Puccinelli Orlandi optou pelo título *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*.

na perda do objeto. Iremos, através do mecanismo analítico e teórico, pensar o funcionamento do assujeitamento e da reprodução, até que ele funcione bem demais... Só uma teoria da crítica à afirmação do óbvio pode dar conta dos recortes de arquivo que vamos apresentar.

O título da dissertação joga exatamente com essa ‘verdade redundante’. *La Palice* (anexo I), que dá nome ao livro de Pêcheux ([1975] 2014) é, de acordo com os versos, uma ária. Isto é, uma canção melódica e ritmada. A obviedade da coincidência entre ser e fazer no *discurso do labor* é como mais um verso: viveu trabalhando para não morrer. A injunção se marca como um batimento repetitivo, poético, óbvio e, afinal, risível.

O trabalho é discurso porque é uma falta. Só a língua pode dar conta do que se repete materialmente, da ambivalência vida/morte que engata o sujeito na reprodução. Se o trabalho, enquanto necessidade, produz uma falta do ser no fazer, para o sujeito esse será o impossível que o dizer introduz. Na ordem do discurso podemos pensar a relação entre sujeito e trabalho, porque o que podemos apreender é somente a relação, um efeito de sentido.

Lembrando da expressão “a língua sempre vai onde o dente dói” que Michel Pêcheux ([1975] 2014, p. 77) busca em Lênin, a língua percorre o trabalho, percorre a dor que produz o sujeito como quem procura um dente na boca. Lá está o que nunca poderá ser expressado, a mais-valia. Por isso falaremos em *discurso do labor*. Ao longo do capítulo, espero trazer através das análises que a interpelação é a modalidade de existência e faz parte das práticas cotidianas dos sujeitos. Buscarei observar *os efeitos de sentido de trabalho e sua relação com a interpelação do sujeito através da ambiguidade*.

3.1 - O trabalho mata?

Ao longo do mestrado, um dos exercícios analíticos que realizei para começar a pensar a relação entre o trabalho e o discurso foi pensar o enunciado “Arbeit Macht Frei”, em português, “O trabalho liberta”. A expressão era o slogan de combate ao desemprego na República de Weimar em 1928 e continuou sendo utilizada quando o Partido Nacional Socialista Alemão – Nazismo, assumiu o governo em 1933. A frase foi fixada nos portões de entrada dos campos de extermínio a partir de 1940, quando, a pedido do Rudolf Hoes os prisioneiros fundiram em metal a inscrição no portão de Aushwitz I:



Figura 3: Alemanha, portão de entrada de KZ Auschwitz, 'Arbeit macht frei' (2007). Fonte: Wikimedia Commons.

Rudolf Hoes, o vice-líder do partido nazista, foi condenado à prisão perpétua no julgamento de Nuremberg e teve seus depoimentos analisados e discutidos por Hannah Arendt nos anos 1950. No livro *The Kingdom of Aushwitz* o historiador e jornalista norte-americano Otto Friedrich (1994) explica que Hoes não teria colocado a frase no portão como algum tipo de piada de mau gosto ou como uma falsa promessa de liberdade aos prisioneiros. Antes disso, a expressão remete à crença de que o trabalho interminável, no sentido de labuta, sacrifício e esforço físico leva a algum tipo de libertação.

Em *A Sedução Totalitária*, Calligaris (1991) discute o depoimento de Hoes e vai pensar as condições alienantes que levam alguém a participar de um genocídio, por exemplo. Para ele, a resposta de Hoes no julgamento de Nuremberg foi escandalosa por sugerir que, seu gozo no processo não era matar pessoas, seu gozo era ser um funcionário exemplar. O gozo não era a finalidade, mas o processo. Ficamos chocados ao cogitar que Hoes poderia estar respondendo sinceramente.

Retomo a materialidade da frase no portão porque agora tenho algo a acrescentar. Através do *encaixe sintático* de trabalho como *pré-construído*, podemos começar a tratar na língua a determinação/explicação e sua função na formação social capitalista de manter o equívoco do contrato fundamental: o de trabalho. Há uma questão linguística articulando “a relação entre necessidade (enquanto ligada à substância) e contingência (exprimindo a incidência das circunstâncias dos “pontos de vistas” e das “intenções”, que podem ou não juntar tal propriedade a tal objeto).” (PECHEUX, [1975] 2014, p. 28). Para além do balé filosófico

da lógica e retórica é o processo discursivo que articula, ao mesmo tempo, um processo de subjetivação e um processo de exploração da força de trabalho.

Justamente nesse ponto Michel Pêcheux fura o continuísmo filosófico-linguístico. Furo que se dá no mesmo ponto levantado por Hanna Arendt ([1958] 2001), o da continuidade não do sujeito ou do objeto, mas do processo. Pêcheux ([1975], 2014) destaca que o conceito de Ideologia em Geral de Althusser ([1970] 1996) permite pensar o processo natural-humano na história. Isto é, o efeito da necessidade que é o labor, não só como uma necessidade biológica e natural, mas de uma ‘necessidade cega’³¹, ou seja, histórica. O sujeito está, necessariamente em relação, e *a relação é contingente* e não essencial. Do mesmo modo, Pêcheux ([1975], 2014) equivale ao funcionamento histórico, a estrutura discursiva. Há uma determinação histórica dos sentidos, que não é natural, definindo, necessariamente, a relação que para os sujeitos é contingente – e, novamente, não natural como se existissem sentidos universais ou essenciais.

Seguindo o caminho aberto por Louis Althusser (1996, p. 125) “adotarei a expressão de Freud palavra por palavra e escreverei: a ideologia é eterna, exatamente como o inconsciente.”, Pêcheux ([1975] 2014) reúne na interpelação a evidência do sujeito e do sentido, pensando através da língua a relação entre inconsciente e ideologia. A interpelação é o paradoxo evidente e absurdo onde o sujeito é chamado à existência. Não é por acaso que, ao ler “O trabalho liberta”, somos tentados a concordar: “Sim, isso mesmo”³².

Assentimos, para em seguida irromper no pensamento a historicidade do enunciado. Lembramos que a realidade do trabalho no campo de concentração não era liberdade, e sim morte. Por causa disso, poderíamos então dizer que a frase está errada? Ou então que ela é absurda e não faz sentido?

Podemos começar a entender nesse exercício que, afinal, nada disso está na palavra. Ou seja, os sentidos não têm origem na palavra. Como explica Pêcheux ([1975] 2014) essa é a principal diferença entre pressuposto e *pré-construído*. No pressuposto a palavra tem um conteúdo, uma literalidade. Mas, a evidência de *trabalho* estabelece uma unidade referencial na memória, uma determinação. Se tomarmos o sentido apenas na linearidade do enunciado, somos levados à indeterminação, pois *trabalho* deixa os sentidos de *liberta* à deriva:

³¹ Pêcheux ([1975], 2014, p. 70) se refere ao efeito material da ‘necessidade cega’, termo que ele remete a Engels, como sendo a descoberta fundamental do marxismo leninismo.

³² Parafraseando Althusser ([1970] 1996) no exemplo da interpelação em que o sujeito responde “Sim, sou eu”.

<i>O trabalho</i>	é aquele que..., é qualquer um que..., é o que..., é tudo o que..., é aquilo que...	<i>liberta.</i>
<i>Evidente</i> “todo mundo sabe” o que é trabalho.		<i>Polissêmico</i> o que? do que? quem? de quem? qual trabalho? estamos presos?...

Assim como a ideologia fornece a evidência *do que pode ser produzido e como deve ser consumido*, ela também fornece “as evidências pelas quais todo mundo sabe o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve etc.” (PECHEUX, [1975] 2014, p. 146) Na transparência da linguagem - ora, todo mundo sabe o que é trabalho – a ideologia mascara o caráter material do sentido, ou seja, o fato de que o sentido muda conforme a posição do sujeito no todo complexo com dominante das *formações ideológicas*.

Chamamos de *formação discursiva* o que representa as *formações ideológicas* na linguagem como *o que pode e deve ser dito*. O sujeito é interpelado, sob a evidência de que ‘eu sou realmente eu’ e como sujeito de seu discurso. Origem de si, de seu dizer – e agora para nós - de seu fazer. Entretanto, aqui já estamos no limite da materialidade analisada. Não tenho diferentes posições que me permitam delinear as *formações discursivas*. O que iremos destacar é que há uma *forma* pela qual o sujeito se identifica. Por que para nós, é no mínimo instigante que, justamente, a estrutura da *forma-sujeito* seja a relação circular sujeito/objeto.

Entendo que essa *forma* do assujeitamento é também a dupla forma da ideologia, a comanda social. Percebemos pela materialidade que, no pré-construído, supomos a existência eficaz, não de liberdade, mas do trabalho. *Fato vazio e ato de injunção* do/no sujeito que o constitui como um interior sem exterior, sob a ilusão de que “trabalho” tenha sido formulado no seu discurso.

Isso porque, como vimos, a relação de determinação entre trabalho/liberta resulta de um encadeamento que não é uma relação de identidade ou sinonímia. Pêcheux ([1975] 2014) explica que, o sujeito na linearização faz um encadeamento necessário (é aquele que...) *o discurso-transverso*. Ou seja, o funcionamento do discurso com relação a si mesmo (eu, aqui, agora), o *intradiscurso*. O discurso-transverso, também designado por metonímia é o funcionamento que coloca em conexão os elementos vindos do interdiscurso como *pré-construídos*.

Se retomo Pêcheux ([1975] 2014, p. 158) a partir a noção de pré-construído é porque seu efeito é a interpelação, que têm a dupla forma da comanda social - empírica e especulativa - de que falava Herbert ([1966] 2014). A *articulação* ou *efeito de sustentação*, esse ‘algo’ que se sabe a partir de outro lugar é, ao mesmo tempo (Pêcheux [1975] 2014, p. 159):

- a) uma evocação intradiscursiva: ‘como dissemos’;
- b) um retorno do Universal no sujeito: ‘como todo mundo sabe’; e
- c) uma universalidade implícita de toda a situação humana: ‘como todo mundo pode ver’.

Há uma relação significante-significante na interpelação-identificação de onde o sujeito resulta como causa de si:

“E é, de fato, a existência dessa contradição (produzir como *resultado* uma *causa de si*) e seu papel motor em relação ao processo do significante na interpelação-identificação, que nos autorizam a dizer que se trata realmente de um processo, na medida em que os “objetos” que nele se manifestam se desdobram, se dividem, para atuar sobre si enquanto outro de si” (PÊCHEUX [1975] 2014, p. 143).

O apagamento *necessário*, do que chamamos de *fato vazio*, ou seja, de que o sujeito resulta de um processo, de uma contingência, de um sempre-já-lá. O fato não é simplesmente vazio, porque sua objetividade material é determinada no *interdiscurso*, “no fato de que “algo fala” (ça parle) sempre “antes, em outro lugar e independentemente”. ” (PECHEUX, [1975] 2014, p. 149). Como vemos na tabela acima, *trabalho* funciona como pré-construído, como se já estivesse aí, antes, uma ‘voz sem nome’ que induz no pensamento uma ‘ilusão’ (posição de existência). O efeito do pré-construído é a modalidade discursiva da discrepância que interpela o sujeito como sempre-já-sujeito.

Porém, como nos lembra Courtine (1999) no artigo *O chapéu de Clémentis*, o esquecimento que a evidência produz deixa marcas. Não se trata de algo, antes sabido, o esquecimento é uma causa ausente que deixa uma lacuna. Na sustentação do ‘fio do discurso’ no enunciado “O trabalho liberta” os sentidos que atribuímos ao trabalho na atualidade e no acontecimento histórico começam se mover pela abertura polissêmica. Mais do que um problema de polissemia, a memória do acontecimento nos expõe à contradição. Sabemos que aqueles portões não libertaram ninguém. Algo atravessa e ecoa do enunciado, ‘achamos’ um sentido outro: o trabalho mata? Na relação com o trabalho, ler liberdade como metáfora de morte é estranho e familiar.

Processo discursivo é o que designa a rede de significantes em que o sujeito é ‘preso’ - seja por marcas estruturantes ou estruturas lacunares - o *discurso do sujeito* lhe é transparente. Por aí é que a ‘máquina’ nos pega. Inclusive, a interpelação e o desconhecimento que a forma-sujeito produz pode ser tal, de modo a confundir “o que é dito e aquilo a propósito do que isso é dito.” (PÊCHEUX [1975] 2014, p. 155) A *ficção*, é essa cena em que o sujeito, o narrador e o objeto de narração se confundem em uma mesma cena atemporal “[...] segundo a modalidade do *como se* (como se eu que falo estivesse no lugar onde alguém me escuta) [...]” (PÊCHEUX [1975] 2014, p. 155).

Termino deixando solto o problema da *ficção*, por onde iremos tecer mais tarde considerações sobre o testemunho, a interpelação e a transferência. Antes, vamos analisar o processo discursivo que atrela a afirmação do obvio e o aumento da produtividade, processo que designaremos *discurso do labor*, cuja característica é o funcionamento tautológico. Discurso que lembra a retórica do concreto, isto é, o que é indispensável saber para se situar utilmente: “A retórica do concreto e da situação ‘fala’ às crianças (e aos operários que, como todo mundo sabe, são ‘crianças grandes’!)” (PÊCHEUX [1975] 2014, p. 26).

3.2 - Trabalho é aquilo que... é tudo!

Expomos na materialidade “O trabalho liberta” o funcionamento do pré-construído e da interpelação. Mas agora que chegamos às definições de trabalho testemunhadas, não conseguimos ver essa estrutura!

E1.3: O trabalho pra mim é tudo né.

O trabalho	é aquele que..., qualquer um que..., é o que..., tudo o que..., é aquilo que...	é tudo.
Evidente		Evidente

Por que? Novamente, não estamos na ordem da ‘fabricação’, nem de coisas e nem de sentidos, mas da reprodução. Entretanto, não podemos tomar essa repetição como ‘puro’ efeito da interpelação, muito menos encerrar tal efeito na falta constitutiva do sujeito. A interpelação não é uma causa. Retomando o que salientamos anteriormente, as formações ideológicas têm uma função prática na base econômica que não é uma causa, mas uma falta e a repetição é seu

efeito. Se também não vamos entender a ambiguidade do trabalhador como um mau uso da linguagem, será por essa estranha estrutura que iremos começar.

Acontece que “a máquina de classificar de repente se enrola...” (PÊCHEUX [1975] 2014, p. 31) e a evidência não funciona. Ou melhor, funciona bem demais. Como resolver o problema da normalidade do enunciado? Mesmo que tentássemos supor um sujeito neutro e o ligássemos ao enunciado por uma classificação das propriedades da língua (abstrato/concreto, animado/inanimado, pessoa/coisa) não chegaríamos a lugar algum. Trata-se de um significante e não de um objeto (uma coisa) ou um sentido (literal e único).

Como nos explica Pêcheux ([1975] 2014) é preciso mais que uma regra universal da língua para dizer se uma frase é normal ou anômala. Precisamos referir o enunciado a um mecanismo discursivo que o torne possível em determinado contexto. Justamente, a função do trabalho na contemporaneidade e sua forma ideológica tornam esse enunciado possível.

Na linha do que propõe Maria Cristina Leandro Ferreira (1994), na tese “*A resistência da língua nos limites da sintaxe e do discurso: da ambiguidade ao equívoco*”, para Michel Pêcheux a ambiguidade é constitutiva da ordem da língua. Portanto, o equívoco, a indeterminação, a falta; não são um problema a ser resolvido. Não é só a partir do sujeito que a Análise de Discurso se aproxima da psicanálise. O que chamamos de Real da língua ou *lalangue* implica uma concepção de sujeito que não é aquele consciente de si e de seu dizer.

O sujeito do inconsciente tem na linguagem a morada da falta que o constitui, que diz não dizendo. *Lalangue* é onde o desejo se espelha e o gozo se deposita. O que não cessa de se inscrever, o impossível de dizer tudo que sustenta a falta, a falha e o equívoco. A falta de completude da língua é o motor do sujeito. Há o impossível de dizer e de não dizer. Há o sentido que determina, por remeter ao indeterminado.

Pêcheux ([1975] 2014) explica que entre *pensamento* e o *objeto de pensamento* o sujeito encontra um desses domínios como o impensado de seu pensamento. Para começarmos fiz algumas paráfrases:

E1.3 a) Para mim o trabalho é tudo.

E1.3 b) Para mim tudo é o trabalho.

E1.3 c) Tudo é o trabalho pra mim.

Tomando *Trabalho* como pré-construído, o ‘nome próprio’ no processo pelo qual se pensa o objeto de pensamento, veremos que ao remeter à indeterminação (tudo o que ...é tudo) não há “nome comum” ou conceito que o designe. Há duas observações que temos de fazer. Primeiro, que o próprio da estrutura sintática da determinação é autorizar “uma espécie de *esvaziamento do objeto a partir da função*” (PÊCHEUX, [1975] 2014, p. 97, grifo do autor). Segundo, retomando o que já vimos sobre *trabalho*, não há ‘objeto’ para esvaziar. Até porque, ‘todo, toda, tudo’ são determinantes que introduzem o conceito e não o definem. Logo, o sujeito reitera, diz o mesmo, como quem diz ‘*é ...o que é*’ e não há nada implícito.

Contudo, se o sentido fosse unívoco, na paráfrase b) o conteúdo seria mesmo. Nada ocorreu além de uma substituição na linearidade da frase. Se compartilharmos visões de mundo e alguém diz “Trabalho é tudo para mim”, a interpretação proveniente é de que a pessoa gosta do trabalho. O que é diferente de dizer “Para mim tudo é trabalho”, o que seria estranho, porque nem tudo é trabalho. Ou será que *é*? Vislumbramos algo em cena - que não é da ordem fabricação: algo se repete materialmente e não são as palavras. Não é literalmente que iremos observar a repetição. Nos outros recortes o esvaziamento do objeto a partir da função é – como já havia insinuado no capítulo anterior - recoberto pela função:

E4.2: [...] na verdade o trabalho é a gente viver né [...]

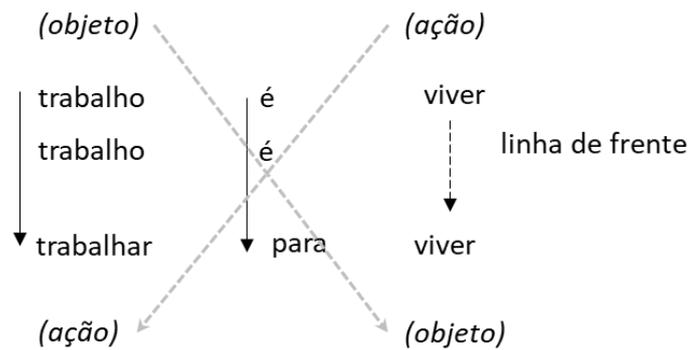
E4.3: Então o trabalho é uma das linhas de frente [...]

E4.4: [...] tem que trabalhar né, para viver né.

E4.5: [...] primeiras coisas que a gente tem que faz é trabalhar na vida né, para sobreviver.

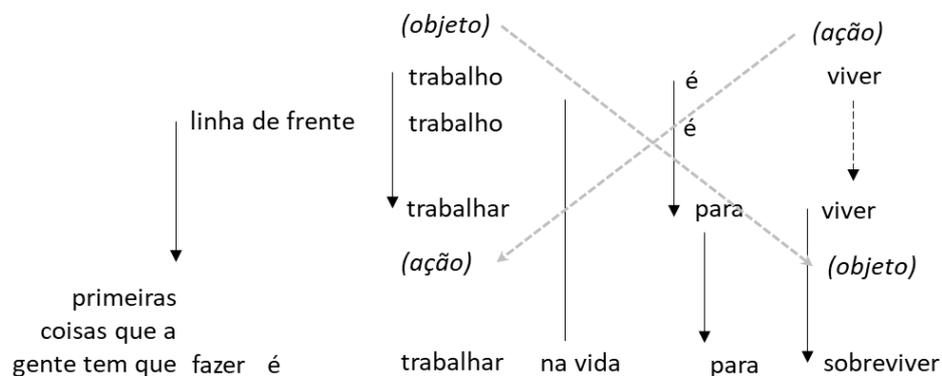
E4.6: Todo mundo tem que trabalhar né.

Quando o trabalhador procura construir o sentido do trabalho faz isso pela lógica da fabricação, onde tudo deve ter uso ou servir como instrumento para obter outra coisa. Logo, o trabalho serve para viver. Nas paráfrases vemos o deslocamento dos significantes vida e trabalho. A diferença é apagada e eles facilmente se invertem. Estamos frente a um dos funcionamentos tautológicos do *discurso do labor*:



Esquema 7: trabalho é...trabalhar.

O sujeito constrói um universal em termos de meios e fins, só que a vida não é produto (determinado), é função (determinante). Na paráfrase a busca de significado na utilidade retoma um efeito sem causa, então o sujeito reitera: *trabalho é...trabalhar*. Em seguida, nos recortes 5 e 6, o funcionamento do discurso transversal retoma o que foi dito antes e amarra no intradiscurso o que tudo mundo sabe e pode ver, garantindo a relação evidente trabalho/trabalhar, viver/sobreviver.



Esquema 8: Viver é... sobreviver.

Trabalho é fazer e fazer é trabalhar: trabalho é trabalhar. A interpelação se sustenta nessa contradição, na indefinição que se repete e assume a generalidade de uma lei: “*tem que fazer*”. O trabalho é essa contradição que instaura o sujeito *na vida*, contingência que *não pode e não deve* ser dita e é fundamental que não seja, porque o trabalho é um lugar que o sujeito ocupa *de*

fato na formação social. Antes da teoria é a poesia que nos ajuda nas explicações: *sinônimo de amor é amar*³³.

Gramaticalmente, amar é verbo transitivo, pois quem ama, ama alguém. Mas, vamos pelo que sugeriu Mário de Andrade (1927) no título de seu romance: *Amar, verbo intransitivo*. Quando um verbo é intransitivo refere-se a uma ação que começa e termina no próprio sujeito. Como amar, o produto é seu sinônimo e o sentido é completo. Nos dicionários da língua portuguesa trabalhar pode ser, gramaticalmente, as duas coisas: transitivo e intransitivo.

Mas não ao mesmo tempo! Logo o sujeito precisa estar se referindo *a ação ou ao objeto*. Entretanto, nos testemunhos a impressão que temos é que o sujeito se refere *a ação e ao objeto*. Interessante que a ambiguidade trabalho/trabalhar não nos causa nenhum transtorno de entendimento. Aliás, entendemos perfeitamente. Mas, quando nos debruçamos sobre o que é sólido, como o verbo transitivo, tudo se desmancha no ar³⁴. Temos de sempre remeter seu sentido à história que os reclama.

A tautologia nos carrega com força para a cena que nos é dirigida. Na maioria das respostas para “o que é o trabalho?” os entrevistados pontuam: 1) que o trabalho é tudo, 2) que tem que trabalhar, e que também 3) eles gostam de trabalhar. Para pensar a última afirmação vamos voltar à materialidade analisada anteriormente: “O trabalho liberta”. Na leitura de Otto Friedrich (1994) fui surpreendida por algumas citações diretas das memórias autobiográficas de Rudolf Hoes. Tentando explicar o sentido da frase no portão, ele diz o seguinte: “Por toda minha vida, eu gostava verdadeiramente de trabalhar”. Ele está justificando o que ele entende por trabalho. Ora, essa mesma afirmação reaparecerá nos testemunhos:

E1.4: Eu gosto de trabalhar.

E2.2: Eu gosto muito de trabalhar.

E3.3: [...] é a minha área né, eu gosto muito de vigilância, gosto mesmo de vigilância.

E4.7: De trabalhar na área de manutenção... eu gosto. Sempre gostei é, dessa área. É isso daí que eu...

E5.2: Eu gosto de fazer o que eu, gostava. Gostava de fazer o que eu faço. Gosto de trabalhar.

E5.3: Eu gosto de faze. Eu gosto de trabalhar.

³³ Verso da música *Sinônimos*, gravada por Zé Ramalho (2005) e Chitãozinho e Xororó (2005), composta por César Augusto, Cláudio Noam e Paulo Sérgio. O verso é o último do refrão: *O amor é feito de paixões/ E quando perde a razão/ Não sabe quem vai machucar/ Quem ama nunca sente medo/ De contar os seus segredos/ Sinônimo de amor é amar*.

³⁴ Em alusão a frase de Marx e Engels (ANO) no Manifesto do Partido Comunista: “Tudo que era sólido e estável se desmancha no ar, tudo o que era sagrado é profanado, e os homens são obrigados finalmente a encarar com serenidade suas condições de existência e suas relações recíprocas”.

E7.2: [...] não fico mesmo, eu gosto mesmo de trabalha.

E11.2: [...] eu gosto de trabalha né, [...].

E13.1: É que daí eu fui demitida né, eu por mim, eu eu gosto muito de trabalhar e tudo né.

E18.1: Eu eu, gosto...Não é... eu gosto de, do trabalho.

Temos o que Pêcheux ([1975] 2014) chama de dupla tautologia e um efeito de pré-construído em sua forma pura, ou seja, que liga uma existência singular a uma verdade universal. A questão que fica é a mesma “o que essa evidência, simultânea à identificação da coisa, estaria ocultando?” (PÊCHEUX [1975] 2014, p. 92) Diferente da contradição, que aponta para o externo, a aparente transparência remete à indeterminação no sujeito e à força da contingência a qual ele está submetido:

<i>E1.4: Eu gosto</i>	<i>de trabalhar</i>
<i>“eu vejo o que vejo”</i>	<i>“sabe-se o que se sabe”</i>
<i>eu gosto do que gosto</i>	<i>eu faço esta coisa que eu faço</i>

Na sequência E5.2, nem é preciso parafrasear: “Eu gosto de fazer o que eu, gostava. Gostava de fazer o que eu faço”. A reiteração é palavra por palavra num tempo desconexo. A saturação do pensamento, a obviedade da construção e os vários lugares vazios remetem ao sujeito: que é, que diz, que gosta, que faz. Na epígrafe do capítulo, Michel Pêcheux fala de um sujeito *às voltas* com a urgência da sobrevivência. Entre a repetição necessária do gesto, do labor como ato e a reprodução do fato, ideológico e contingente, emerge o sujeito, e o atravessamento ideológico está marcado na estrutura significante.

3.3 - Ambiguidade: disjunção da estrutura, injunção do sujeito

A tautologia é um funcionamento discursivo onde testemunhamos interpretações idênticas, transparentes e evidentes. Todavia, também vimos nos recortes acima a marca da contradição e da opacidade do sentido. Retomando Ferreira (1994, 56): “[...] a ambiguidade deriva tanto da opacidade (aquilo que é hermético, contraditório), quanto da transparência (aquilo que é evidente, tautológico, cristalino) ”.

A ambiguidade é o modo de acesso ao fato estrutural que marca, na organização da língua, o que é estruturante de sua ordem: o Real. Segundo Ferreira (1994) o sujeito está exposto a uma ambivalência que é a da relação com o mundo mediada pela linguagem – ser sujeito de/estar sujeito a -, relação que é travessada pela ideologia. Através da ambiguidade, dessas “más estruturações” da língua, em que o sentido se divide em dois podemos pensar também a cisão do sujeito.

O que está indeterminado na história e na língua, divide e determina o sujeito. Disjunção da história na língua, injunção do sujeito na história. Nas análises a seguir, a ambiguidade na língua será nosso modo de acesso à ambivalência do sujeito. Ambivalência, que é o modo de acesso do sujeito ao que chamamos de *falta objetiva*. Acesso atravessado pela dupla forma da comanda social: reprodução e consumo.

A tautologia é uma determinação. Apesar do que vimos apresentando com o efeito de pré-construído, não é o significante *trabalho* por si, que interpela o sujeito. O labor é uma *função prática*. Há, na relação com o fazer, algo que determina o sujeito? Para delinear uma resposta, buscaremos no livro de Claudine Haroche (1992) “*Fazer dizer, querer dizer*” a relação discursiva entre ambiguidade, determinação e subjetividade.

Haroche (1992) explica o papel e os fundamentos linguísticos da determinação a partir do funcionamento da ambiguidade e seus ‘limites gramaticais’: a elipse e a incisa. Estruturas que rompem com a linearidade do discurso e remetem à incompletude e ao indeterminado. Funcionamentos que suspendem a sequência lógica do jogo significante/significante, possibilitando ambiguidades que só a determinação permite interpretar.

Interessa seguir a teia dos sistemas de determinação e suas modalidades, para pensarmos a ‘zona obscura’ de implicação do sujeito e da relação entre a gramática e seu exterior. Se estamos buscando no discurso a relação sujeito/objeto é fundamental direcionar um olhar atento ao problema da determinação. Porque a determinação coloca uma questão de fundo que é *a de uma possibilidade de referência para o sujeito* (HAROCHE, 1992).

Oportuno que, nas definições gramaticais, a elipse é *uma falta necessária* e a incisa é *um acréscimo contingente*. Seus funcionamentos colocam em evidência a falta de literalidade das palavras. Por hora, traremos apenas exemplos de elipse. Abaixo começo trazendo um trecho ambíguo, pelo uso da preposição *de*:

E10.1: Como é que eu, iiiii eu comecei a trabalha muito cedo. Eu trabalhava de roça né, então comecei muito cedo.

Ela quis dizer que trabalhava de agricultora, na roça? Entretanto, ela não usou adjetivo para se qualificar e substituiu-o por uma preposição que relaciona dois verbos (trabalhar/roçar). Uma outra interpretação possível é que ela relaciona um verbo e substantivo (trabalhar/roça). O problema é que o contexto não funciona como especificador de um dado não explícito.

A relação que o uso da preposição estabelece é ambígua. Como explica a semanticista Márcia Cançado (2012), a preposição *de* pode se referir à origem, à qualidade, ao modo, ao agente e a posse. São muitas possibilidades, mas só podem ser estas: “não podemos colocar as preposições de uma maneira arbitrária; estas só se encaixam em contextos em que existe uma compatibilidade semântica com alguns sentidos [...]” (CANÇADO, 2012, p. 74).

Então, temos que escolher um dos sentidos: ...a roça que ela é? ...na roça? ...de roçar? A confusão entre ser [eu – de roça] e fazer [roçar] está marcada na estrutura. Fica também em questão as funções semânticas atribuídas aos verbos. É possível um item lexical ser *ao mesmo tempo* um substantivo e uma forma verbal? Ela está falando do seu trabalho (objeto) ou de seu ato de trabalhar (ação)?

Há uma oposição entre a linearidade do discurso e o sujeito. Haroche (1992) explica que a elipse é o intervalo entre a linguagem e pensamento, onde o significante ‘falta’ pelo excesso, colocando o problema da indeterminação. Na estrutura elíptica não é a palavra, mas o Eu (moi) que está em uma relação ambígua:

E10.1 a) Eu [o meu] trabalho [é] de roçar.

E10.1 b) Trabalhar de/na roça.

E10.1 c) Trabalhar de/era roçar.

Nas sequências E1.5, E1.6 e E1.7, temos um funcionamento parecido, mas com o deslocamento do significante. Há duas coisas sendo ditas “o [meu] trabalho é...” e “[eu] trabalhar é...”. Ao parafrasear as sequências E1.5, E1.6 na sequência E1.7 o sujeito retoma o que foi dito antes: de máquina.

E1.5: Como operador de, não... tsc, supridor.

a) *eu como – eu de*

E1.6: [...] passei a trabalhar na (Nome da Empresa) de operador e preparador de máquina.

b) *eu na – eu de – de máquina*

E1.7: Eu opero máquina né, eu to máquina de CNC né, ou, ou montadora né [...]

c) *eu to máquina de CNC*

O trabalhador retoma o que foi dito antes “de máquina” pelo todo “opero e preparo máquina” como evidente na paráfrase E1.7. A relação que ele estabelece vai trocando de nome *como se ‘da, na e to’* fossem a mesma coisa. De um lado, ele quer designar ‘*uma coisa (que ele faz)*’, de outro, ele faz uma afirmação sobre ‘*essa coisa (que é o que ele faz)*’. Ao tentar determinar o objeto de pensamento o que irrompe é o próprio Eu (moi), como se esse elemento já se encontrasse aí.

Se tratássemos isso apenas como inadequação, caberia até mesmo interpretar que o trabalhador não sabe a diferença entre ele e a máquina! O que quero pontuar é: a evidência do Eu (moi) é simultânea à identificação do objeto. Mas não é só a estrutura elíptica que funciona nos recortes *E10.1* e *E1.7*. O sujeito não está só no que falta, mas também no que transborda. Antes de prosseguir, retomo Haroche (1992, p. 119) para pensarmos os pontos de ruptura da linearidade discursiva do *né* como incisa. Diferente da elipse que faz funcionar o implícito, a incisa é a presença de elementos explícitos.

Do ponto de vista das gramáticas a evidência explícita é tratada como acessória, como estilística da fala do sujeito. Mas porque acrescentar um sintagma se o sentido é unívoco, a linearidade da frase assegura a completude e a determinação? Por que buscar a confirmação do sentido? Se compreendermos que o sentido nunca se esgota, nem para mais, nem para menos, paradoxalmente, o acúmulo de determinação remete ao indeterminado.

Se há necessidade de confirmar a afirmação é porque o sentido não é evidente. O *né* marca, ao mesmo tempo, a indeterminação do sujeito sobre o postulado da determinação do enunciado e o lugar onde o sujeito vai ancorar-se, para onde direciona sua pergunta que pretende confirmar que o necessário é contingente: o outro. No recorte *E10.1* procurei observar o modo como o problema da determinação coloca em questão a possibilidade de referência para o sujeito.

E10.1: Como é que eu, iiiii eu comecei a trabalha muito cedo. Eu trabalhava de roça né, então comecei muito cedo.

Vimos a elipse como uma estrutura desencadeadora de ambiguidade pelo uso da preposição *de*. Como *roça* é o termo que não se resolve na linearidade da frase, para definir o sentido temos de escolher qual a relação que o *Eu* estabelece. O *né* está no meio da sentença, marcando a ambiguidade.

A incisa chama a atenção para um problema entre a relação do sujeito e o do explícito: “Em suma, a incisa conduz à questão das modalidades, no sentido amplo, à da subjetividade no discurso e na língua. ” (HAROCHE, 1992, p. 130) A trabalhadora solicita a adesão do interlocutor, mas não se trata de confirmar o saber que a assujeita. Ela explica e reclama compreensão do porquê ela começou a trabalhar muito cedo. Já no recorte E1.7 a contração *né* marca o final de cada subdivisão abaixo:

E1.7 a) Eu opero máquina *né*,

E1.7 b) eu to máquina de CNC *né*,

E1.7 c) ou, ou montadora *né* [...]

Em (a) ele reafirma o dizer do recorte E1.6, em b) e (c) ele acrescenta uma nova informação: o tipo de máquina. Tentando descrever o que faz, a obviedade do gesto, o cotidiano da tarefa ele termina com o *né*, um acréscimo contingente, que encadeia as determinações. Ao mesmo tempo, o *né* opera uma ruptura na linearidade e, ao buscar a adesão do interlocutor, parece marcar a discrepância entre o que está na frase e o que é pensado antes, em outro lugar, independentemente.

Conforme Pêcheux ([1975] 2014), essa separação aponta para a divisão fundamental entre pensamento e objeto de pensamento, com a pré-existência deste último. Essa pré-existência do mundo em relação ao sujeito é a própria história como contingência. Temos no recorte acima um dos modos de estruturar essa contingência, onde o sujeito encontra um desses domínios como o impensado de seu pensamento.

Contradição que captura o sujeito, na indeterminação/determinação irrompe um saber que não se sabe (que se sabe). O sujeito é interpelado entre essas duas ordens, impossível de ser (necessário) e de não ser (contingente), na língua e na história. Sendo o discurso o momento da disjunção interior/exterior através do qual se dá a injunção do sujeito. Abaixo, trago um trecho mais extenso para acompanharmos a reformulação:

Eu: Mas o seu trabalho era diferente lá?

E4.8: Não, eu trabalhava num setor, o de britagem.

E4.9: Na manutenção eu.

E4.10: Eu trabalhava na manutenção do setor de britagem, que era, que quebrava as pedra *né*, pra fazer as obra lá.

E4.11: Ele era britador então eu acho que tu não ouviu falar em britador ainda.

Eu: Sim, aí tu fazia manutenção nas má...

E4.12: Eu fazia manutenção nas máquina, é.

E4.13: Era esteira, britador, essas coisa.

E4.14: As máquinas que quebravam a pedra que eu fazia manutenção, elas quebravam a pedra.

E4.15: A pedra vinha grandona como medisse o tamanho de uma peça dessa aqui e tu jogava dentro do britador, o britador quebrava ela, ia quebrando, quebrando deixava ela bem miudinha.

O trabalhador vai determinando o sentido por paráfrases até que chegamos na sequência E4.11: “Ele era britador...” Quem era britador? Nesse momento eu mesma interfiro e retomo o que foi dito “Eu: Sim, aí tu fazia manutenção nas má...”. Mais uma vez, a referência nos escapa e as expressões adequadas para expressar o objeto, a produção e o próprio sujeito acabam deslizando: “Era esteira, britador essas coisa”. ‘*Quem?*’ ou ‘*o que?*’ era esteira, britador...? Então o trabalhador rearranja os dizeres novamente: “As máquinas/ que quebravam a pedra/ que eu fazia manutenção/elas quebravam a pedra. ”

Não se trata de inadequação, mas de contradição. Contradição ideológica que se realiza como prática e que constitui o sujeito. A contradição é o que interpela, é aquilo que determina o sujeito, embora não tenha um modo determinado. Na organização da língua, a ambiguidade é o furo que captura o sujeito na evidência fornecida pelo exterior.

Ora, ninguém pode, literalmente, *estar* máquina de CNC. Da mesma maneira, ninguém *é*, literalmente, esteira ou britador. Mas, ao mesmo tempo que a incompletude formal aponta para a estrutura, o enunciado não é incompreensível: “acabado do ponto de vista do sentido, a elipse é o ponto em que se encontram linguística e ideologia” (HAROCHE, 1992, p.117) No funcionamento elíptico temos em evidência a falta de literalidade das palavras. A sensação é de que interioridade, exterioridade e anterioridade estão desconexas:

E10.2: Meu primeiro emprego? Foi na (Nome da Empresa) que acho que nem existe mais né, era de louça né, de faze louça.

O emprego era de louça? O emprego era de fazer louça? Na empresa de louça? Na empresa de fazer louça? A ambiguidade se dá no mesmo ponto, entre ‘*o que o Eu é*’ e ‘*o que o Eu faz*’. Novamente, as tautologias. Por que? Lidamos com ambiguidades em torno do verbo *fazer*. Pela regra gramatical, por ser um verbo factivo, *fazer* é desencadeador lexical de

pressuposto (CANÇADO, 2012). Fazer implica *alguém* e uma *coisa* que é feita. Só que essa regra não serve para explicar a contradição do trabalhador:

E1.8: [...] porque que é, diz que isso aí é normal porque a pessoa passa dos 45 é que nem uma engrenagem³⁵, ela se desgasta 1) não tem volta aí 2) tem que fazer isso aí, isso aí 3) não tem o que fazer. Essas coisa aí, é.

Fazer algo pressupõe uma relação causa/consequência ou, nos termos vistos por aqui meios/fins. Se prestarmos atenção à relação de causalidade no recorte veremos que há três estéticas para *ter* na relação com *fazer*: 1) a causa, *não tem volta*; 2) *tem que fazer*, forma moderna do *ter de*, onde *que* assume valor prepositivo e indica necessidade, obrigação ou dever; 3) *não tem o que fazer*.

Em um artigo sobre a escuta clínica de conselheiros profissionais, a psicanalista Christine Revuz (1997) explica que os trabalhadores insistem em buscar a dimensão do *fazer*, do singular, porque dizer apenas “Eu opero máquinas” seria vago, o que impõe descrever *o que* um operador faz. Partindo do que expõe Ferreira (1994), entendo que a vagueza é uma falta de informações e nem sempre implica ambiguidade.

Mas ao tentar dar sentido ao predicado, o sujeito cai na dissimetria sintática de responder “[...] por um ‘atributo do sujeito’ a uma questão que incidia sobre um ‘complemento do objeto’ [...]” (REVUZ, 1997, p. 25). A relação com o objeto vacila e retornamos à tautologia, porque *o que* o trabalhador faz é *o que tem fazer*.

O *ter* entrelaça os fios do que vimos até agora. Aqui, *ter* não está no nível da necessidade de ter casa, comida, dinheiro, etc; o *ter* coloca em jogo o lugar como algo vital, pois quando um sujeito perde o trabalho, não perde *um lugar*, perde *seu lugar* (REVUZ, 1997). Afinal as descrições dizem mais do modo de inscrição do sujeito do que da função:

E21.1: O homem sem o trabalho não é ninguém.

E19.1: Se não tiver trabalho não consigo imaginar como é que alguém possa tocar a vida.

³⁵ Há outros trabalhadores que comparam o funcionamento do seu corpo com o de uma máquina. Um bom exemplo é a figura do autômato que surge no século XVII quando o avanço da mecanização do trabalho coincide com as primeiras descobertas sobre o funcionamento do corpo humano. Invertendo a lógica onde a máquina seria espelhada no corpo, passa-se a associar o funcionamento do corpo ao dos relógios com seus botões e engrenagens.

Lá, na tentativa de correspondência com realidade onde o sujeito busca o sentido, está a falta objetiva. A tarefa é sempre óbvia e deve ser feita e não verbalizada:

E20.1: O problema é ficar sem fazer nada pra tu ocupar tua mente entendeu.

E18.2: Meu pai é que sempre tinha um ditado [...] mente vazia ideias do diabo.

E5.4: Eu não gosto de ficar parado, fica pensando no nada.

Ocupar a cabeça não é pensar, mas sim ter alguma coisa em que pensar. Ocupar a cabeça, pensar em algo é fazer algo. Mente vazia, sem ocupação, sem ter o que fazer: ideias do diabo. Descrever o *fazer* é transpor o gesto produtivo do implícito ao explícito. O que, para Revuz (1997), requer uma escuta dos processos inconscientes inscritos na língua onde a estrutura não comunica nada, mas traz a luz a própria coisa.

O discurso do labor beira a ininteligibilidade de explicar um sentido com um predicado que é uma repetição do sujeito. No recorte E1.8 o sujeito *tem que fazer*, pois não há *o que* (algo, uma coisa) que seja meio de *não fazer*. Então, *o que* é evidente: “Essas coisa aí, é”. Ou seja, *é aquilo que tem que fazer*. Ao mesmo tempo, *isso aí*, que é normal porque passa dos 45, que se desgasta, que é que nem uma engrenagem: é Eu (moi).

A forma de construção da determinação remete ao indeterminado. A evidência *o que é/o que deve ser*, ou melhor, *o que sou/o que devo fazer* é fornecida pela ideologia. Temos dois sentidos possíveis, fazendo unidade pela ambiguidade. *Unidade que não é da palavra, mas do que se repete materialmente*. Se me faço entender, o sujeito na interpelação-identificação surge como efeito *do social como se a demanda emanasse dele mesmo!* Efeito significante que lhe eleva aos céus pelos cabelos. Com base no raciocínio que fizemos até agora, vamos analisar em um trecho extenso o deslocamento *Eu/Função/Fazer/Estar*:

E2.2: minha função lá seria motorista,

E2.3: na carteira como auxiliar de colocação, mas na realidade eu faço tudo né,

E2.4: eu faço ao, eu auxílio o colocador, as, colocador... mas de vez em quando eu faço a colocação, tem algumas colocações que a gente, que eu faço.

E2.5: além de ser motorista porque na carteira eu não tá como motorista, mas enfim

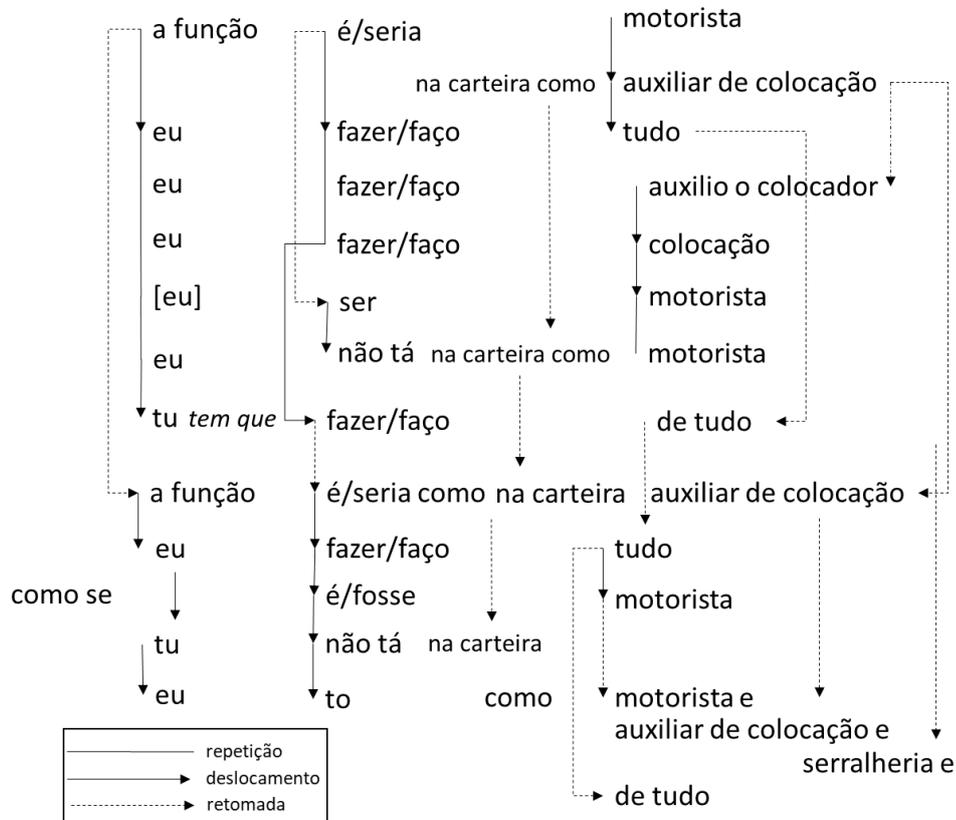
E2.6: na empresa pequena tu tem que fazer de tudo, na serralheria tudo.

E2.7: Então a minha função na carteira seria como auxiliar de colocação.

E2.8: É que nem eu te falava, eu faço tudo [risos].

E2.9: como se fosse um motorista da empresa, mas sendo que tu não tá na carteira,

E2.10: e to trabalhando como motorista e auxiliar de colocação e serralheria e enfim de tudo dentro daquela empresa.



Esquema 9: Eu, função, ser, fazer, estar.

A função se divide em duas: a função na empresa, a função na carteira. Então ele explica, *o que é a função, através do fazer: tudo*. Na última reformulação o que ele faz é *aquilo com que ele está trabalhando, como motorista etc, e de tudo*. Entre *fazer, ser e estar* as preposições se misturam, se invertem, retornam... Retomando o que explica Campos (2016), no trabalho há uma cena imaginada como que em um enredo, organizando a subjetividade e dando sentido ao trabalho. Como o social é pura demanda e nada resta para o sujeito na objetividade material, o sintoma da exploração é a tautologia. Lá onde está o sentido do trabalho, o sujeito instaura a ficção do Eu (moi), pois a Verdade é a mais-valia, que não pode ser simbolizada.

DESLOCAMENTO

- função > é
- na > como
- eu > fazer > tudo
- eu > é
- eu > não tá > como
- tu > tem que fazer > de > tudo
- função > na > é > como
- eu > fazer > tudo
- como se > é > um > da
- tu > não tá > na
- eu > to > como
- e de > e > e de tudo

Não pode ser simbolizada, mas deixa marcas. O trabalhador retoma, e repete, reitera, mas o sentido não é o mesmo. Algo muda no nível da inscrição social, onde o sujeito lança algo de um desejo que lhe é enigmático. Quando há uma ruptura na ancoragem profissional – seja um acidente, dor, desemprego, aposentadoria – o sujeito é coagido a reconsiderar seu lugar e repensa a sociedade:

o que aparece então, ao claro, é a importância do trabalho como fator de ligação no seio da economia... psíquica. O trabalho não suprime os conflitos psíquicos, ele os contém, nos dois sentidos da palavra. (REVUZ, 1997, p. 21)

A articulação singular feita pelo sujeito é o que nos interessa, pois a contradição é estruturante e estranha. Tão estranha que os trabalhadores riem. Um riso realista como vimos acima no recorte E2.8, um riso debochado, que lembra a ironia tal como já apareceu no recorte E17.1 em que o entrevistado explica que precisa trabalhar porque: “para viver tá caro né. [...] [risos]”. Pêcheux ([1975] 2014) relaciona esse riso irônico à discrepância da contradição apreendida e exibida. Um sintoma da repetição ideológica que é tratado em nota de rodapé pela correspondência entre várias anedotas e seus respectivos aparelhos ideológicos.

E4.16: Pra mim que to acostumado a trabalhar a gente estranha um pouco né, sempre trabalhei, trabalhava direto fazendo, fazia hora extra era sábado e domingo, não parava nunca. Entendeu, e agora não, agora to, só por, só em casa né, e no médico! [risos]

E13.2: Ali em pé, é, eu fiquei dezesseis anos em pé no mesmo lugar. [risos]

E14.2: Um trabalho bom. Um salário bom também. [risos].

E16.1: Não. Eu saí. Sempre tive o privilégio que eu nunca fui mandada embora [risos].

E20.2: só se, né [risos] se cai chuva de dinheiro né, [risos] porque é o único jeito né de ficar de pé pra cima e ficar com dinheiro, cheia de conta pra pagar, não é fácil...

E20.3: Um pouco sentada, um pouco vai lá, um pouco senta, equilíbrio né, gosto muito de vender acho que seria uma boa vendedora. Melhor que cobrar. [risos] Com certeza.

São vários os trechos em que os trabalhadores riem. Trouxe estes em que eles riem de si mesmos, do que acabaram de dizer. Riso que confronta a realidade, na fronteira entre a normalidade contingente e a necessidade absurda que é ter de aceitá-la para sobreviver. Em *A língua Inatingível*, Françoise Gadet e Michel Pêcheux (2004) fazem algumas considerações sobre o humor e falam de uma tensão entre a forma ordenadora do mundo e o que resiste desde seu interior, porque aguenta seu insuportável. Adjacente a essa consideração, vem uma nota de

rodapé, sobre a cena clássica de Chaplin no filme *Tempos Modernos*: “Mundo burlesco, em que o que se faz de imbecil está em confronto com os tolos.” (GADET, PÊCHEUX, 2014, p. 205).



Figura 5: Personagem ‘O Vagabundo’ em cena do filme *Tempos Modernos* de Charles Chaplin (1936). Fonte: <https://catracalivre.com.br/geral/agenda/gratis/80-anos-de-tempos-modernos-na-sala-cinematographos/>

Sob o risco de ser clichê – e talvez por isso mesmo – faço referência a essa cena do filme em especial, onde o trabalhador, funcionando como uma máquina, caiu dentro dela. Girando parafusos e girando o corpo em meio às engrenagens. Cena da loucura em que, mesmo fora do posto de trabalho, o corpo e a mente não param de funcionar:

Eu: E o que que... aconteceu alguma coisa daí que o senhor se afastou? O que que aconteceu?

E11.3: mas eu não sei foi duma hora pra outra, eu entrei assim em parafuso, como diz o outro.

E11.4: Sei lá, eu sabe que eu nem sei como te explicar uma coisa assim, um, sei lá, a minha vontade era só chora. Chora, chora, chora, chora, chora, chora... E desanimado assim sabe, e não tinha animo pra nada, nada, nada né.

E11. 5: Eu queria sair daquilo ali mas eu não conseguia sabe? Eu queria voltar o normal assim como as outras pessoa né, mas eu não consegui. Eu – não – con-se-gui... fui tomando remédio, remédio, remédio, remédio, aí foi indo, foi indo, foi indo e aquilo foi [lhando] aos poucos, aos poucos, aos poucos, aos poucos, aos poucos e hoje em dia então, to mais tranquilo né assim, só não posso para com o remédio.

A repetição não muda o conteúdo geral do enunciado. A incisa é contingente, não junta nada essencial no enunciado. Mas, o acúmulo de determinação, remete igualmente ao indeterminado. A injunção deixa buracos e restos, pelo funcionamento da incisa também podemos traçar o fio discursivo que captura o sujeito. Captura em excesso, cuja afirmação

escapa da literalidade. Pense em Chaplin batendo de cara no vidro, que de tão transparente precisa ser provado. No recorte acima, estamos frente ao homem que entrou na máquina, que nas palavras dele, ou melhor, *do outro* entrou “em parafuso”.

A repetição da palavra parece marcar um hiato, o corte no tempo. Chora, não é o mesmo que chorachorachorachorachora. Por que repetir uma palavra se a linearidade assegura a completude e a determinação? A incidente, para Haroche (1992), traz consigo uma necessidade de reafirmar algo na estrutura, colocando assim uma indeterminação do sujeito sobre o postulado da determinação do enunciado.

Acredito que esse é um recorte pesado de analisar, que toca, nas palavras de Campos (2016, p. 314): “o incômodo que a teoria explica, mas não sente”. Chegamos ao limite da língua e da interpelação. Da língua, pois não tenho como transcrever que, durante toda a gravação é possível ouvir o trabalhador chutando a mesa. Há um compasso. Da interpelação, pois ‘algo de outra ordem’ se marca na estrutura. Onde separei as sílabas, é isso mesmo. Ele diz separadamente: “Eu – não – con-se-gui.” O sujeito está marcando na língua, na dificuldade de falar, que ele não conseguiu. Depois, vem o ritmo: “remédio, remédio, remédio, aí foi indo, foi indo, foi indo e aquilo foi [lhando] aos poucos, aos poucos, aos poucos, aos poucos, aos poucos”.

No que analisamos até agora, parece que, afinal, a não coincidência subjetiva pessoa/coisa é homogênea a coincidência imaginária. Nos recortes, o círculo da repetição é um constante retorno da *comanda social* no sujeito. A contradição é um espelhamento da interpelação do sujeito pelo Sujeito (PÊCHEUX [1975], 2014, p.160). Na impossível construção da exterioridade no interior do sujeito, a “tomada de consciência” seria a reduplicação da identificação. Se me faço entender, a identificação seria uma tomada de posição do sujeito já assujeitado à *forma-sujeito de consumo* no momento da interpelação (por isso uma tautologia).

O assujeitamento é perfeito? O funcionamento da comanda social interpela e determina o sujeito pela disjunção. Mas algo rompe a cadeia produtiva: acontece a dor, o sofrimento, o acidente. Desorganizado do ponto de vista de linearidade na língua, o que irrompe não é algo solucionável pelas regras linguísticas. Algo escapa, o trabalhador ri. Chora. Algo acontece no corpo e na mente. O resto nos surpreende, a vida resiste. Por ela e contra ela um desejo sobrevive no corpo contra a miséria interdita. O labor é o processo por onde a vida se faz/diz sentir. Porque a vida não se resolve, ela permanece ambígua e se repete...

Capítulo 4 – A vida é algo que acontece.

“Criadores inclinaram-se diante de suas próprias criações. ” MARX; ENGELS, 1998, p. 3

“Na greve, a verdade coletiva do trabalho se manifesta. O que vimos em maio, entretanto, foi a greve da verdade. ” (LACAN [1968] 2008, p. 41)

Algo falha na prática teórica, algo falha na prática política. Como recorda Maldidier (2003) o percurso de Michel Pêcheux é pontuado pela História, nela teremos de nos debruçar novamente. Na relação constitutiva entre o dispositivo de análise automática (AAD-69) e o discurso político poderíamos acrescentar aos reflexos desse ‘estranho espelho’³⁶ o paralelo entre o que falha em *Les Verités de La Palice* e o que falha no maio de 1968. Afinal “a elaboração da disciplina no fim dos anos 60 não seria só um artefato conjuntural? A questão merece ser posta. ” (MALDIDIER, 2003, p. 75)

Merece e será. Problematizar o que falha no maio de 1968 é lembrar de uma das primeiras aplicações do dispositivo experimental de Michel Pêcheux. No texto, *A respeito do movimento estudantil e das lutas da classe operária: 3 organizações estudantis em 1968* escrito juntamente com Jaqueline Wesselius no livro *História e Linguística*, de Régine Robin (1977), há uma crítica à representação que os estudantes tinham da união com os operários.

Pêcheux e Wesselius ([1973] 1977) analisam o contexto de aparecimento da palavra luta nos panfletos impressos entre maio e junho de 1968 por três organizações estudantis. *Luta* contemplava o que foi uma das características do movimento: a fraseologia política. Ou seja, ser uma luta contra o “poder” não importando como fosse definido. Não se trata para nós de acompanhar a análise, mas de direcionar o olhar para a questão que, desde então, era inquietante. O que aconteceu, no maio de 1968, com a união entre prática teórica e prática política?

Não se tratava de dois blocos de sentidos (estudantil e proletário), da ideologia dominada unidos contra a ideologia dominante. O movimento estudantil, para Pêcheux e Wesselius ([1973] 1977), não é um movimento político autônomo. A sua consistência depende de um

³⁶ “O estranho espelho da análise de discurso” é o prefácio do livro de Jean-Jacques Courtine ([1981] 2009) *Análise do discurso político: discurso comunista endereçado aos cristãos*, em que Michel Pêcheux discute a conjuntura de aparecimento da AD.

elemento que lhe é exterior: a referência à luta de classe. Referência que, em maio de 1968, situava-se efetivamente dentro de uma conjuntura de luta, da qual o proletariado participou como elemento decisivo.

Os estudantes vão às fábricas convocar os operários em nome de uma transformação radical que, no fim, só será operada na universidade. A institucionalidade do saber deu força ao estruturalismo e não à classe operária. Se algo saiu forte desse movimento de pretensão revolucionária, foi a teoria. Não há homogeneidade na prática política, não há síntese. O princípio da luta de classes é a dialética.

Se o arrefecimento da luta política após o fim da greve é sentido como o peso das estruturas (DOSSE, 1994), era preciso *ouvir* o que vinha do interior do movimento operário. Louis Althusser faz essa escuta e suas ideias simples e insuportáveis trazem o assujeitamento como a peste (MALDIDIER, 2003, p. 68). Nas palavras de Pêcheux ([1982] 2014a, p. 273): “Era preciso fazê-lo!”. Fazer ouvir que ninguém está fora da ideologia dominante.

Nem fora, nem dentro. Como na fita de Moebius³⁷ a interpelação é uma torção e a reprodução não é uma repetição sempre idêntica. Depois da ruptura do programa comum de esquerda em 1978, Michel Pêcheux afrouxa as estruturas sem brechas da interpelação e faz uma folga na ‘maquinaria’ discursiva. As últimas publicações, bem diferentes da máquina automática de análise do discurso, apontam para uma ‘máquina paradoxal’ (MALDIDIER, 2003) que procura as transformações possíveis no ordinário do sentido.

Em *Só há causa daquilo que falha*³⁸, a certeza da dominação da ideologia dominante e o apoio em uma exterioridade radical da teoria marxista-leninista é sintoma daquilo que falha no maio de 1968: o retorno da teoria sobre a prática. ‘Algo’ escapa, retorna, tropeça e resiste. Michel Pêcheux abandona definitivamente a máquina que poderia designar o funcionamento

³⁷ A fita ou banda de Moebius leva o nome de seu autor, o matemático e astrônomo alemão August Ferdinand Möbius. A topologia é facilmente recriável em qualquer material, trata-se de uma fita onde se faz uma torção e cola-se as extremidades. Jacques Lacan utilizou alguns objetos básicos da topologia e representou a estrutura do sujeito como uma fita de Moebius. Com uma única borda, sem dentro nem fora, o avesso e o direito são contínuos, por onde o significante desliza, repete e muda. Em *Análise de Discurso* também utilizamos a topologia de Moebius para tratar a língua, que tem essa mesma estrutura reversa, onde o sujeito pode andar dentro e fora do sentido.

³⁸ A retificação de Michel Pêcheux sobre o sujeito que ‘funciona bem demais’, conforme Maldidier (2003, p. 66) é escrita em 1978 e apresentada sob a égide do preceito lacaniano, só há causa daquilo que falha no ‘seminário HPP’, isto é, no seminário coordenado juntamente com Paul Henry e Michel Plon. Somente em 1982 o texto será publicado em anexo da tradução inglesa do *Las Vérites de La Palice*, com o título *The french political winter: beginning of a rectification*.

do sentido e faz do discurso um instrumento de desmontar. Pêcheux ([1982] 2014) recupera o foco dialético e lança o olhar na divisão constitutiva do sujeito, através da língua e da história.

‘Algo’ que tem a ver com o sempre-já- aí da Ideologia, mas que também é ‘algo de outra ordem’. Como forma de introduzir o que é esse ‘algo’, que torna impossível a realização do assujeitamento perfeito, Pêcheux ([1982] 2014a) se refere em uma nota de rodapé ao processo de trabalho. A nota é um trecho da autobiografia de R. Linhart, um militante, intelectual, empregado das indústrias Citröen:

E se a gente se dissesse que nada tem muita importância, que basta se habituar a fazer os mesmos gestos de uma forma sempre idêntica, aspirando somente à perfeição plácida da máquina? Tentação de morte. Mas a vida se revolta e resiste. O organismo resiste. Algo, no corpo e na cabeça, se fortalece contra a repetição e o nada. A vida: um gesto mais rápido, um braço que pende inoportunamente, um passo mais lento, um sopro de irregularidade, um falso movimento, a ‘reconstrução’, o ‘escoamento’, a tática do posto; tudo o que faz com que, nesse irrisório quadrado de resistência contra a eternidade vazia que é o posto de trabalho, haja ainda acontecimentos, mesmo minúsculos, que haja ainda um tempo, mesmo monstruosamente estirado. Esse desajeito, esse deslocamento supérfluo, essa aceleração súbita, essa solda fracassada, essa mão que retoma a vida que se liga. Tudo o que, em casa um dos homens da cadeia, urra silenciosamente: “Eu não sou uma máquina!”

Algo: a vida. **A vida é o ponto que não podemos perder de vista se quisermos entender o que a Ideologia tem a ver com o modo de produção capitalista.** Nos recortes de entrevistas que analisamos, até parece que os trabalhadores estão totalmente submetidos à reprodução, como autômatos que respondem perfeitamente ao absurdo círculo em que são produzidos. Não se trata agora, de negar a reprodução e a interpelação. Mas, algo escapa. A afirmação do óbvio não é a marca do assujeitamento perfeito. O impossível de dizer toma forma no já-dito, não como uma posição ideológica fixa, mas como traços do que não pode ser esquecido, apagado. A interpelação não se agarra na falta fundamental do sujeito, inconsciente. Há uma *falta objetiva* que a interpelação articula. Falta que também não pode ser tapada pela evidência de um ego-sujeito-pleno:

[...] que é seu produto, porque o tempo da produção e do produto não são sucessivos [...], mas estão inscritos na simultaneidade de um batimento, de uma “pulsção” pela qual o *non-sens* inconsciente não para de voltar no sujeito e no sentido que nele pretende se instalar. (PÊCHEUX [1982], 2014, p. 276, grifo do autor)

A retificação é, sobretudo, da noção de forma-sujeito que se estrutura como um contrassenso. Algo falha do lado do Materialismo Histórico, nessa tentativa de estabelecer ‘*a forma*’, unívoca e homogênea. Algo falha do lado da Psicanálise, na relação feita entre ego e sujeito: “à força de levar exageradamente a sério as ilusões do poder unificador da consciência.” (PÊCHEUX [1982], 2014, p. 276).

Situar o trabalho no quadro epistemológico da AD nos levou a privilegiar o retorno às bases do Materialismo Histórico e a releitura althusseriana de Karl Marx. Percurso que era incontornável, pois Michel Pêcheux seguiu os passos de Althusser desde a Rua D’Ulm³⁹ e, nas palavras de Michel Plon (2012, p. 22) acaba “se mostrando mais fino dialético que seu mestre”.

Se até agora elidi referências a Jacques Lacan é porque, nelas, Michel Pêcheux carrega os impasses da leitura althusseriana da psicanálise. No artigo *Freud e Lacan*, Althusser ([1964] 1985) provoca, desde a teoria, uma abertura política no Partido Comunista Francês, contra o mecanicismo reprisado no retorno ao sujeito consciente da psicologia. Como explica Michel Plon (2012), a luta teórica de Louis Althusser era estabelecer um limite impermeável entre ideologia e ciência. Cena em que o vemos delinear o paralelo, já mencionado, entre inconsciente e ideologia:

A Psicanálise se ocupa, apenas nos seus sobreviventes, com uma outra luta, a única guerra sem memórias nem memoriais que a Humanidade finge nunca haver travado, aquela que ela pensa ter sempre ganho de antemão, pura e simplesmente por que ela só existe pelo fato de lhe haver sobrevivido [...]: guerra que se trava a cada instante, em cada um de seus rebentos que devem percorrer, cada um por si, [...], a longa marcha forçada que, de larvas mamíferas, faz crianças humanas, *sujeitos*. (ALTHUSSER, [1964] 1985, p. 61-62, grifo do autor)

Contra o sujeito centrado, o objeto científico da psicanálise (o inconsciente) rompe com o espaço ideológico das ciências naturais por pensar um sujeito descentrado. Althusser ([1964] 1985) exagera na aproximação e faz do imaginário, estrutura de desconhecimento, um decalque das formações ideológicas. Especificamente, é essa tentativa de coincidência entre o desconhecimento imaginário e o desconhecimento ideológico que Pêcheux ([1982] 2014a) abandona.

³⁹ Referência a Escola Normal Superior da Rua D’Ulm onde Michel Pêcheux frequentava o seminário de Althusser no final dos anos 1960.

Vimos estabelecendo características da relação entre labor e discurso. Na estrutura léxico-sintática onde o sujeito articula forma e sentido, vimos na ambiguidade o modo de acesso ao processo de produção do sentido de algo que – tomado apenas do ponto de vista da estrutura – não teria sentido: a ambivalência do sujeito.

Ambivalência entre vida e morte, que no labor, faz o laço entre o sujeito (necessariamente: demanda de consumo) e o social (contingência: demanda de reprodução). Sujeitos *entre* a dupla forma da *comanda social*, vimos que os trabalhadores, na tentativa de determinar o objeto, acabam definindo-o por atributos de si mesmos: *Eu é o que o eu faz*. Estrutura significante que deve fazer parte da resposta, porque o labor não pode ser só um ato de pura violência do sujeito contra si mesmo. Encontramos uma ‘tautologia da realidade’, um sujeito verborrágico⁴⁰, pois como vimos, no labor o produto do sujeito é a própria existência.

Deste ponto em diante, designaremos a tautologia que define o *discurso de labor* de *verborragia*. A hemorragia no verbo. Verbo em derrame, verbo que sangra e marca o significante que, não desaparece sem deixar um rastro, um resto. O sentido desliza, escorre e vai corroendo a unidade, pois “não há dominação sem resistência: primado prático da luta de classes” (PÊCHEUX [1982], 2014, p. 281).

E20.4: Meu primeiro emprego?

E20.5: Ah eu comecei a trabalha com, bem nova, bem, não tinha 16 anos ainda

E20.6: comecei a trabalhar como temporária, aí depois foi surgindo, peguei idade, assinei minha carteira,

E20.7: aí fui trabalhando como, é auxiliar de produção, daí ainda era jovem,

E20.8: trabalhei bastante produção, trabalhava como atendente,

E20.9: um pouco de, e assim um pouco de tudo fui fazendo.

O emprego? Eu. Comecei a *trabalhar com*: bem nova. *Comecei a trabalhar como temporária*. Foi surgindo. O que? Emprego? Eu: *peguei idade, assinei minha carteira, fui trabalhando como, é auxiliar de produção*: [Eu] ainda era jovem. *Trabalhei bastante produção*. Com produção? Como produção? A produção? Sem entrar em uma análise detalhada, quero apenas ressaltar que o referente – o sujeito ou o objeto - vai ficando opaco. Como que

⁴⁰ Sei que tautologia é um termo já carregado pelo emprego linguístico e filosófico. Enquanto procurava uma outra palavra que definisse essa ‘repetição do repetido’, procurei sinônimos para ‘redundante’. Encontrei verborrágico, na etimologia ‘o derrame do verbo’. Logo pensei na referência que fizemos a Marx ([1844] 2010, p. 34) sobre a força de trabalho ser a mercadoria que só existe na carne e no sangue do homem.

concluindo ela explica: *um pouco de tudo fui fazendo*. Fez um pouco de tudo? Ela foi fazendo um pouco de tudo? Foi fazendo?

Ser fazer. Reproduzir a própria vida é ser aquilo que dizemos sobre o que fazemos. Comecei dizendo que trabalho é discurso. Afirmção que, a partir de agora, já têm alguns desdobramentos. Vimos que o trabalhador se constitui na dimensão estranha entre a realidade do sistema (do que é experiencial) e do discurso universal. Chamamos de *discurso do labor*, o funcionamento verborrágico que marca no discurso a interpelação na prática produtiva. Vimos ainda, a estranha circularidade entre trabalho/trabalhar e os deslocamentos entre *sujeito/ser/fazer/estar*. Nesse batimento, a vida resiste. Mas como? Se ele nem ao menos é um valor! O que resta escorre e sangra no discurso.

E9.4: a gente passa mais tempo do dia a dia no trabalho hoje em dia né do que na própria casa, então o pouco do tempo que nos surge, nos resta [...].

4.1 - O Capitalista ri

E o fato de que exista assim o outro interno em toda memória é, a meu ver, a marca do real histórico como remissão necessária ao outro exterior, quer dizer, ao real histórico como causa do fato de que nenhuma memória pode ser um fracasso sem exterior. (PÊCHEUX [1983] 2015, p. 50

Resiste. Como? Responder essa última questão é tentar pensar a ideologia em referência ao registro inconsciente. Falávamos da ideologia como uma máquina de combustão, onde há uma relação entre aceleração e vácuo. Falávamos também que ela ‘pega’ no vazio que ela mesma produz. Se “o *non-sens* inconscientes, que a interpelação encontra onde se agarrar, *nunca é inteiramente recoberto*” (PÊCHEUX [1982], 2014, p. 276, grifo do autor) é porque, também na ordem da ideologia, não pode ser. **A resistência não é só um lapso do sujeito inconsciente. A resistência é a condição de existência.** Imagino que esse é o limite máximo de um ‘suposto humanismo’ que poderíamos elaborar de dentro do materialismo histórico⁴¹. **Viver é resistir, pois o capitalismo consome a existência.**

⁴¹ Althusser ([1967] 1978) em *Sobre o trabalho teórico*, destaca que as leituras que procuram o humanismo na obra de Marx fazem apenas corresponder sua descoberta filosófica às formas teóricas da ideologia dominante. Coloquei entre aspas esse ‘suposto humanismo’, pois realmente estamos muito distantes das evidências do

Se na história da humanidade a revolta é contemporânea à extorsão do sobre trabalho é porque a luta de classes é o motor dessa história. E se, em outro plano, a revolta é contemporânea à linguagem, é porque sua própria possibilidade se sustenta na existência de uma divisão do sujeito, inscrita no simbólico. (PÊCHEUX [1982] 2014a, p. 279)

Enquanto buscava estabelecer a relação entre discurso e trabalho, o trecho citado acima era para mim uma das passagens teóricas mais emblemáticas de Michel Pêcheux. Por trazer a exploração do trabalho implicando a revolta e a dialética da história e, colocar a revolta na linguagem sustentada pela divisão do sujeito, inscrita no simbólico. Como é difícil elaborar, no sujeito, o lugar da revolta frente à exploração do trabalho e como ela se inscreve no discurso! Talvez, o caminho para entender a resistência seja suportar o que é resto.

No artigo *Sujeito e Subjetividade: psicanálise e análise de discurso*, Lauro Baldini (2013) nos ajuda a entender a ordem da ideologia e a ordem inconsciente, explicando que para Lacan *a causa daquilo que falha* está na relação entre o sujeito do significante e o objeto de gozo. Suponho que a realização-irrealizável da comanda social no sujeito, implica um gozo.

Na constituição do sujeito, falar é sacrificar algo, tornando a relação direta do sujeito com o Real impossível. Ou seja, o sujeito não tem acesso a sua Verdade, ao seu desejo. O desejo não é interior – uma vontade, ele é anterior e exterior. Nesse sentido é que Lacan entende o inconsciente estruturado como a linguagem. O desejo é pura falta, o vão entre o trem e a plataforma⁴², um espaço vazio entre a pulsão de vida e a pulsão de morte. Vazio, mas não nulo. O lugar do que foi sacrificado é o objeto causa do desejo: *objeto a*.

O *objeto a* está constitutivamente perdido, como dissemos é um espaço que se determina na ordem do significante, por onde o desejo é bascular. Ou seja, cria como causalidade constitutiva da condição do Eu (je) uma estrutura ambivalente, objeto que se destaca do sujeito (e, portanto, é uma parte dele) e que é demandado pelo Outro.

Objeto que não cessa de não se inscrever, paradoxalmente, confrontando ao sujeito um ato discursivo que ele assume e que o esvazia. O Outro é onde se situa a cadeia do significante.

pensamento filosófico. Muito embora Marx não fosse um humanista, acredito que levar a sério as condições de existência do sujeito no capitalismo é o mínimo que temos de fazer se partimos do materialismo histórico como base.

⁴² Na graduação em História ouvia a expressão “perder o trem da história” para falar daqueles que não acompanhavam a historicidade dos acontecimentos políticos. Não sei bem como, mas quando comecei a estudar Análise de Discurso, relatei o Eu (moi, imaginário) à plataforma, o vão entre o trem e a plataforma ao inconsciente e os lapsos e chistes à voz que, geralmente de dentro dos metrô, diz “*mind the gap*”.

Pêcheux ([1975] 2014, p. 240) começou articulando esse Outro - que em Lacan é o *lugar* simbólico - ao lugar designado ao sujeito na formação social. Porém, o Outro não tem consistência é um espaço e só existe em função da existência do sujeito.

Embora a topologia do Outro, que articula o sujeito (je e moi) e a topologia da Ideologia que articula o social (reprodução e consumo) não coincidam, no labor, inconsciente e ideologia formam *um par ordenado*⁴³. Por que posso sugerir isso? Vamos pela pista de Lacan ([1968] 2008, p. 44), que explica a função do *objeto a* e o que ele chama de mais-gozar, em homologia a Marx e à mais-valia.

A estrutura do gozo é como um vaso – uma aparência de forma e conteúdo. Vaso que, justamente por estar vazio, assume seu valor de vaso. O sujeito é um vaso que vaza, por um furo. Condenados a enchê-lo eternamente de água, o furo é o que revela sua natureza. Pouco importa o conteúdo, mas a estrutura. O que está dentro não é um significado, mas sim um significante. Do mesmo modo o sujeito é a causa de um discurso sem fala, de um pensamento fora dele mesmo. Se partimos de uma teoria do inconsciente, compreendemos que o sujeito existe, não no sentido, mas no fora-de-sentido (*non sense*). Isso não quer dizer que o pensamento é regulado, mas que “em meu ato não almejo exprimi-lo, mas causá-lo”. (LACAN, [1968] 2008, p. 13)

O que a mais-valia designa de tão revolucionário? Não é a descoberta da renúncia ao gozo no trabalho, que, mesmo dita em outros termos, no século XIX não era nenhuma novidade. Para Lacan ([1968] 2008) Marx inventou o sintoma, porque o conceito de força de trabalho é a melhor forma teórica de demonstrar um gesto de realização impossível: Real. A novidade é existir um discurso que articula essa renúncia e evidencia nela uma função que Lacan ([1968] 2008) designará de *mais-de-gozar*: “uma função de renúncia ao gozo sob o efeito do discurso. É isso que dá lugar ao objeto a”. (LACAN, [1968] 2008, p. 19) O que o sujeito introduz é um dizer, dizer do qual o sujeito é efeito. Porém, ele não é um engodo, ou seja, algo que é por ser idêntico a si mesmo.

Há uma repetição, mas algo muda. O sujeito é, conforme Lacan ([1968] 2008) aquilo que representa um significante para outro significante. Mas, para reunir-se em seu representante

⁴³ O par ordenado foi introduzido no seminário sobre a topologia do Outro de Jacques Lacan ([1968] 2008). Noção trazida da matemática, mais especificamente, da teoria dos conjuntos, é o modo de estabelecer um ponto em um plano.

significante precisa sacrificar algo, uma perda, o objeto *a*: “uma outra coisa surge no lugar do gozo, ou seja, o traço que o marca. Nada pode produzir-se aí sem que um objeto seja perdido.”

Do mesmo modo, na força de trabalho, o sujeito é representado na troca e o que excede, resvala e cai é a mais-valia. No nível do gozo e da substituição significante que descreve Lacan ([1968] 2008), a perda é o mais-de-gozar, algo a que o sujeito é incapaz de dar um nome, mas que constitui sua unidade. O sujeito é então causado pela relação entre significantes, mas para isso deve perder um objeto, o objeto *a*.

Deixamos em aberto, na página 53, o efeito metafórico e metonímico que aparecem no *Esquema 5*. Não vamos, como fez Herbert ([1967] 1995) corresponde-los às formas ideológicas. Iremos entender a *comanda social*, para usar o termo de Pêcheux ([1984] 2014) no artigo *Metáfora e Interdiscurso*, como um ‘curto-circuito’ simbólico, ou seja, uma metáfora. Injunção entre o sujeito e o que designamos *fato vazio*. Feito esse laço ambíguo, perturbador e insólito entre algo que não é nem sujeito e nem objeto, surgem outros significantes. Após o ‘curto-circuito’⁴⁴ da máquina ideológica, a cadeia metonímica vem restaurar a perturbação, encadeamento que consolida o sujeito. O *a* se instaura como ausência e desse ponto, Real, o sujeito introduz um dizer, impossível de onde ele surge como efeito.

A formação social é uma estrutura onde a demanda social existe e funciona através de um logro. O processo faz um ‘curto-circuito’ e instaura no sujeito a *falta objetiva* ao mesmo tempo em que o excedente ‘passa’. O sujeito está articulado à troca que o concretiza por uma perda, a mais-valia. Reproduzir a si e às relações de produção requer dele um laço que sustenta o processo social. Mas, é preciso um ato de violência⁴⁵ para criá-lo, ‘algo’ se perde, resta e pede interpretação. Como a estrutura que Lacan ([1968] 2008) introduz o par ordenado “Eu é o aquilo que o eu é”, temos “Eu faz aquilo que o eu faz”.

Imagine a seguinte cena: você com uma mão tece um objeto e com a outra mão cumprimenta o capitalista. Você ouve o capitalista falando do serviço inestimável que a empresa presta à sociedade e como ela é boa também para você, já que lhe fornece os meios de subsistência. Então, ao final de sua defesa honesta o capitalista ri: “Entrementes, já recobrou

⁴⁴ Os termos de Michel Pêcheux geralmente lembram o funcionamento de uma máquina, o ‘curto-circuito’ parece ainda mais oportuno quando, pelas regras da eletrônica, ele é a conexão entre dois polos de baixa resistência entre dois polos que permite a passagem de um excesso da corrente elétrica.

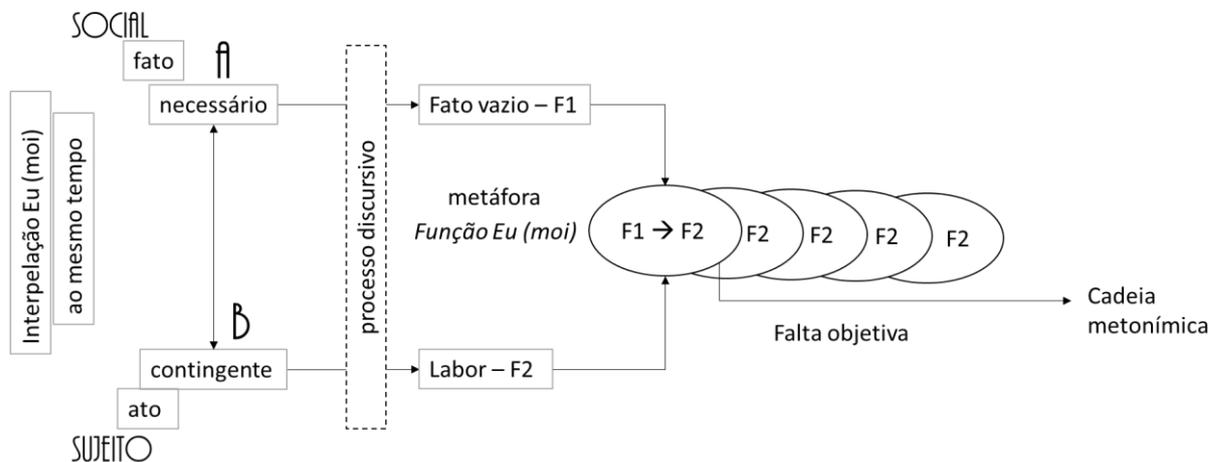
⁴⁵ Nesse ‘ato de violência’ inclui não só acidente de trabalho, a dor e ao sofrimento, mas também o labor como esse processo violento que o sujeito produz contra si mesmo.

com um sorriso alegre sua fisionomia anterior. Ele troçou de nós com toda essa ladainha. Não daria um centavo por ela.” (MARX [1867] 1996, p. 310).

O capitalista ri porque não está dizendo tudo. O riso pega como o efeito do chiste, o choque e o passe de mágica com que a mais-valia se realiza. Com a outra mão o capitalista desmancha o tecido. Para o sujeito, algo se perde e não há síntese possível para essa dialética. No sujeito entre o dualismo das pulsões, a vida resiste, mas não há sentido possível. A vida não se resolve: permanece ambígua. Lacan ([1968] 2008) sustenta a nossa lógica e afirma que o discurso capitalista, da mais-valia, acarreta uma posição de Eu (moi) no sistema que não é a do capitalista, mas a do trabalhador:

“Sem dúvida, o trabalhador é o lugar sagrado desse elemento conflituoso que é a verdade do sistema, e que emerge quando um saber, sustentado de forma tão mais perfeita quanto mais é idêntico à sua própria percepção no ser, dilacera-se em algum ponto.” (LACAN, [1968] 2008, p. 38)

O labor sustenta o valor da renúncia ao gozo, um saber. Labor é o significante que é demanda do Outro, e já não importa de onde vem. Refazendo o esquema:



Esquema 10: Par ordenado <Ideologia, Inconsciente>

Na estrutura do *par ordenado* <F1, F2> articulam o ato de violência *ao que se espera dele*. Sendo F1 o ‘já-lá’ da estrutura, que é o *fato vazio*: {{F2}, {F1, F2}}. O F2 representa o sujeito e o conjunto {F1, F2} a relação com o saber. O significante F2 é uma repetição do sujeito

que produz uma *função*⁴⁶, pois o sujeito só pode se inscrever na repetição infinita de si mesmo e por isso, não fica fora de uma relação exterior ou interior, mas do *saber* absoluto, daquilo que constitui sua função. Estrutura lógica onde a realidade última do objeto causa do desejo não é uma perda de algo antes lá, mas de um objeto sem imagem. Um significante. O *saber* produzido no labor, está barrado para o sujeito que dele é efeito. O sujeito nada sabe.

E9.5: Como é que eu faço, hoje eu sinto dor nos meus braços irritação nos meus olhos o que que eu faço? Como é que eu volto pro mercado de trabalho?

E9.6: Quero saber onde que eu, qual o procedimento, fui até nos advogado pra saber, então to nessa batalha aí, pra saber.

E9.7: É tudo muito... e eles não querem saber né.

E9.8: Eles não querem saber, eles vão cortar minha luz, eles vão corta minha água se eu tiver dinheiro pra comprar comida eu não como, e aí eu faço o que?

E9.9: Qualquer coisa, trabalha doente, mal, não tenho recurso, não tenho o que, faço o que?

E9.10: Porque os empresário não querem saber, eles querem recebe, quem tá trabalhando tá ali se ralando.

E9.11: Hoje eu me vejo o que?

E9.12: Porque como te falei, o empresário quer ganhar, não quer saber.

A relação com *o saber* pode parecer um pouco literal. O trabalhador questiona o saber, mas saber do saber que não se sabe não concretiza nenhum saber: *não tenho o que, faço o que?* Partindo da noção de mais-de-gozar, vamos fazer uma homologia ao inverso com Lacan ([1968] 2008). A falta objetiva produzida, necessariamente, para que possa emergir no capitalismo um sujeito consumidor se instaura como ausência. Um fato⁴⁷. Como tal, o fato encerra um dizer, um ponto impossível que instaura a Verdade como sintoma de uma falta que é estrutural e que não pode dizer-se: *como te falei o empresário quer ganhar, não quer saber*.

Nossa pergunta já não é o que resta para o sujeito. Estamos diante da estrutura que resta e ainda assim, não há como dizê-la. O que resta para o sujeito é o discurso. *Será preciso sustentar o que é o resto para o sujeito*. Diante da topologia paradoxal entre falta e excedente

⁴⁶ A função da falta objetiva estaria para a constituição social, assim como a função do *objeto a* está para a constituição fundamental do sujeito.

⁴⁷ Lacan ([1968] 2008) explica que a experiência, por si só não constitui o sujeito. Para isso é preciso que ela se torne um fato, é preciso que a ela se articule um significante.

o sujeito vai repetindo, fazendo círculos que: “só fazem indexar essa identidade” (LACAN [1968] 2008, p 58). O Real é também aquilo que não pode não ser assim, uma contingência. O labor é um dos pontos de cisão do sujeito que se estrutura e, sem objeto, se engaja no significante.

A relação é de demanda, mas: “Na medida em que é do lugar do Outro que depende a possibilidade do sujeito, no que ele se formula, é das coisas mais importantes saber que o que o garantiria, ou seja, o lugar da verdade, é, em si mesmo, um lugar vazado.” (LACAN [1968] 2008, p. 58). Afinal, o discurso é o único ato possível de se tornar um fato. Para o sujeito o trabalho não existe⁴⁸, é puro saber hiante.

4.2 - Trabalho, objeto paradoxal

Começamos a compor uma resposta para *que resistência é essa e como ela se dá* e acabamos criando outro problema. Acontece que estamos no domínio onde as ‘faltas’ se encontram, ponto onde se abre o espaço do equívoco. Na ordem da história, o que chamamos de *falta objetiva* é o irrealizável da comanda social. Na ordem da língua, a falta é o impossível de dizer tudo e de não dizer, já que o sentido pode sempre vir a tornar-se outro. No sujeito (*je*) a falta é o que lhe é próprio. Um desejo que não corresponde a nada no mundo, não tem conteúdo. O sujeito é uma forma que o dizer introduz. Como dizer do labor, a *falta*? Como dizer o irrealizável? Se não existe ‘*trabalho*’ ao que todos se referem? Que ‘*trabalho*’ aparece no jornal, nos livros, que é aquele que liberta ou aquele à que deveríamos nos dedicar ao invés de pensar em crise?

Vimos, duas estruturas. Primeiro, o *trabalho* como pré-construído no subcapítulo 3.1 e, no subcapítulo 3.2 quando nos deparamos com sua ambiguidade lexical. Ora, não é essa mesma a característica do pré-construído? Se tomarmos *Trabalho* como um nome próprio⁴⁹, conforme Pêcheux ([1975] 2014, p. 90), no desdobramento do discurso-transverso – que, afinal, são perífrases – o apoio lexical inicial desaparece. A estrutura sintática autoriza o esvaziamento do

⁴⁸ A visão pode parecer pessimista, mas ao menos parece ser a que apresenta com mais clareza a doença da acumulação de que padecemos e, quem sabe, não seja esse mesmo o momento em que a humanidade, ao ascender ao céu puxando-se pelos próprios cabelos, acaba arrancando sua própria cabeça.

⁴⁹ Nome próprio é termo a que nenhuma determinação pode ser aplicada, pois ele é a determinação levada ao extremo.

objeto a partir da função. Objeto paradoxal, tal como descrito em *Delimitações, inversões e deslocamentos*:

[...] ‘objetos’ [...] que são ao mesmo tempo idênticos e antagônicos em relação a si mesmos, quer dizer, cuja unidade é submetida a uma divisão: o próprio da luta ideológica sob a dominação burguesa consiste em desenrolar-se em um mundo que não acaba nunca de se dividir em dois. (PÊCHEUX [1982] 1990, p. 12)

Ou seja, significantes que são objeto de disputa na luta de classes e funcionam como unidades divididas. Se há um objeto esvaziado pela função, é o *Trabalho*. Sendo um processo, é um campo paradoxal e imprevisível. A ambiguidade é constitutiva e estruturante. No testemunho, quando os trabalhadores buscam o nome próprio e tentam, a partir dele, determinar o que fazem, o significante se esvai. O *Trabalho*, apesar do nome, parece significar outra coisa.

Então, quando o trabalhador descreve a função, e repete, causa um corte na linearidade, pois a finalidade é paradoxal. É função. A realização-irrealizável da *comanda social* divide o sujeito: a contradição é da/na ideologia. Ocorre no interior das práticas, nelas e contra elas, o sujeito falha, resiste sem que tenha de ir fazer isso ‘em outro mundo’ ou ‘fora da ideologia’.

O sujeito, ao encenar a evidência no palco das práticas sociais, se depara com a *Outra cena*. O gesto produtivo é onde falha todo o saber. A barra entre trabalho/trabalhar: barra. Mas o significante desliza à revelia do sujeito. Na estrutura da língua, instaura a metáfora ser/fazer que constitui o sujeito, engendra o gozo no processo de ser meio no meio de funcionamento. Tenho/não tenho, consigo/não consigo, é/não é, fazer/não fazer. Processo em que o sujeito se constitui, determinado como ponto na cadeia significante. Na cadeia metonímica, onde o sujeito tenta se rearranjar e organizar o estranhamento, a Verdade se deposita e a encontramos nos restos léxico-sintáticos.

Nunca poderíamos entender o que essa “causa” que “falta” é na ordem da História sem ter feito todo o caminho do trabalho no marxismo e no materialismo. O Real da História - enquanto a história for a forma da dependência material - é a luta de classes. Se Pêcheux pôde questionar se: “há um impossível de dizer, marcando o real da história” é porque **na formação social capitalista o impossível de dizer (e de não dizer) que marca o Real da História é a exploração do trabalho.**

O *Trabalho* é um objeto paradoxal, efeito sem causa. Realidade complexa que não se confunde com os AIEs e nem tem seu sentido regulado pela palavra. Apreensível apenas como

processo, a base sintática é o que lhe comporta, nas repetições, *verborragias* e falhas. Só que estes traços de reprodução apontam também a resistência, pois como afirma Ferreira (1994, p. 10, grifo da autora): “[...] a falha, a fissura, o deslizamento não são índices negativos, são **lugar de resistência**, lugar do impossível (nem tão impossível) e do não-sentido (que faz sentido)” e do que não se sabe (que se sabe) que a disjunção abre. No fio do discurso a ambiguidade entre verbo e substantivo marcam o laço, lexical, onde o significante retorna. No recorte:

E4.5: [...] primeiras coisas que a gente tem que faze é trabalhar na vida né, para sobreviver.

O que é aquilo que tem que. Fazer é trabalhar na vida. A coerção tem que – que é demanda do Outro - supõe o consumo como referente, alhures, visível no ter. Aí está o equívoco que inscreve o inexistente constitutivo, pois ter depende da repetição do fazer, que como vimos é desencadeador lexical de pressuposto. A partir do significante fazer, a finalidade pode (finalmente!) deslizar: para sobreviver. A resistência se instaura entre a comanda e sua lacuna. Por que, de fato o que tem é falta!

No texto *Falta do dizer, dizer da falta: as palavras do silêncio*, Jacqueline Authier-Revuz (2014) pensa as modalizações que apontam para a falta constitutiva do dizer. Assim como a autora, também buscamos na linearidade do discurso os traços de uma falta constitutiva. No testemunho, o laço é uma costura que suspende “o que vai por si mesmo” (AUTHIER-REVUZ, 2014, p. 263) e o seu tempo é o de uma interrogação, *né?*

A repetição que produz o sujeito também produz o Outro que lhe dá consistência, *não é?* Os deslizamentos são lugar de resistência e onde a interpelação e a ilusão do sentido unívoco nascem com a palavra, o sujeito vacila. Frente à falta, o *né* é a marca do estranhamento em meio as determinações. Uma dúvida que *ecoa e encadeia*, fazendo uma costura aparente, expondo na língua ao mesmo tempo a falha e o seu concerto.

Vimos que a elipse (pela falta) e a incisa (pelo excesso) introduzem as marcas do que é próprio da ordem da língua: a repetição, o equívoco, os lapsos, as falhas. Acontecimentos que rompem o fio discursivo, deixando a lógica dos objetos à deriva: “o objeto tem e não tem esta ou aquela propriedade, o acontecimento tem e não tem lugar [...]” (PÊCHEUX [1983] 2012, p 52).

Há pontos de deriva, deles que iremos nos ocupar agora. No Esquema 10, estabelecemos o labor como um significante barrado de onde o sujeito desdobra um discurso.... Ou um sintoma, uma doença, uma dor. No sujeito, o significante não tem dentro e fora, pode ser língua e pode

ser corpo. O retorno do significante nessa organização se dá de várias formas que, assim como a poesia, não são o domingo do pensamento (PÊCHEUX [1983] 2012).

Se a ambiguidade não é um erro de gramática, então o *acidente de trabalho* não é um descuido. O arquivo parte de algo que já aconteceu no corpo, um trauma. O testemunho, como vimos, vai tentar dar conta de simbolizar e inscrever o acontecimento. Talvez a tragédia do laço social ainda não esteja bem clara, porque é difícil dizê-la: o ponto de resistência à exploração é o mesmo da interpelação. Lá onde ele res(existe), será novamente interpelado.

Olimpia Maluf-Souza (2014), propôs esse jogo de palavras entre resistência e existência no texto *Entre o inconsciente e a ideologia: a (R)existência como modos de existência do sujeito*. Na aproximação teórica, ela retoma Freud para quem a resistência se dá, principalmente na transferência⁵⁰ em que as pulsões de vida e morte concorrem para a manutenção do sintoma ou para a construção de uma verdade do sujeito. A partir da transferência Maluf-Souza (2014) relaciona resistência e existência que contém, respectivamente, um desejo e um destino. Aqui o ponto onde queremos chegar desencontra a referência nas formulações da autora, para quem a relação existência/resistência ultrapassa a eficácia da interpelação. Destino e existência para nós têm profundidade, pois não é qualquer destino, qualquer existência. Mas a forma de existência determinada na formação social capitalista.

Apesar disso, a relação é engenhosa e nos permite alguns avanços. Se por um lado a resistência instaura “o sujeito em uma outra ordem da qual ele não é apenas escansão, apenas um mero repetidor da ideologia de seu tempo” (MALUF-SOUZA, 2014, p. 67), como vimos, é justamente repetindo que isso acontece. O que quero dizer, afinal, é que nas classes dominadas, nem tudo o que resiste à ideologia vem de uma ‘manifestação do inconsciente’.

Nem toda ruptura com o ciclo da repetição visa romper a repetição da ideologia dominante, mas produzir nela, dia após dia, um lugar possível na “liberdade sem limites e na submissão sem falhas” (ORLANDI, 2013, p. 50) do consumo. A resistência não é só uma não-inscrição, é preciso resistir para existir, pois não há outra ideologia em que se inscrever. Só existe um mundo, o que falha não é um pinga que escapa, mas o que transborda... o dizer, o corpo, o gesto.

⁵⁰ Existe um tipo de transferência entre o sujeito e a formação social capitalista? Se na renúncia ao gozo o objeto que se desprende é *objeto a*, como apresentamos no par ordenado, é também porque há uma demanda do sujeito que o atrela ao Outro.

A escuta da história do trabalho de cada um dos entrevistados começa com uma ida ao médico (a) do trabalho. Às vezes eles já iam contando o acidente. Às vezes eu perguntava: *o que aconteceu?* O conteúdo da resposta desaparece. Na escritura fica a sensação de que pouco importa o que aconteceu:

E4.17: Ah! Se eu tivesse bem eu ia continuar na minha profissão! Eu ia continuar, porque... exatamente, é o que eu gosto de fazer, serviço de manutenção, serralheria, essas coisas tudo, caldeiraria. Se eu tivesse bem eu quer... eu queria continuar fazendo.

O discurso do labor é complexo e sua estrutura na memória face ao acidente de trabalho nos remete ao acontecimento no corpo de algo com o sujeito tem que se reaver. Mas qual a condição legível para o que não cessa de não se inscrever? Começamos, com base em Campos (2016), pensando que o trabalho vai delinear uma estética de existência. Delineado, traço, desenho que mesmo em um pano quadrado dá forma de uma visão em perspectiva à realidade. No discurso que materializa essa estética as margens são a ordem da língua e o que é próprio de sua constituição são os pontos de fuga.

O ‘mesmo’, a repetição, as margens que organizam o espaço de memória são, antes de tudo um efeito material e a verborragia é o espaço de “repetição literal dessa **identidade material**” (PÊCHEUX [1983] 2015, p. 47, grifo meu). No labor, o que aconteceu marca a forma como cada trabalhador se narra. Na vida, na função, esse acontecimento faz uma torção e a repetição abre outras possibilidades de articulação e de resistência. Mas não fora da reprodução, pois é preciso existir!

4.3 - Eu, a promessa e a satisfação: três relações com o trabalho

4.3.1 – ‘Eu sou deus’: a fabricação

Ancorada nas reflexões que construímos até agora, trago três recortes de trabalhadores que tem um rearranjo específico frente ao *trabalho*. O primeiro é o nosso principal contraste entre labor e trabalho. Como *Tyve: o leiteiro*, temos ‘*João*⁵¹: *o marceneiro*. A relação com o

⁵¹ Escolhi um nome genérico que não corresponde com a realidade. Fiz isso porque colocar ‘nome’ entre parêntese, ou fulano, acaba por esmaecer o que dizer o nome representa no recorte E12.3.

saber é diferente, nos recortes a mistura entre pessoa/coisa, não são motivo de angustia. O *ser/função/fazer* parte de uma certeza:

E12.1: que eu entrei de marceneiro, mas eu sempre trabalhei como, em, com madeira, marcenaria, sempre foi essas coisa aí.

E12.2: Eu sempre trabalho com madeira, marceneiro, depois fui ã, laminador que é fazer esse serviço aqui de lâmina, colar compensado, fazer porta.

O referente para o sujeito é o trabalho: como, em, com madeira. Marceneiro, laminador, fazer porta. Existe um *saber* da experiência, do lugar que parece ocupar o sujeito, habitá-lo e fazer dele, aparentemente, senhor em sua morada. As marcas da ambiguidade não são furos, no sentido de que não marcam ausências. Ferreira (1994, p. 93) explica que a ambivalência, ao jogar com as oposições, por vezes, não separa. Antes, parece conciliar os termos. Há uma injunção. Afinal, o fato que constitui o sujeito como efeito significativo não é vazio. O trabalhador intitula-se:

E12.3: Eu, pra mim o trabalho me, me, foi o que me, me fez eu, o João.

O trabalho funciona como pré-construído e sustenta a existência eficaz do sujeito, pois esse ‘algo’ que é ‘alguém’ a *saber* é o que ele faz. O trabalho é o lugar, e estabelece a unidade referencial que determina o sujeito. *Eu faz o que faz o eu*. Origem de si, de seu dizer e de seu fazer: o marceneiro é Deus!?! De segunda a segunda (se) erige o/no mundo. Quero salientar que o discurso não é só a base material. É, sobretudo, a forma que a relação com o *fazer* se reveste e se desdobra. Vimos que a ideologia interpela, enquanto prática, no gesto produtivo e se articula no valor de renúncia ao gozo.

Ato, que articula o objeto causa do desejo à demanda e a partir daí, já não importa a realidade, não importa o objeto produzido e endereçado ao mundo. Nesse sentido é que o trabalho não existe. Ele apenas se intromete! O sujeito intitula-se, mas hesita: o trabalho *me*. *Me, me, me*. A repetição marca a estrutura, como se o trabalho é que estivesse investindo o marceneiro. E está. A *comanda social* – a Ideologia - não é uma abstração, ela funciona. A exploração tem léxico, estrutura sintática e espessura semântica.

Para nós, esse lugar de resistência que é a língua suporta a inscrição da existência. Talvez por aí é que podemos dar consistência à possibilidade de revolta sustentada na existência

de uma divisão do sujeito, inscrita no simbólico. A reprodução é uma lógica que tem consequências, parafraseando Lacan ([1968] 2008) saibamos disso ou não.

4.3.2 – ‘Deus vai fazer’: o labor

Diferente do marceneiro, há dois recortes em que, na torção o sentido se desloca e leva a uma ressignificação. Nos deslizamentos entre função/eu, ter/estar, ser/fazer, iremos notar que a ruptura se estabelece a partir do *ter* e do *fazer*. Adianto que as ressignificações não são nada extraordinárias. Não são acontecimentos memoráveis na história da humanidade. Talvez devessem ser... De qualquer modo, são posições possíveis que surgem como efeito, após o acontecimento no corpo. O acidente introduz novas condições: o não trabalho e o sem trabalhar. Ora, sem labor, o que o Eu (moi) faz? Novamente, a partir desse significante, *fazer*, que o sentido irá deslizar:

E15.1: Por que eu tinha minha família né, todo o tratamento, mas faltava algo que me preenchesse assim, que me dissesse, filho, eu to aqui eu to contigo, sabe, confia, eu precisava disso e eu não tinha, preencheu algo assim que me fez entender que se eu tiver uma comunhão diária, se eu tiver uma oração e se eu vive[] deixar ele tomar conta da minha vida, eu não preciso fazer nada, simplesmente ele faz.

E15.2: Sabe, então assim, eu tenho uma promessa e Deus deixou essa promessa pra gente [...]

Conforme descreve ‘algo’ que faltava, ‘o que’ ela precisava e *não tinha*, vemos aparecer a conexão com uma posição em que a trabalhadora se inscreve: o que vamos supor que seja uma *formação discursiva evangélica*. O deslocamento ocorre a partir das condicionais em torno do *ter*. *Se tiver, se tiver, se eu vive[]*, um lapso, *deixar*, eu não preciso *fazer* nada. Deus vai *fazer*. Não ‘*tenho que*’ se ‘*tiver o que*’, se tiver referente. *Vive[]* é um ato falho bem-sucedido, pois sem o trabalho como lugar onde *ter/estar*, se ‘eu vive’ é por que alguém vai *fazer*.

Chama atenção, no recorte seguinte que nessas condições o *ter* é uma promessa. Vimos substituições entre viver e trabalhar, ambiguidades entre viver e fazer, ser e fazer. Mas que substituição é essa entre *viver e deixar*? Essa substituição é que muda a relação com *fazer* e inscreve a trabalhadora em outro lugar. Um marxista clássico ressuscitaria o aforismo ‘a religião é ópio do povo’ e discutiria essa substituição como uma permuta de uma alienação para outra. Geralmente essa frase vem carregada de uma postura teórica arrogante, ligada a “ [...] velha

certeza elitista que pretende que as classes dominadas não inventem jamais nada, porque elas estão muito absorvidas pelas lógicas do cotidiano [...]” (PÊCHEUX, [1988] 2012, p. 52).

Espero ter tornado claro que esse deslocamento não tem nada de simples ou de ignorante. Pelo contrário, seu traço é belo e poético⁵², pois, lembrando o contexto geral da frase de Marx ([1843] 2010, p. 147): “A religião é o suspiro da criatura oprimida, o ânimo de um mundo sem coração, assim como o espírito de estados de coisas embrutecidos.”

A demanda do Outro, o *fato vazio*, a existência do saber é uma aposta. Não exclusivamente sustentada no labor, mas *necessariamente* sustentada e ligada ao Outro por um significante. *Religião, Trabalho* são objetos paradoxais capazes de amparar o lugar simbólico do saber a ponto de manter o *sujeito de consumo* na promessa do devir que é o capitalismo. A *divisão do trabalho*, como já vimos, ganha uma representação universal, a Ideologia. Ao aprofundar a relação do sujeito com a produção sentimos os efeitos dessa força. Se não correspondemos inconsciente e ideologia, ou o Outro e a Ideologia é por que as entendemos como estruturas paralelas e não sobrepostas. A Ideologia é uma forma simbólica de coletividade. O Outro é extensão, o espaço. A Ideologia é posição, o lugar.

4.3.3 – ‘Eu vou fazer o que eu não vou poder fazer’: a satisfação?

Deixei o mais complicado para o fim. A única definição que seria explicitamente otimista do trabalho: satisfação. Será que há uma resignificação? Não é preciso trazer novamente o funcionamento da metáfora do Eu (moi) no labor e a *função* que a partir dela estabelece a cadeia metonímica. A diferença está no *acidente* e os sentidos que dele decorrem. Marca no corpo da interrupção do ritmo do labor, a trabalhadora sofreu uma fratura e *paralisou*:

E6.1: [...] aí não tem condições de trabalha aí no momento eu to parada do trabalho.

E6.2: [...] eu to trabalhando tão bem de repente eu fico mal, né, aí e ninguém aceita, porque onde tu for trabalha tu tem que produzi, tu tem que né, e eu sempre fui de fazer isso aí né [...]

E6.3: [...] só que chego a um ponto que eu não tive mais condições porque eu paralisei né.

{ Eu: hm, tu teve ...}

⁵² E rezar poderia muito bem ser parte da rima em *Meu caro amigo*, de Chico Buarque de Holanda (1976): É pirueta pra cavar o ganha-pão / Que a gente vai cavando só de birra, só de sarro/ E a gente vai fumando que, também, sem um cigarro / Ninguém segura esse rojão.

E6.4: É eu tive eu fiquei três semanas paralisada né. [...] E aí eu perdi a função totalmente né.

No recorte E6.1 *estar* parada *do trabalho*, a preposição *do* já permite que o jogo trabalho/trabalhar deixe o sentido ambíguo. Temos que escolher: *eu to parada do/de trabalhar (verbo)?* Ou então, *eu to parada do/por causa do trabalho (substantivo)?* Ainda, *to/estar* parada poderia significar *ter sido parada*. A equivocidade lógica que a ambiguidade do enunciado abre leva a questões que, ao mesmo tempo, parecem absurdas. Por que dizer desse modo e não de outro?

No recorte E6.2, a injunção. Força impetuosa do que é impossível de dizer, onde o sujeito inverte a demanda: *tu tem que produzi, tem que né*. Lá vai a língua, lambar as feridas. Por um lado, o *tem que* é o fato linguístico que inscreve o sujeito na comanda social, e, portanto, na Ideologia como lugar de existência. Por outro, o *tu* é o significante transferencial que, como vimos, é o mais poderoso meio de resistência do sujeito. Dizer da dor, dizer da falta, falta do dizer. A dificuldade em nomear, porque *eu sempre fui de fazer*. O *fui*, não é o passado do verbo *ir...* é o passado de *ser*. Novamente, *ser de fazer*. O que salta aos olhos é que o *fazer* é precedido da preposição, é a qualidade da trabalhadora: o modo, a origem, a posse, ... de fazer.

Vimos em Arendt ([1958] 2001) que a dor física é a experiência menos comunicável, a maior alienação possível. No recorte E6.3, o *ter* transborda o sofrimento que se deu no corpo, *não tive mais condições* e paralisa. O corpo paralisado, *não está ou tem...* No recorte E6.4, *o corpo fica: fiquei paralisada*. Sem *ter* condições, sem ter lugar, perde a *função* e junto com ela o *fazer* se esvai.

Quando Michel Pêcheux ([1988] 2012) analisa a eleição de F. Mitterand na França em 1981 com base no enunciado *On a gagné!*, ele fala que inúmeros enunciados buscavam **prefigurar** o acontecimento. Abaixo, podemos notar o mesmo movimento de antecipar a imagem improvável. A trabalhadora se recuperou, mas a paralisia está em um tempo incerto e segue ligada ao fazer do corpo pelo trauma do acidente:

E6.5: [...] porque se um dia eu não puder mais caminhar eu vo ta consciente que aquilo que eu tive o desejo de fazer e o lugar que eu desejei estar eu estive, sabe.

E6.6: Então assim ó, eu to tentando fazer aquilo que eu sei que eu não vou poder fazer.

E6.7: Então defini trabalho é alegria, é satisfação.

A conexão *e* liga as orações no recorte E6.5: *o que/aquilo que* eu tive desejo de fazer. E *o lugar que eu desejei estar: eu estive*. O que ela fez com o que teve desejo de fazer? O conector *e* fica sem sentido. No *fazer ...estive?* E no *lugar: estive*. O labor está sempre lá “nas profundezas de um paradigma que estrutura o retorno do acontecimento sem profundidade” (PÊCHEUX [1983] 2015). Algo que não se inscreve, se marca. O desejo de fazer é o lapso onde encontramos o sujeito. Equivocidade entre fazer e estar que não se cristaliza. A ambiguidade unifica as duas posições em um sentido estável. Estável, muito embora escape ao sensível e se encontre apenas no ponto em que não está.

Por fim, a *verborragia* que dá título ao subcapítulo. Ou melhor, o que eu pensava ser uma *verborragia*. Se trata de uma repetição, mas ainda assim algo muda. Algo, no meu ponto de vista, extraordinário. No recorte E6.6 há uma prefiguração: *eu não vou poder fazer*. Mesmo frente a impossibilidade física e a instabilidade do acontecimento no corpo, a estrutura estabiliza a contradição. Se pudéssemos resumir todas nossas estruturas até agora, concluiríamos alguma coisa como: *O que faz está e quem diz ‘o que’ é ou tem que*. Se, como vimos nos recortes E6.3 e E6.4, sem *fazer* não há *ter*, então podemos entender o desdobramento do recorte E6.6. *O que* ela faz, isto é, *o que* o Eu *está*, isto é, *o que* o Eu *é*: é tentar. Relação que muda em função do significante *poder*. Deslocamento que ocorre porque *estar* depende da relação com *fazer o que não vai poder*. O *ter que fazer* se ressignifica em *tentar fazer o que*.

O que é trabalho? Para o sujeito não é satisfação. Para a trabalhadora paralisada, que não vai poder fazer, também não é trabalhar. Mas não é o trabalho dela que corresponde a alegria e satisfação. *Definir trabalho* é alegria, é satisfação. O que nos leva de volta a afirmação do óbvio. Por que *Trabalho* é objeto paradoxal e funciona como pré- construído: é aquele que é alegria, é qualquer um que é alegria, é tudo o que é alegria, é aquilo que é alegria, é o que é alegria, é aquele que é satisfação, é qualquer um que é satisfação, é o que é satisfação, é tudo o que é satisfação, é aquilo que é satisfação.

Repetir. Reiterar. Reproduzir. Resistir: o deslocamento do sujeito

Há uma frase que escrevi no final de um dia de escuta no sindicato que resume o sentimento de incompletude frente a análise das entrevistas... Mesmo que algum dia exista uma palavra que possa abarcar o sentido do peso, da falta e da dor na exploração do trabalho, ainda assim, seria preciso dizê-la aos berros. Não vai ser possível terminar, esgotar o assunto, dizer tudo.

Analisei as partes possíveis de aproximar, teorizar e até de recortar. Embora pontuais, muitas outras questões igualmente profundas e densas não foram sequer mencionadas: a aposentadoria, a demissão, a oposição entre trabalhar e estar em casa, a descrição do Eu (moi) como mercadoria descartada, repetidas e complexas inversões entre, por exemplo, *pão e não*. Ou *eu e deu*.

Também evitei recortes de descrições específicas da dor e do corpo, por duas razões. A primeira é porque, sinceramente, são testemunhos difíceis de suportar. Seria desrespeitoso apenas suscitá-los sem o devido suporte teórico. Logo, e essa é a segunda razão, seria preciso uma outra dissertação para dar conta de pensar ideologia, sujeito e corpo no *discurso do labor*.

Arquivo, memória, ideologia, materialismo histórico.... Por que não um mestrado em História? Existem perguntas que o campo da História não escuta. Nem pode, não sem deixar de ser o suporte, o contexto e o limite das ciências humanas. Nesse aspecto a História é como outras áreas da Linguística, mesmo quando admite a ambiguidade, é só para tentar resolvê-la. Assume a incompletude constitutiva dos fatos, com a ressalva de uma interpretação legitimada cientificamente (interpretação sempre seguida do cortejo dos dados econômicos, sociológicos, linguísticos, psicológicos, antropológicos...). Ora, pouco importa que os historiadores não chamem isso de verdade, ainda assim a História acaba como uma hipótese que ‘fala por si’⁵³.

A Análise de Discurso permite analisar a tessitura da História, sem tentar tapar os furos do que escapa à interpretação atribuindo consciência ao sujeito ou sentido concreto à sua fala. Se o sentido fosse unívoco, se o sujeito fosse senhor em sua morada, se não houvesse falta, a língua não teria por onde deslizar. O lugar possível e impossível da língua e do sujeito é o que confere realidade a História.

⁵³ Pode parecer que eu detesto minha área de graduação, o que não é verdade, eu a amo, por isso brigamos tanto.

Se fosse possível encontrar em documentos, fotografias, objetos, os significados e conteúdos fechados a História encontraria o seu Fim, seu Espírito, autodeterminante e autônomo, do sujeito racional. Teríamos antes um novo tipo de teologia e não uma ciência. Mas a História insiste no eterno retorno às verdades universais e na busca das origens⁵⁴. Se há uma *'funzione'* na comanda social é esta: de sempre nos levar por mãos invisíveis a embarcar no trem do progresso.

Sáímos do coração do problema em Marx, buscando ressignificar o lugar que atribuímos ao *trabalho* em AD. Trouxe o que designamos de *falta objetiva* para pensar, na produção, o laço do sujeito no social. Lugar prático, com função prática, onde o sujeito deriva entre necessidade e contingência, eclipse e incisa, injunção e dispersão, metáfora e metonímia... O insuportável da significação do trabalho é sintoma da estrutura, da realização-irrealizável da comanda social. Rearranjo im(possível) do que esquecemos todos os dia, que ecoa e projeta uma estética no vazio.

Somos atravessados pela história na medida em que produzimos. Ninguém pode estar fora da relação com o trabalho. A exploração do trabalho é a dialética da Infraestrutura, dialética que a Ideologia assegura. Faz isso representando a comanda social como universal e representando a demanda produtiva como demanda de consumo do sujeito. O processo é alienado e do lugar vazio da necessidade emerge o sujeito do capitalismo: um consumidor. Encontramos em Hannah Arendt o suporte para pensar o que a reprodução tem a ver com a vida.

Só no interior de uma teoria materialista do sentido, da crítica à afirmação do óbvio eu poderia dar conta de analisar e suportar o que resta para o sujeito nesse processo. Se não estamos condicionados à troca e a interpelação ideológica é uma prática (nos sentidos e que não é uma ideia de trabalho que interpela o indivíduo em sujeito), o que interpela o sujeito? A língua é o espaço marcado pela ambiguidade vida/morte que se repete materialmente. O que designamos *verborragia* é o efeito de sentido do que podemos apreender da relação entre sujeito e labor. O discurso do que não pode ser dito e de onde o sujeito resulta como causa de si! O *discurso do labor*.

⁵⁴ Afinal, como poderíamos resistir à tentação de saber A Origem? O pecado original é, literalmente, uma busca da origem na 'Árvore da Ciência'. Adão e Eva teriam provado o fruto da árvore do saber e, foram por isso, expulsos do paraíso. Coincidentemente, ser expulso do paraíso nada mais é do que, para o homem, pagar com o suor do rosto o preço da reprodução de si: o trabalho. Para a mulher, sofrer no corpo a dor da reprodução da espécie: labor. Trabalho é renúncia ao gozo e acesso ao saber.

Afinal, ao longo do texto o desenvolvimento das análises e a relação teórica parece correr tranquilamente. Porém, passei meses incomodada, pensando, o que torna possível um enunciado como “O trabalho é tudo”!? Transparente, óbvio, evidente, mas que não diz nada. Tudo e nada são tão sinônimas quanto viver e trabalhar. A repetição é um fato vazio: a função é função, trabalho é trabalhar. Contradição que sustenta a interpelação e está marcada na estrutura significante. A evidência do Eu (moi) é simultânea à determinação do objeto.

Mas a vida é o nosso ponto incontornável, pois “não há dominação sem resistência: primado prático da luta de classes, que significa que é preciso *ousar se revoltar*.” (PÊCHEUX [1982] 2014a, p. 281). Do ponto de vista do *labor*, se a Ideologia é a tentativa de coincidência entre o vivido e o simbolizado, podemos ao menos ter certeza de que - e não importa o quanto o capitalismo avance - alguém sempre poderá teorizar a exploração do trabalho. Enquanto houver ser vivo incapaz de simbolizar a própria morte, a vida se revoltará contra a repetição e o nada.

Como vimos, na dialética das pulsões não há síntese, a vida resiste, mas não se resolve, permanece ambígua. Transborda. Um efeito que retorna, sempre o mesmo, corrosivo, derramado na *verborragia* em que o referencial vazio (re)convoca o sujeito por um significante que não cessa de não se inscrever. A unicidade da língua e do sujeito vacilam, a vida insiste e reexiste, escorre, escapa pelo corpo e pelo discurso.

A Ideologia não é uma ideia falsa, uma mentira. Estamos frente a Verdade do sistema capitalista: o aumento da produtividade. Saber exterior, estranho. Comanda austera que o sujeito confirma no interlocutor. Afinal, o mundo é assim, né? Se a dúvida em suspenso vai de encontro a disjunção histórica na relação com a ideologia dominante é porque a luta de classes – esse efeito sem origem – é o cerne da contradição que funda a História.

Resistência que não é só um lapso inconsciente. Viver é resistir, porque no labor o capitalismo consome a existência. Laço que contém o sujeito e sustenta o valor de renúncia ao gozo. A possibilidade de revolta é interna ao processo. Ou seja, também se sustenta na divisão do sujeito. Assim, compreender como o sujeito resiste é “suportar o que venha a ser pensado” (PÊCHEUX [1982] 2014a, p. 281), primado prático do inconsciente: é preciso *ousar pensar por si mesmo*.

O trabalho não existe, é discurso. *Trabalho* é objeto ideológico paradoxal, deve ser uma categoria de análise, ou seja, um objeto a ser constantemente teorizado, pois sendo a própria dialética da Infraestrutura não pode ser ‘aplicado’ a uma compreensão ou do sujeito ou do

social. Não pode ser simplesmente a balança que dá as medidas da realidade, não pode ser resumido a uma temática de estudo. Por outro lado, ele está sempre lá e em AD, sempre que nos referimos à reprodução das relações de produção, é a exploração do trabalho que estamos mencionando.

Se discernimos aquilo que falha, a ambiguidade e a contradição, não é para buscar o verdadeiro sentido do trabalho, mas para caminhar em direção à justiça. Considero extremamente importante e falar de trabalho no Brasil. No momento em que eu participei das reuniões do Fórum, corria o processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff no senado e o clima ainda era de tensão política. Muito distante do movimento da classe média pelo *combate à corrupção* que consolidou o golpe parlamentar, o que se seguiu foi o “ajuste” de vinte anos da PEC 55⁵⁵ e a aprovação da lei das terceirizações PL 4.302/1998⁵⁶. Medidas que já eram anunciadas ainda antes da posse oficial do presidente interino, quando publicou a Medida Provisória n° 739⁵⁷ de 9 de julho de 2016 e depois, ao extinguir o Ministério da Previdência Social.

Na retaguarda dessas medidas de recuperação econômica da crise o que temos é o avanço de pautas políticas neoliberais. A lei da terceirização citada é uma delas. Nas ruas de Porto Alegre, pessoas se acumulam na calçada. A reforma na Consolidação das Leis do Trabalho abre a jornada, é possível fazer horário de almoço menor, dividir férias, tempo de deslocamento até a empresa não conta como horas trabalhadas, as empresas poderão extrapolar o limite de horas extras.

Falam de um protagonismo dos trabalhadores nos contratos de trabalho, em negociações de acordos diretos entre empresários e sindicatos. O mais preocupante, extingue o imposto sindical. Extingue o espaço de segurança do trabalhador. De fato, quem está empregado, trabalhando, se sente lesado pela contribuição sindical. Mas depois de trabalhar anos, fazer hora extra e sofrer acidente, o empregador demite. Sem plano de saúde, sem a Comunicação de

⁵⁵ Sob o signo discurso técnico-administrativo de recuperação da crise, a PEC 55, conhecida também como “PEC do fim do mundo” limita gastos públicos ao crescimento da inflação por vinte anos mudando a lei que obriga o Estado a investir 13,2% de sua receita total em saúde e 18% em educação.

⁵⁶ O projeto permite a terceirização de todas as atividades das empresas em todos os setores produtivos.

⁵⁷ Basicamente a medida instituiu que todos os segurados aposentados por invalidez ou em gozo de auxílio-doença, concedido judicial ou administrativamente poderiam ser convocados a qualquer momento para avaliação das condições que ensejaram o afastamento ou a aposentadoria. Fixava prazo estimado para a duração do benefício no ato de concessão ou de reativação de auxílio-doença. E instituiu o Bônus Especial de Desempenho Institucional por Perícia Médica em Benefícios por Incapacidade - BESP-PMBI que seria devido ao médico perito do INSS por cada perícia médica realizada nas Agências da Previdência Social.

Acidente de Trabalho assinada pela empresa, para onde vai o trabalhador? No médico do trabalho do sindicato. Sem o sindicato, com a flexibilização da jornada e com a Previdência Social na mira da próxima reforma, o que aguarda quem não conseguir trabalhar?

Se as narrativas que apresentei apontam para o sofrimento e a falta de recursos frente à dor e a doenças decorrentes do trabalho, o que está por vir é uma precarização ainda maior. Na mídia só o que ouvimos é que já era hora modernizar a CLT. Aliás, que política de recuperação da crise econômica é essa que depende de uma reforma nas leis trabalhista?

Não há mistério algum na velha fórmula dos economistas conservadores: precisamos acumular riqueza, logo, precisamos aumentar a produtividade. A forma mais rápida de acumular riqueza é contratando o máximo de força de trabalho pelo menor custo. Assim, aumentando a produtividade, aumentamos os lucros e saímos da crise. Daí podemos voltar a investir para aumentar a produtividade, e então contratarmos mais força de trabalho. Na imprensa o que o brasileiro escuta é: a reforma trabalhista vai gerar empregos. A que custo? Nada de mais! Só mais um pouco de vida ...

Vida por onde o sujeito se desdobra entre *ser* e *fazer*. O propósito de meu percurso em Análise de Discurso era tratar o laço entre sujeito e trabalho. Laço que é cotidiano, no sentido de que precisa ser feito todos os dias. Laço que amarra, mas que não sustenta nada. Pelo contrário, dispersa. O significante *trabalho* não comunica o sentido do que se repete materialmente.

O batimento da reprodução, do sujeito que vive trabalhando para não morrer é um efeito de sentido. Os quatro significantes – repetir, reiterar, reproduzir e resistir – formam a cadeia metonímica por onde uma existência singular se desloca na história. O sujeito se engendra em um processo alienado, (im)possível. Impossível que a língua introduz. A realização-irrealizável da comanda social ecoa nos encadeamentos ambíguos. O laço social tem léxico, estrutura sintática e espessura semântica, por onde a vida retorna e resiste.

Referencias

- ALTHUSSER, Louis. **Sobre a reprodução**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- _____. **A favor de Marx**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- _____. **Lênin e a filosofia**. São Paulo: Edições Mandacaru, 1989.
- _____. Aparelhos ideológicos de estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de estado. *In*: ADORNO, Theodor W.; RIBEIRO, Vera; ADORNO, Theodor W.; ZIZEK, Slavoj. **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- _____. Observações sobre uma categoria: “processo sem sujeito nem fim(s)”. **Posições-1**. Rio de Janeiro: Edições Graal, p. 66-70, 1978.
- _____. **Freud e Lacan. Marx e Freud**: introdução crítica histórica. Introdução e tradução de Walter José Evangelista. Rio de Janeiro: Edições Graal, [1964] 1985.
- _____. **Sobre o trabalho teórico**. Lisboa: Editorial Presença, [1967] 1978.
- ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Trad. Roberto Raposo. Lisboa: Relógio D’Água Editores, [1958] 2001.
- AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Falta do dizer, dizer da falta: as palavras do silêncio. *In*: ORLANDI, Eni P. (org.) [et al.] **Gestos de leitura**: da história no discurso. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014, p. 261-284.
- BALDINI, Lauro José Siqueira. Sujeito e subjetividade: psicanálise e análise de discurso. *In*: DIAS, Cristiane; PETRI, Verli (orgs.). **Análise do discurso em perspectiva**: método e análise. Santa Maria, RS: Editora da UFSM, 2013.
- BENJAMIN, Walter. **Sobre arte, técnica, linguagem e política**. Lisboa: Relógio D’Água Editores, 2012.
- CALLIGARIS, Contardo. A Sedução Totalitária. *In*: __. **Clínica do Social**. São Paulo, Ed. Escuta, 1991.
- CAMPOS, Luciene Jung de. O trabalho e a outra cena: indagações sobre o sofrimento no trabalho. **Psicologia em Estudo**. Maringá, v. 21, n.2, p. 313-323, 2016.
- CANÇADO, Marcia. **Manual de Semântica**: noções básicas e exercícios. Contexto: São Paulo, 1994.
- COURTINE, Jean-Jacques. O chapéu de clémentis. Observações sobre a memória e o esquecimento na enunciação do discurso político. *In*: INDURSKY, Freda. (org.) **Os múltiplos territórios da análise do discurso**. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzato, 1999.
- DALTOÉ, Andréia da Silva. A Comissão Nacional da Verdade e suas ressonâncias nos documentários Verdade 12.528 e Em Busca da Verdade. **Linguagem em (Dis)curso – LemD**. Tubarão, SC, v.16, n. 1, p. 153-167.
- DOSSE, François. **História do Estruturalismo**: o canto do cisne de 1967 aos nossos dias. Campinas: Editora da Unicamp, v. 2, 1994.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. **A resistência da língua nos limites da sintaxe e do discurso**: da ambiguidade ao equívoco. 1994, 150 f. (Tese – Doutorado em Letras) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1994.

_____. Pêcheux, nossa bússola inspiradora. *In*: GRIGOLETTO, Evandra; DEN NARDI, Fabiele Stockmans (orgs.). **A análise do discurso e sua história: avanços e perspectivas**. Campinas: Pontes, p. 21-34, 2016.

FRIEDRICH, Otto. **The Kingdom of Auschwitz**: 1940-1945, New York, USA: Harper Perennial, 1994.

GADET, Françoise; PÊCHEUX, Michel. **A língua inatingível**: o discurso na história da lingüística. Campinas: Pontes, 2004.

HAROCHE, Claudine. **Fazer dizer, querer dizer**. São Paulo: Editora HICITEC, 1992.

HERBERT, Thomas. Reflexões sobre a situação teórica das ciências sociais e, especialmente, da psicologia social. *In*: PÊCHEUX, Michel. **Análise de Discurso**: Michel Pêcheux. Campinas, SP: Pontes Editores, [1966] 2014.

_____. Observações para uma teoria geral das ideologias. **RUA**, Campinas, SP, n. 1, p. 63-89, [1967] 1994.

HENRY, Paul. Os fundamentos da “análise automática do discurso” de Michel Pêcheux (1969). *In*: GADET, Françoise; HAK, Tony [et al.]. **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

HOBBSAWM, Eric J. Maio de 1968. *In*: _____. **Revolucionários**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, cap. 24, p. 235-244, 1982.

LACAN, Jacques. O estádio do espelho como formador da função de eu. *In*: _____. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., [1966] 1998.

_____. **O seminário, livro 16**: de um outro ao outro. Texto estabelecido por Jacques-Alain Miller. Rio de Janeiro: Zahar, [1968] 2008.

MALDIDIER, Denise. **A inquietação do discurso**: (re)ler Michel Pêcheux hoje. Campinas: Pontes, 2003.

_____. A Inquietação do Discurso. Um trajeto na história da Análise do discurso: o trabalho de Michel Pêcheux. [1993] *In*: PIOVEZAN, Carlos; SARGENTINI, Vanice (orgs.). **Legados de Michel Pêcheux**: inéditos em análise do discurso. São Paulo: Contexto, 2011, p. 39 -62.

MALUF-SOUZA, Olímpia. Entre o inconsciente e a ideologia: a (R)existência como modos de existência do sujeito. *In*: PATTI, Ane et alii. **Textecendo discursos na contemporaneidade**. São Carlos, Pedro & João, 2014. p. 61-74

MARIANI, Bethania Sampaio Corrêa. Testemunho: um acontecimento na estrutura. **Desenredo**. Passo Fundo, RS, v. 12, n. 1, p. 48-63.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Martins Fontes, [1845-1846] 1998.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. São Paulo: Boitempo, [1844] 2010.

_____. **O Capital:** crítica da economia política. Volume I. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Editora Nova Cultura, [1867] 1996.

_____. **Trabalho assalariado e capital & trabalho, preço e lucro.** São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____. **Crítica a filosofia do direito de Hegel.** São Paulo: Boitempo, [1843] 2010.

NORMAND, Claudine. **Saussure.** São Paulo: Estação Liberdade, 2009. (Figuras do Saber; 23)

ORTIZ, Elsa Maria. Né/não é? – Uma abordagem discursiva. **Organon.** Porto Alegre, v. 9, n. 23, p. 155-162, 1995.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso:** uma crítica à afirmação do obvio. 5ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, [1975] 2014.

_____; WESSELIUS, Jaqueline. A respeito do movimento estudantil e das lutas da classe operária: 3 organizações estudantis em 1968. *In:* ROBIN, Régine. **História e linguística.** São Paulo: Cultrix, [1973] 1977.

_____. Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação. *In:* **Semântica e discurso:** uma crítica à afirmação do obvio. 5ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, [1982] 2014a.

_____. Ler o arquivo hoje. *In:* ORLANDI, Eni P. (org). **Gestos de leitura:** da história no discurso. 4ª edição, Campinas, SP: Editora da Unicamp, [1982] 2014b.

_____. Delimitações, inversões, deslocamentos. Traduzido por José Horta Nunes. **Cadernos de Estudos Linguísticos.** Campinas, SP: IEL/UNICAMP, n. 19, p. 7-24, [1982] 1990.

_____. Papel da memória. *In:* ACHARD, Pierre [et al]. **Papel da Memória.** 4ª edição, Campinas, SP: Pontes editores, [1983] 2015.

_____. Metáfora e Interdiscurso. *In:* PÊCHEUX, Michel. **Análise de Discurso:** Michel Pêcheux. Textos selecionados: Eni Puccinelli Orlandi. Campinas, SP: Pontes Editores, 2014 [1984].

_____. **O discurso:** estrutura ou acontecimento. Tradução: Eni P. Orlandi. Campinas, SP: Pontes Editores, [1988] 2012.

PLON, Michel. Lacan-Pêcheux, de um discurso outro, o impossível encontro. *In:* MARIANI, Bethania [et al.]. **Dois campos em (des)enlaces:** discurso em Pêcheux e Lacan. Rio de Janeiro: 7Letras, 2012.

REVUZ, Christine. Ouvir os desempregados para compreender a relação com o trabalho? **RUA.** Campinas, v. 3, n. 1, p. 9-35, 1997.

ROUDINESCO, Elisabeth. **Genealogias.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral.** Organizado por Charles Bally e Albert Sechehaye. 28 ed. São Paulo: Cultrix, [1916] 2012.

APÊNDICE A – Perguntas norteadoras da entrevista

1. Qual foi seu primeiro emprego? / Quando começou a trabalhar? / Onde? Qual era sua idade e qual era sua função?
2. E depois? / Hoje, onde você trabalha? Qual sua função? Poderia me descrever o que você faz em um dia?
3. Costuma/costumava chegar muito cansado (a) em casa?
4. O que aconteceu? Porque você veio aqui hoje?
5. Se você pudesse escolher qualquer trabalho, qual seria?
6. Você se considera bem remunerado?
7. Se eu te pedisse uma definição, pessoal de trabalho... para você, o que é o trabalho? Na sua vida o que é o trabalho?

ANEXO I – La Palice

Senhores queiram ouvir
 A ária do famoso La Palice,
 Ela poderá vos divertir
 Contanto que vos alegre.
 La Palice teve poucos bens
 Pra sustentar seu nascimento,
 Mas nada lhe faltou
 Enquanto viveu na abundância.

Bem instruído desde o berço,
 Jamais houve alguém tão distinto,
 Ele não colocava o chapéu
 Senão para cobrir a cabeça.
 Ele era afável e doce
 Como o humor do seu falecido pai,
 E não entrava em cólera
 A não ser quando estava bravo.

Desposou, conta-se,
 Uma virtuosa senhora;
 Se tivesse continuado solteiro,
 Não teria tido esposa.
 Foi sempre querido,
 Ela não era nada ciumenta,
 Desde que ele se fez seu marido
 Ela se tornou sua esposa.

Um adivinho, por dois tostões,
 Lhe disse com voz astuta
 Que ele morreria atrás dos montes
 Se morresse na Lombardia.
 Ele aí morreu, esse herói,
 Ninguém hoje duvida,
 Logo que ele fechou os olhos,
 Imediatamente não viu mais nada.

Foi por um triste destino
 Ferido por mão cruel.
 Acredita-se, já que ele morreu disso,
 Que a ferida era mortal.
 Morreu na sexta-feira
 O último dia de sua vida.
 Se tivesse morrido no sábado,
 Teria vivido um pouco mais.

Messieurs vous plaît-il d'ouïr
 L'air du fameux La Palice,
 Il pourra vous divertir
 Pourvu qu'il vous réjouisse
 La Palice eut peu de bien
 Pour soutenir sa naissance,
 Mais il ne manqua de rien
 Tant qu'il fut dans l'abondance.

Bien instruit dès le berceau
 Jamais, tant il fut honnête,
 Il ne mettait son chapeau
 Qu'il ne se couvrit la tête.
 Il était affable et doux
 De l'humeur de feu son père,
 Et n'entraît guère en courroux
 Si ce n'est dans la colère.

Il épousa, ce dit-on,
 Une vertueuse dame;
 S'il avait vécu garçon
 Il n'aurait pas eu de femme.
 Il en fut toujours chéri,
 Elle n'était point jalouse;
 Sitôt qu'il fût son mari,
 Elle devint son épouse.

Un devin, pour deux testons,
 Lui dit d'une voix hardie
 Qu'il mourrait delà les monts
 S'il mourait en Lombardie.
 Il y mourut, ce héros,
 Personne aujourd'hui n'en doute,
 Sitôt qu'il eut les yeux clos
 Aussitôt il n'y vit goutte.

Il fut par un triste sort
 Blessé d'une main cruelle.
 On croit, puisqu'il en est mort,
 Que la plaie était mortelle.
 Il mourut le vendredi
 Le dernier jour de son âge.
 S'il fût mort le samedi
 Il eût vécu davantage.